

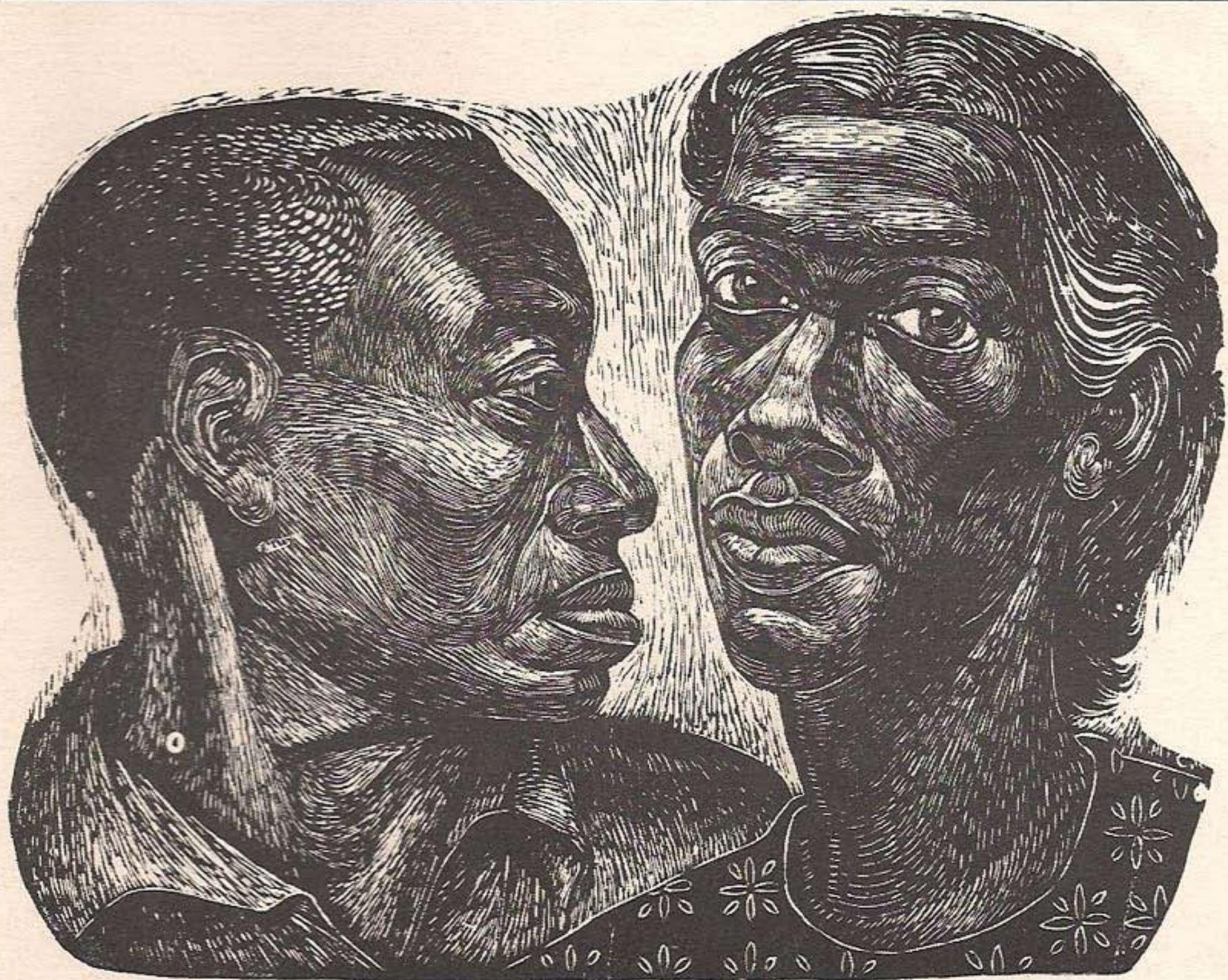
Princípios

Revista teórica, política e de informação

Nº 15

Maio/88 Cz\$ 200,00

13 de Maio Cem Anos de Abolição



ÍNDICE

Expediente

Princípios

Revista teórica,
política e de informação
Maio de 1988-
Cz\$
Publicação da Editora
Anita Garibaldi Ltda.
Rua Bororós, 51, 3º
andar — São Paulo-SP
CEP-01320 — Tel. 278-3220

Diretor e Jornalista Respon-
sável
João Amazonas

Conselho Editorial
João Amazonas
Rogério Lustosa
José Reinaldo Carvalho
Luiz Aparecido

Número Avulso: Cz\$ 200,00
(inclusive os atrasados)
Enviar cheque nominal
para Editora Anita
Garibaldi Ltda.

Atendemos também
pelo Reembolso Postal.

Composição, Montagem,
Fotolitos e Impressão
Cia. Editora Joruês
Rua Cardeal Arcoverde,
2.978 — Pinheiros — São
Paulo-SP

Diagramação
Valéria N. Costa

O Predestinado Página 1

Cem Anos de Abolição do
Escravidismo no Brasil Página 3

Clóvis Moura

A Autogestão Iugoslava
Teoria e Prática Capitalistas Página 9

Enver Hoxha

A Experiência Socialista na URSS
Rogério Lustosa Página 20

Dependência Tecnológica
X

Soberania Nacional Página 27

Rogério C. Cerqueira Leite (Entrevista a
José Reinaldo Carvalho e Isa
Trajtengertz)

As Diferentes Concepções no
Movimento Feminista Página 32

Jô Moraes

V.A. Fock, um pensamento
materialista e dialético em
mecânica quântica Página 38

Olival Freire Jr.

A Formação Profissional dos
Trabalhadores Página 45

Lia Vargas Tiriba

O Operário em Construção
Página 49

Vinícius de Moraes

Capa:
Gravura de
Charles White

O Predestinado

Dizem os idealistas que se uma pessoa se concentra fortemente numa idéia esta se transforma em realidade palpável. A meditação leva algum tempo, à moda dos anacoretas, até se converter em algo real. Ao que tudo indica o presidente da República comunga desse fetichismo mágico. Deve ter pensado tanto em ser presidente que acabou acontecendo. Julga-se um predestinado. Foi Deus quem o foi buscar na santa paz da oligarquia familiar maranhense e o trouxe para o Planalto. O Altíssimo, parece, desconfiava que ele não viria sozinho. Por essa razão atrelou-o a quem tinha prestígio e experiência para o cargo. Não fosse isso, nem às portas da prefeitura de Bodecô conseguiria chegar. Afinal, chegou. Subiu, vias transversas, a rampa do palácio e instalou-se comodamente. A princípio, com um ministério formado por outrem. Ajeitou-o depois à sua maneira. Lá está até hoje despachando ninharias, escrevendo besteiras, criando modismos, administrando o **seu** reino cobiçado por muitos.

A esta altura do ano de 1988 não admite deixar a curul presidencial, nem mesmo com a nova Constituição promulgada. Foi Deus quem lhe deu, só Deus poderá tirá-la. Eram seis anos, inicialmente. Suspeitou ser muito, deixou por cinco. Quatro anos é o diabo que quer. Exorciza, por isso, os maus espíritos sacudindo a caçoula que esparge olor verde-oliva para afugentar os demônios. Demônios terríveis que não o deixam em sossego, segundo confessa.

Agora, pretendem levá-lo ao Senado para responder a indagações incômodas. Coisas que dizem respeito à manipulação de verbas, de contratos, de licitações ilícitas. Exaspera-se com a acusação de traficância. Mostra as mãos limpas, bem cuidadas, que toca somente objetos sagrados. Alguém questiona: e como explicar os rombos, largos e portanto notórios, na arca da guarda do dinheiro público? Isto não é com ele. É com os aníbal, os funaro, os gartenkraut, gente por ele nomeada que apenas fazia o que o predestinado mandava.

Se me tirarem o mandato de cinco anos, diz o presidente, a liberdade estará morta. Porque a liberdade sou eu no poder. Lançou pressuroso a legenda — liberdade ou morte. O homem que fala assim de liberdade serviu à ditadura durante longos anos e mais serviria não fosse a dita cuja ter chegado ao fim. No poder, mobilizou tropas nos portos, nas refinarias de petróleo, na Siderúrgica Nacional para impedir greves pacíficas. Agrediu manifestantes em Itaipu. Já ordenou várias vezes a demissão de grevistas dos serviços públicos, dos bancos oficiais, das empresas do Estado.

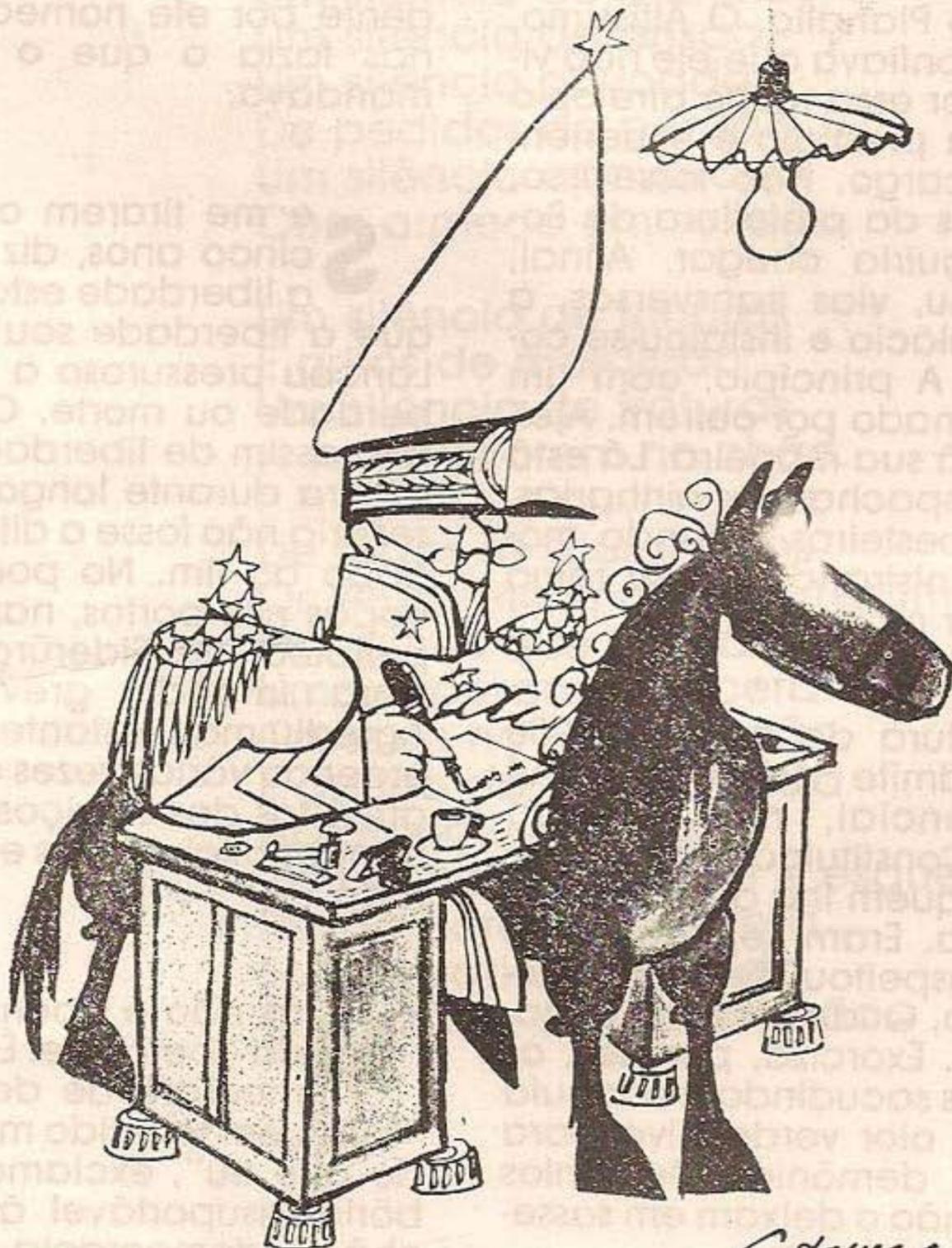
Mas não é apenas o guardião da liberdade. É também o democrata de dezoito quilates. "Ninguém tem sido mais democrata do que eu", exclamou num relambório insuportável às seis da manhã. A democracia do presidente

está impregnada de fisiologismo e autoritarismo. Todo mundo viu a democracia presidencial em ação no dia que a Assembléia Nacional Constituinte ia votar a forma de governo e o tempo de mandato. Foi um vale tudo dos infernos. Desde a mobilização de prefeitos, governadores, ministros, pródigos em promessas e recompensas, até a declaração de porta-voz das Forças Armadas de virar a mesa se não fossem aprovados o presidencialismo e os cinco anos.

Entrementes, anuncia ser o mais tolerante dos governantes que o Brasil já teve. Devem ter-lhe dito que a intolerância é a marca dos homens de visão estreita, de estatura política anã. Justamente, como se apresenta e proce-

de o presidente. Se alguém contraria a sua vontade, as retaliações são imediatas. Tira-lhe as nomeações de cargos públicos oferecidos em troca de favores políticos, corta-lhe os créditos nos bancos oficiais, cancela concessões nas áreas da comunicação social. Aplica o regime de pão e água.

Evai em frente, caminhando para trás, o abençoado de Deus. Já bateu um recorde: é o vice que mais tempo governou. Mas pensa ampliar a façanha nessa olimpíada de transição infundável, se a nação humilhada não se levantar para gritar-lhe na face: basta de mediocridade, de estupidez, de servilismo ante os banqueiros internacionais, de desrespeito à vontade do povo.



Fortuna - Retrato do Brasil



Cem anos de abolição do escravismo no Brasil

Clóvis Moura*

Estamos assinalando o Centenário da Abolição da Escravidão no Brasil, facto que evidencia termos sido o último país do mundo no qual esse tipo de trabalho foi substituído pela mão-de-obra livre. Essa mudança tardia, quando a própria escravidão moderna já era um anacronismo gritante e injustificável, marcou profundamente a estrutura da sociedade brasileira, deixando no seu corpo aderências e restos até hoje visíveis. Isto explica, por outro lado, a permanência da sua influência negativa (nos níveis económico e ideológico) no comportamento de grandes camadas da sociedade brasileira, especialmente no seu aparelho de dominação política.

Há, no entanto, por parte dos cientistas sociais brasileiros uma

certa vergonha de abordar o problema nesses termos. A escravidão no Brasil, segundo esses estudiosos, deverá ser vista como uma instituição diferente das outras escravidões modernas e da escravidão clássica da Grécia e de Roma. A escravidão brasileira, segundo eles, deveria ser analisada como diferente da escravidão que existiu na América Central, Caribe, Estados Unidos e outras regiões da América do Sul, como Colômbia e Peru. (1)

O índio e posteriormente o negro escravizados teriam até se beneficiado com o cativo para esses autores. O primeiro porque foi cristianizado, e o segundo porque, além dessa benesse do cristianismo, foi beneficiado, também, pelo tipo de escravidão que se implantou no Brasil: indulgente, paternal, conciliadora e patriarcal em face da índole do colonizador português adepto de uma

política democrática e miscigenatória, política que democratizaria as relações entre senhores e escravos.

No entanto, ao contrário do que dizem esses cientistas sociais tradicionais que desejam negar e/ou escamotear o assunto, a escravidão no Brasil nada teve de benigna, democrática e cristã. Pelo contrário. Milhões de homens foram transportados compulsoriamente das suas terras de origem, na África, colocados amontoados em navios negreiros, os tumbeiros(2) e levados, depois de ferrados com ferro em brasa, para serem vendidos nos entrepostos (mercados) como mercadoria.

* Clóvis Moura é sociólogo e escritor, examinador de Pós-graduação da Universidade de São Paulo, presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas e autor de vários livros sobre o negro e a escravidão no Brasil.

Posteriormente, eram conduzidos para trabalharem como escravos nos engenhos de cana do Nordeste, nas lavras de ouro ou diamantes de Goiás ou Minas Gerais, nas fazendas de algodão do Maranhão e nas fazendas de café de São Paulo e Rio de Janeiro.

Mas, não eram apenas obrigados a trabalhar. O regime de trabalho era o mais odioso possível. Por outro lado, devemos ver preliminarmente em termos quantitativos a importância da escravidão negra (a indígena não será analisada aqui) para podermos aquilatar sua importância econômica e cultural no processo de formação da nossa sociedade, escravidão que teria se iniciado por volta de 1549 até o seu término em 1888.

Segundo fontes que se aproximam da verdade (o contrabando de negros realizados em grande escala torna todas as estimativas falhas) foram trazidos para o Brasil cerca de 8 a 9 milhões de africanos até ser extinto o tráfico em 1850. (3)

Esse enorme contingente africano foi distribuído de acordo com os interesses da nossa economia de exportação colonial. Em 1817/8 o número total de habitantes do Brasil era de 3.817.000 com 585.000 pardos e pretos livres e 1.728.000 negros escravos. Por outro lado, a sua distribuição espacial era a seguinte: 66,6% no Maranhão, nas fazendas algodoeiras; 42,5% em Goiás, na mineração aurífera; 38% em Mato Grosso; 38% em

Alagoas. As médias nas demais regiões oscilavam entre 20,3% no Piauí e 32,6% em São Paulo. As percentagens mínimas achavam-se no Rio Grande do Norte, com 12,8%, no Paraná, com 17,2% e na Paraíba, com 17,4%.

Essa massa escrava distribuída nacionalmente era submetida a todos os tipos de torturas físicas e morais quando se rebelavam ou por simples capricho do seu senhor: máscaras de ferro, o tronco, a gargalheira, o libambo, além de açoites públicos no pelourinho(4). Suas famílias, por sua vez, eram fragmentadas ao serem os seus membros vendidos para senhores diferentes.

A mulher negra-escrava era aquela que mais sofria. Transformada em objeto de trabalho era, também, objeto de uso sexual do senhor, nascendo dessas relações um enorme número de filhos bastardos mas escravos, pois o princípio do partus ventrem sequitur estabelecia que os filhos de escravas, mesmo em consequência de relações sexuais com homens livres, continuavam cativos. Por outro lado, esse princípio proporcionava imensa mortalidade infantil, não só pelas condições em que eram criadas nas senzalas, mas também porque o senhor achava mais econômico comprar outro escravo quando ele morria ou ficava incapacitado para o trabalho (a vida útil do escravo brasileiro era em média sete anos) do que criar os que nasciam, alimentá-los e tratá-los até a idade em que seriam rentáveis. Somente com a abolição do tráfico com a África, em 1850, os senhores começaram a tratar mais humanamente os seus escravos. Isto, porém, durou pouco. Com a Lei do Ventre Livre que considerava livres os filhos de mães escravas, em 1871, os senhores se desinteressariam por eles, de vez que não lhes pertenciam mais.

O escravo, no entanto, não aceitava passivamente tal estado de coisas. Revoltava-se constantemente contra o cativo a que estava submetido. O rosário de lutas do negro escravizado contra o estatuto que o oprimia enche todo o período no qual perdurou o sistema escravista de produção. Depois do Haiti, o Brasil é o país no qual ocorreu o maior nú-

mero de revoltas de escravos, de fugas e de outras formas de manifestações antiescravistas por parte do próprio escravo. Além disto, convém notar a participação dos negros (escravos ou libertos) nos movimentos que reivindicam a nossa Independência de Portugal e nas guerrilhas de movimentos mais radicais da plebe rural, como a Cabanagem, no Estado do Pará (1821-1836), quando os camponeses pobres, aliados a negros rebeldes e índios, chegam a tomar o poder e estabelecer estado próprio. Na Balaiada, na província do Maranhão, com ramificações no Piauí e Ceará, pela mesma época, os negros escravos se rebelam, juntamente com camponeses e são esmagados. Foram movimentos que se caracterizaram pela violência, quer dos opressores, quer dos oprimidos(5).

Por outro lado, os negros escravos também organizavam formas de resistência próprias. A República de Palmares foi o mais importante testemunho do poder de organização política, econômica e militar dos negros na América Latina. Durou de 1630 a 1695, aproximadamente. Zumbi foi o seu líder quem comandou a última fase da resistência.

No entanto, inúmeras outras comunidades de negros fugidos (quilombos) se organizaram durante o escravismo. Umas maiores, outras menores, mas todas funcionando como unidade de desgaste à escravidão. Em Minas Gerais tivemos o quilombo do Ambrósio que reuniu milhares de negros aquilombados; fala-se que o do Bateiro chegou a ter 20 mil habitantes sem falarmos em Palmares que chegou a ter aproximadamente 30 mil habitantes. Tudo isto prova que a escravidão no Brasil não foi benigna nem patriarcal, usando os senhores todas as técnicas e instrumentos para manter a ordem escravista e os cativos, em contrapartida, resistindo também pela violência.

Esses movimentos de resistência, muitas vezes ofensivos, alcançam o seu ponto máximo nas insurreições escravas do século XIX na Bahia. As revoltas de Salvador lideradas por escravos e negros livres iorubás, tapas, haussás e outros grupos escravos conseguiram colocar em xeque o



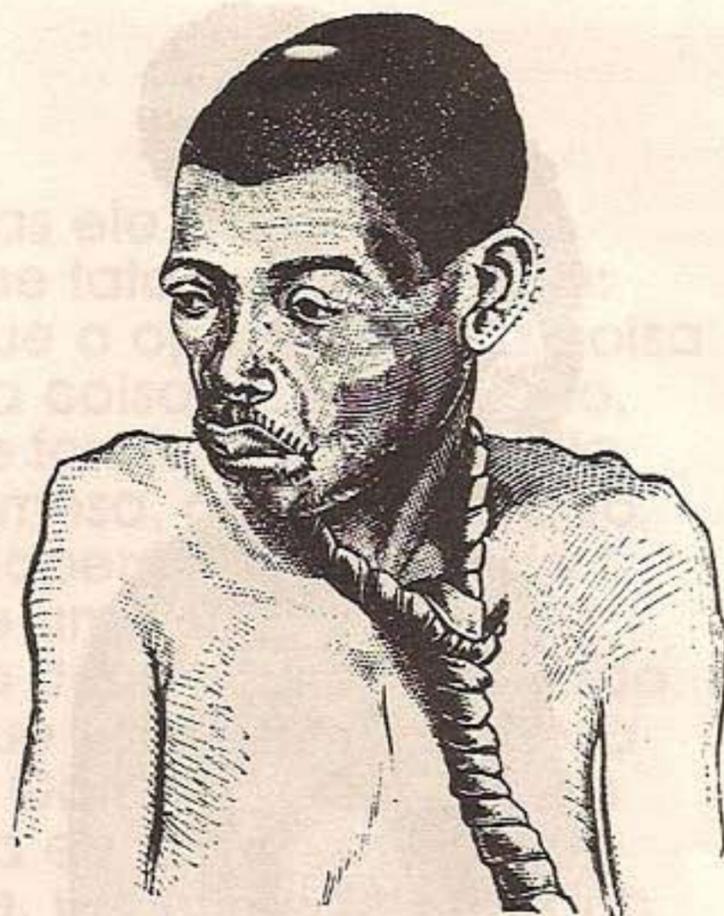
poder imperial, assim como Palmares foi uma ameaça permanente ao domínio colonial. A última dessas insurreições (a de 1835) quase conseguiu tomar o poder na Capital da província da Bahia.

Depois de derrotados, os seus líderes sofreram conseqüências das suas posições por parte do aparelho repressor. Eram enforcados, fuzilados, torturados ou açoitados. Durante a ocupação holandesa no Nordeste do Brasil que se inicia em 1624, com a ocupação da Bahia, houve casos de líderes de revoltas negras serem esquartejados vivos ou queimados vivos⁽⁶⁾. Os portugueses, por seu turno, não eram mais benevolentes. Quando um líder quilombola era preso sofria violências atrozes⁽⁷⁾.

Como vemos, essa revolta permanente social e racial criou os seus líderes. Além de Zumbi e Ambrósio, chefes de quilombos, podemos citar aqueles que conduziram as insurreições urbanas baianas: Pacífico Licutã, Elesbão Dandarã, Luís Sanin, Luísa Main, Diogo, Luís e muitos outros que não figuram na história oficial. Quatro deles foram enforcados, outros remetidos para a África de volta ou impiedosamente açoitados.

Essa insurgência se realiza paradoxalmente num processo de modernização da sociedade escravista que, de um lado, vai sendo dominada pelas nações capitalistas européias, especialmente Inglaterra, e, de outro, urbaniza-se e moderniza-se tecnologicamente.

Quando a escravidão foi abolida, já tínhamos iluminação a gás, cabo submarino, estradas de ferro escoando para os portos de embarque o produto conseguido com o trabalho escravo, telefone, transporte coletivo com tração animal, bancos estrangeiros, pequenas fábricas de trabalho livre, organizações operárias, mas as instituições continuavam arcaicas e congeladas, pois representavam a ordenação ideológica, jurídica e costumeira dos interesses daquelas classes que detinham o poder e simbolizavam a elite dominante, articuladas através de uma série de mecanismos para preservar o tipo de propriedade fundamental da época.



Apesar desta urbanização e modernização, as instituições básicas continuavam racionalizando esse anacronismo, o tipo de sociedade nas quais as relações de dominação/subordinação podiam determinar que os dominadores colocassem os dominados

na condição de simples bestas. Uma amostra da contradição entre essa modernização aparente e a irracionalidade do sistema escravista podemos ver por este anúncio publicado em um jornal de Fortaleza, capital da Província do Ceará:

Quem tiverem (sic) os bilhetes do corrente ano haja apresentá-
com os números da rifa anexa à
loteria federal do Rio de Janeiro,
que se estrahiu no dia 27 de julho berem o que por sorte lhe saiu:

Casa.....	Nº 4.438
Sítio.....	Nº 5.260
Escrava.....	Nº 3.631
Cavalo.....	Nº 1.306

Como vemos, através de instituições que regulavam esse tipo de sociedade, era legal sortear-se um escravo como rifava-se um cavalo ou uma casa. O escravo, mesmo com todos os tipos de modernização sem mudança continuava como coisa.

Depois de 1850, com a extinção do tráfico negreiro com a África, temos o início do que chamamos escravismo tardio. O comportamento da classe senhorial e do legislador começam a sofrer alterações. Para conservar o escravo, cujo preço aumentara de forma drástica, surgem as primeiras leis protetoras. Por outro lado, o escravo negro, que até então lutara sozinho com a sua rebeldia radical contra o instituto da escravidão, começa a ser visto através de uma ótica liberal. As

manifestações humanistas se sucedem, especialmente entre a mocidade boêmia e alguns grupos adeptos de um liberalismo mais radical.

Mas em toda a extensão da escravidão no Brasil, quer até 1850, quer posteriormente, na época já do escravismo tardio, uma coisa é constante na classe senhorial: o medo. O receio da insurreição, especialmente no primeiro período, criava um estado de pânico permanente. O "perigo de São Domingos" (repetidamente mencionados nos documentos da época), as possíveis ligações dos escravos brasileiros com os de outros países, a provável articulação em nível nacional de escravos rebeldes, a obsessão da violência sexual contra mulheres



brancas ou outras formas de insurgência, tudo isso levou a que o senhor de escravos se transformasse em um neurótico.

Uma verdadeira paranóia apoderou-se dos membros da classe senhorial e determinou o seu comportamento básico em relação às medidas repressivas contra os negros em geral.

Na primeira fase, as autoridades coloniais e a classe senhorial usam de toda a brutalidade, legislando de forma despótica contra o escravo. Isto vai dos alvarás mandando que se ferrassem escravos com ferro em brasa, à legislação de pena de morte, do açoite, a execução sumária "sem apelo algum" dos escravos rebeldes etc. Nessa fase não há nenhum processo de mediação e a legislação terrorista reflete essa síndrome de forma transparente. Aliás, para respaldar esse conjunto de medidas jurídicas e policiais há todo um aparato de repressão brutal e legal. Os escravos têm o seu direito de locomoção praticamente impedido. Os troncos, os pelourinhos, a gonilha, o bacadouro, a máscara de flandres, o vira-mundo, anjinho, libambo, placas de ferro com inscrições infamantes, correntes, grilhões, gargalheiras, tudo isso formava o aparelho de torturas ou aviltamento através do qual as leis eram executadas como medidas de normalidade social.

Levando-se em consideração que o número de escravos negros durante muito tempo era superior

ao dos brancos, podemos avaliar o estado de espírito de pânico permanente dos senhores de escravos. Daí não ser permitido ao escravo nenhum privilégio, pois os espaços sociais rigidamente delimitados dentro da hierarquia escravista somente possibilitavam a sua ruptura e mudança estrutural através da negação radical dos sistema: a insurgência social e racial do escravo.

A síndrome do medo estender-se-á, também, à segunda fase do escravismo brasileiro, mas através de mecanismos táticos diferentes. A classe senhorial já não legisla mais através de seus agentes para reprimir e/ou muitas vezes destruir fisicamente o escravo, mas passa a produzir leis protetoras. A partir da extinção do tráfico — como já vimos — começam a suceder-se leis que procuram amparar o escravo. Desta forma, a síndrome do medo deformou psicologicamente a classe senhorial, deu-lhe elementos inibidores para assumir um comportamento patológico e caracterizou a postura sádica dos seus membros.

Esse comportamento patológico criará requintes de sadismo muito maiores do que aqueles necessários para combater a rebelião do escravo. Convencionou-se que o negro escravo não devia ser punido pelos seus possíveis delitos, mas castigado, torturado, muitas vezes até inutilizado, como exemplo para que o seu comportamento não fosse imita-

do pelos seus companheiros. Há casos extremos de senhoras que mandaram arrancar os olhos das suas escravas domésticas (muçamas) apenas porque o senhor os elogiara. De escravos emparedados vivos porque olharam mais demoradamente para a filha do senhor, num pavor pânico de possíveis relações sexuais entre os dois.

Por outro lado, como contrapartida a essa síndrome, os senhores jogavam todo o seu sadismo na escrava que era seviciada, usada como fêmea descartável, violentada, finalmente usada como objeto sexual. A mulher negra, como a parte passiva do processo, mais vulnerável, era quem terminava sendo a mais atingida. Por outro lado, a mulher branca era resguardada de qualquer contato com o homem negro, considerado simplesmente besta de tração, equiparado aos animais. Este tipo de relacionamento sexual unilateral, no entanto, é considerado, por muitos sociólogos, como o início da nossa chamada "democracia racial", isto é, uma miscigenação unilateral, sádica, patológica, baseada em um pólo passivo e violentado (a escrava negra) que gerava mais escravos para o senhor, e, de outro, a sacralização da mulher branca a qual deveria conservar-se intocável e intocada pelo homem negro, pelo escravo, em última análise. Essa miscigenação não democratizou a sociedade brasileira, mas, pelo contrário, criou níveis de discriminação racial e social que até hoje atuam dinamicamente.

2 — A HERANÇA DA ESCRAVIDÃO

O Brasil fez a Independência sem abolir o trabalho escravo e fez a Abolição sem acabar com o latifúndio. Isto determinou que a dinâmica social do Brasil fosse praticamente estrangulada, e o reflexo especialmente da segunda mudança até hoje traumatize o seu desenvolvimento. O final da escravidão no Brasil dá-se em 1888. No entanto, ela já se decompunha. Em 1882 havia no Brasil 1.433.170 trabalhadores livres, 656.540 escravos e 2.822.583 desocupados nas seis principais províncias do Império: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro.

Essa massa desocupada, concentrada no campo, até hoje não foi integrada à sociedade civil como produtora dinâmica, em face da continuidade das relações latifundiárias no campo. Com a Abolição, criam-se mecanismos estimuladores para a migração européia que entra no lugar dessa grande massa de trabalho nacional, marginalizando-a irremediavelmente. A situação dos descendentes de escravos, nesse processo de marginalizar o trabalhador não-branco em face da filosofia do branqueamento (o Brasil seria tanto mais civilizado quanto mais se branqueasse) se reflete, atualmente, na situação em que se encontra a população negra e mestiça de um modo geral no Brasil.

Além desse peneiramento social criaram-se barreiras ideológicas que justificam a sua inferiorização em consequência da sua inferioridade racial. Mas, em cima dessa situação objetiva de restrição à potencialidade social do negro cria-se a lenda de uma "democracia racial" o que equivale dizer: se os negros se encontram nos patamares em que se encontram de miséria e de marginalização a culpa é deles, pois tiveram as mesmas oportunidades para progredir.

Em consequência dessa filosofia discriminatória e ao mesmo tempo aparentemente "democrática", qual a situação sócio-racial da população brasileira? Qual a taxa de mobilidade social da população negra e não-branca às vésperas do Centenário da Abolição do trabalho escravo no Brasil?

De acordo com o recenseamento de 1980 (o último realizado) 119 milhões de brasileiros habitavam o País. Destes, 54,77% são brancos; 38,45% pardos; 5,89% pretos e 0,63 são amarelos. Podemos afirmar, portanto, que são descendentes de negros ou de índios 44,34% da população. Essa proporção vem aumentando nas últimas décadas. Era de 35% em 1940; 41,0% em 1950 e 38,2% em 1960.

A posição da população negra e não-branca não se distribui proporcionalmente nos diversos níveis sociais e econômicos, mas está fortemente concentrada nas camadas de baixa renda ou mar-

ginalizadas. Cláudio Fleury Barcelos mostra dados reveladores desse processo de marginalização do negro: em São Paulo, os negros e mulatos somavam, em 1950, 10,22% da população recenseada no município e, segundo pesquisas feitas em 1967, a população marginal da região da Grande São Paulo (onde se concentra a mais alta taxa de renda do País) apresentava cerca de 39% de negros e mulatos. Como se vê, há uma concentração enorme se levarmos em conta a relação entre a população e o percentual de criminalidade. A criminalidade do pobre, do furto ao assalto, é toda concentrada na faixa de negros e mulatos marginalizados.

Além disto, constata-se que os negros e os não-brancos em geral (excetuando-se os amarelos) são aqueles que possuem empregos menos significativos socialmente. Segundo ainda os dados do censo de 1980, apenas 0,4% dos recenseados como negros são empregadores. Isto demonstra como os mecanismos de imobilização social funcionam eficientemente no Brasil, impedindo, praticamente, desde o fim da escravidão até hoje, que o negro ascenda significativamente na estrutura ocupacional. Convém notar que no recenseamento de 1950 o percentual era de 0,95% de negros empregadores.

Evidentemente que esses mecanismos sociais, exercidos de maneira não institucional, mas atuantes na posição do segmento negro, refletem-se em todos os níveis e produzem distâncias enormes jamais compensadas. As desigualdades raciais existentes no Brasil são, de um lado, incorporadas como naturais, e, de outro, consideradas como um subproduto do próprio comportamento e temperamento dos negros e dos não-brancos em geral. Daí o comportamento racial do brasileiro branco ser de desconfiança, atitude de defesa ou hostilidade contra a população negra. Esta atitude, por seu turno, irá refletir-se na estrutura da sociedade brasileira, quer no acesso ao sistema educacional, quer na distribuição de renda, no nível de criminalidade, na organização familiar e nas oportunidades oferecidas na sociedade capitalista.

Os dados da Pesquisa Nacional

por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 mostram um perfil atualizado da estrutura das desigualdades raciais existentes no Brasil. O sociólogo Carlos Hasenbalg, baseado nesses dados, afirma que "considerando-se as pessoas de cinco ou mais anos de idade, a proporção de analfabetos entre os não-brancos (40%) é quase o dobro da dos brancos (22%) (...) O grupo branco tem uma oportunidade 1,55 vez maior que os não-brancos de completar entre cinco e oito anos de estudo e uma oportunidade 3,5 vezes maior de cursar nove ou mais anos de estudo".

Quanto à distribuição de renda escreve o mesmo autor: "É lógico esperar que as desigualdades existentes na distribuição regional, qualificação educacional e estrutura de empregos de brancos e não-brancos determinem fortes disparidades na distribuição de renda. Entre as pessoas não-brancas com rendimentos, 53,6% recebiam uma renda de até um salário mínimo. No caso do grupo preto, essa proporção aumenta para 59,4%, enquanto somente 23,2% dos brancos situavam-se nessa faixa de rendimentos. No extremo oposto da distribuição, 23,7% de brancos e 14,5% de não-brancos obtinham mais de dois a cinco salários mínimos, por sua vez 16,4% dos brancos e 4,2 de não-brancos tinham rendimentos superiores a cinco salários mínimos" (8).



Como vemos, este processo secular de barragem do negro refilete-se no perfil étnico da sociedade brasileira e demonstra muito bem os mecanismos de imobilismo social que foram mantidos durante o regime escravista, mas especialmente, depois da abolição. Há vários níveis para que esse mecanismo funcione. Assim como durante a escravidão a negra escrava era objeto de uso do senhor e a mulher branca era protegida para não ser contaminada praticando sexo com negros escravos, na sociedade "livre" que substituiu a escravidão isto também se manifesta através das sanções estabelecidas aos casamentos interétnicos. A mulher branca que se casa no Brasil com um negro é socialmente estigmatizada por largas franjas da sociedade.

Diz o folclore recente:

Branca que casa com negro
é preta por dentro.

Ou então:

Moça que casa com negro
tem coragem com fartura,
tem estambo de cachorro
e coração de macura.

Há casos extremos, como este, publicado em um jornal de São Paulo: "É de expectativa e tensão o clima da cidade de Maceió em consequência do julgamento do psiquiatra José Lopes de Mendonça, acusado de assassinar a própria filha, por não admitir que namorasse um outro psiquiatra de cor. (...) Segundo a acusação, o psiquiatra desentendeu-se com a filha, a estudante Rosália Cabral de Mendonça, porque ela resolvera ficar noiva de um médico negro e no dia 10 de junho de 1972 matou-a no interior do quarto de sua residência, no bairro de Bebedouro, a cinco quilômetros de Maceió, com um tiro de revólver."

Na mesma notícia, lê-se ainda:

"Amanhã deverá ser iniciado outro julgamento de caso semelhante: Wilson Pinheiro de Toledo é acusado de assassinar sua filha Ângela Maria de Toledo Ferreira pelos mesmos motivos. Esse crime ocorreu exatamente um mês após o primeiro, no dia 11 de junho de 1972. A população está ansiosa pelo resultado dos dois casos, devido à semelhança entre

eles e à grande diferença social existentes entre os dois protagonistas." (9)

São dois casos extremos que configuram todo um comportamento subjacente racista do brasileiro, herdado da escravidão.

Como vemos, a herança da escravidão ainda pesa negativamente na estrutura da sociedade brasileira, criando-lhe traumatismos e assimetrias significativos e ainda atuantes.

Em 1985 as jornalistas Gioconda Mentoni e Virgínia Galvez escreveram em um jornal de São Paulo que presenciaram a existência de trabalho escravo em fazendas do Brasil. O próprio Ministério do Trabalho, segundo elas, havia recebido 72 denúncias sobre a existência de trabalho escravo, especialmente em estabelecimentos do Norte e do Nordeste. As formas mais violentas de coerção extra-econômica, a violência contra esses trabalhadores são normas comuns em grandes parcelas de estabelecimentos agrícolas. As próprias autoridades têm informações dos fatos, mas se confessam impotentes. O ex-ministro da Justiça Fernando Lyra, segundo as jornalistas, teria afirmado: "É revoltante. Chego a não acreditar nas denúncias que leio". Ele foi informado sobre a existência de cárceres privados, castigos físicos, má alimentação e péssima moradia a trabalhadores em fazendas. Esses trabalhadores são arregimentados por promessas, mas não recebem salário. Ganham vales para pagamento de alimentação e casa — e devem fazer as compras do próprio fazendeiro. Quando querem fugir eles são perseguidos e, se capturados, vítimas de açoites" (10).

Como vemos, atualmente, como no final da escravidão, sob a superfície de uma sociedade moderna mantém-se uma estrutura arcaica e ossificada, sustentada por relações de trabalho já completamente superadas.

NOTAS

1) — A essa visão tradicional e conservadora de sociólogos como Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Afrânio Peixoto e outros, articula-se presentemente no Brasil a opinião contrária de vários cientistas sociais que estão fazendo a revisão no sentido de destacar as lutas dos escravos como processo dinâmico e permanente na transfor-

mação da sociedade, vendo-as como uma manifestação de luta de classes, destacando-se neste particular os nomes de Décio Freitas, Lana Lage da Gama Lima, Luiz Luna, J. Maestri Filho, J.J. Reis, J. J. Chiavenato, Martiniano J. da Silva e outros que estão fazendo o levantamento dessas lutas e a violência da classe senhorial no Brasil. A essa visão dinâmica contrapõe-se modernamente outra corrente que procura, como é o caso de Ciro Flamarion S. Cardoso, ver romantismo e ufanismo nessas pesquisas revisionistas.

2) — Os tumbeiros eram navios negreiros, especialmente construídos para o transporte de africanos dos portos da África para o Brasil. A mortalidade durante a viagem era enorme. Sobre o assunto escreve Conrad: "Em seu estudo sobre o tráfico de escravos para o Rio de Janeiro nos anos de 1795 a 1811, Herbert S. Klein mostrou que de cada mil escravos embarcados em Moçambique para o Rio de Janeiro 233 morriam no mar, enquanto a taxa dos que embarcavam na África ocidental portuguesa era de 91 em mil, e 57 em mil entre os que embarcavam na Guiné, uma das travessias mais curtas; entre o total de 170.651 escravos abrangidos por seu estudo, 16.162, ou cerca de 9,5% morreram no mar." (Conrad, Robert Edgard: "Tumbeiros — o tráfico de escravos para o Brasil", Ed. Brasiliense, São Paulo, 1985, p. 46).

3) — O tráfico de escravos com a África só foi extinto definitivamente no Brasil a partir de 1850. Para uma análise comparativa do nosso atraso social, ideológico e político devemos informar que enquanto o Parlamento brasileiro ainda discutia se deveríamos ou não continuar importando negros africanos para trabalharem como escravos, Marx e Engels já publicavam em 1848 na Europa o Manifesto do Partido Comunista refutando de forma radical o modo capitalista de produção e, enquanto, em 1871, o Parlamento brasileiro discutia se os filhos de escravos continuavam escravos ou não, implantava-se, na França a Comuna de Paris. Esses exemplos servem para demonstrar os nossos atrasos sociais imensos como consequência da escravidão no Brasil ter perdurado até 1888. Atrasos que não são recuperáveis em apenas cem anos de trabalho livre.

4) — Sobre a descrição dos instrumentos de suplício consultar: Ramos, Artur: "Castigos de Escravos", in Revista do Arquivo Municipal, (SP), ano IV, n.º XLVII, 1938.

5) — Cf: Moura, Clóvis: "Rebeliões da Senza (Quilombos, insurreições, guerrilhas)", Editora Mercado Aberto (4.ª edição), Porto Alegre, 1988, passim.

6) Mello Neto, J.A. Gonçalves de: "Tempo dos Flamengos", Ed. José Olímpio, Rio de Janeiro, 1947.

7) — Sobre as diversas formas de tortura do escravo brasileiro consultar: Goulart, José Alípio, "Da Palmatória ao Patíbulo", Editora Conquista, Rio de Janeiro, 1971.

8) — Hassembalg, Carlos: "Discriminação e desigualdades raciais no Brasil", Editora Graal, Rio de Janeiro, 1979, pp. 215 seguintes.

9) — "Psiquiatra que matou a filha vai a julgamento", in "O Estado de São Paulo", 21.5.1972.

10) — Mentoni, Gioconda e Galvez, Virgínia: "Governo constata trabalho escravo no interior do País", in "Folha de São Paulo", 3 de outubro, 1985.

A Autogestão Iugoslava - Teoria e Prática Capitalistas

ENVER HOXHA

O sistema da
"autogestão" na economia



Enver Hoxha nos anos 60

A teoria e a prática da "autogestão" iugoslava constituem uma negação cabal dos ensinamentos do marxismo-leninismo e das leis gerais da construção do socialismo. O socialismo de "autogestão" na economia tem como fundamento a idéia de que supostamente o socialismo não pode ser construído através da concentração dos meios de produção em mãos do Estado socialista, mediante a criação da propriedade estatal como forma superior de propriedade socialista, mas sim através do desmembramento da propriedade estatal socialista em propriedade de grupos particulares de operários, que hipoteticamente a administram diretamente. Marx e Engels, desde 1848, assinalavam que:

"o proletariado valer-se-á de sua dominação política para ir arrancando gradualmente da burguesia todo o capital, para centralizar todos os instrumentos de produção em mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado em classe dominante..."¹

Lênin também chamou a atenção para o mesmo quando combateu duramente os pontos de vista anarco-sindicalistas do grupo antipartido da "oposição operária",

que exigia que as fábricas fossem entregues aos operários e que a direção e a organização da produção não fossem exercidas pelo Estado socialista, mas sim por um denominado "congresso de produtores", como representante dos grupos de trabalhadores particulares. Lênin qualificava este ponto de vista de

"...ruptura total com o marxismo e o comunismo"², e sublinhava que:

"Toda ação para legalizar, em forma direta ou indireta, a propriedade dos operários de fábricas isoladas ou de profissões isoladas sobre sua produção ou seu direito de debilitar ou estorvar as ordens do poder estatal, é uma grande tergiversação dos princípios fundamentais do Poder soviético e a renúncia completa ao socialismo"³

Desde junho de 1950, quando apresentou à Assembléia Popular da República Federativa Popular da Iugoslávia a lei sobre a "autogestão", desenvolvendo suas concepções revisionistas sobre a propriedade no "socialismo", Tito, entre outras coisas disse: "De agora em diante a propriedade estatal sobre os meios de produção, as fábricas, as minas, as estradas de ferro passam gradual-

mente à forma superior de propriedade socialista; a propriedade estatal é a forma inferior da propriedade social e não a superior...", entre os "atos mais característicos de um país socialista", "é a transferência das fábricas e de outras empresas econômicas estatais aos operários para que as administrem por sua conta própria...", porque assim realizar-se-á "a palavra de ação do movimento operário: as fábricas aos operários"⁴

Estas teses de Tito se parecem como duas gotas d'água não somente às concepções reacionárias da "oposição operária" anarco-sindicalista, que Lênin desmascarou em seu tempo, como também às de Proudhon, que em sua obra "O que é a propriedade" afirma que "o produto espontâneo de uma unidade coletiva...

1. K. Marx e F. Engels, Obras Escolhidas, T.1, pág. 42, Tirana, 1975.

2. V.I. Lênin, Obras, ed. albanesa, t. XXXII, pág. 283.

3. V.I. Lênin, "Sobre o democratismo e o caráter socialista do Poder soviético".

4. "As fábricas aos operários", Prishtina, 1951, pág. 37, 19, 1.

pode ser considerado como o triunfo da liberdade... e como a maior forma revolucionária existente e que pode ser oposta ao poder". Ou então vejamos o que dizia um dos chefes da Segunda Internacional, Otto Bauer, em seu livro "A via para o socialismo": "Quem, portanto, no futuro dirigirá a indústria socializada? O Governo? Não! Se o Governo dirigisse todos os setores industriais, sem exceção, far-se-ia poderosíssimo em relação ao povo e à representação nacional. Tal crescimento do poder governamental seria perigoso para a democracia".¹

Sustentando os mesmos pontos de vista que Tito, E. Kardelj sublinha também que "Nossa sociedade está obrigada a atuar assim, visto que está destinada a aplicar a autogestão e a socialização, sob a forma de autogestão, da propriedade social, em oposição à perpetuação da propriedade do Estado nas relações socialistas de produção" (pág. 66) 2. Isto quer dizer na Iugoslávia instaurou-se o sistema de propriedade privada e não existe a propriedade estatal socialista, a propriedade de todo o povo.

O oposto ocorre em nosso país, onde esta propriedade comum, socialista, é dirigida pelo Estado de ditadura do proletariado com a participação da classe operária e das massas trabalhadoras em formas corretas, centralizadas, planejadas de baixo e orientadas de cima.

O caminho da descentralização dos meios de produção, segundo as idéias anarco-sindicalistas da "autogestão" operária, em essência nada mais é que uma maneira refinada de conservar e consolidar a propriedade privada capitalista sobre os meios de produção, porém de uma forma mascarada como "propriedade administrada por grupos de operários". Na realidade, todos os termos complicados e obscuros inventados pelo "teórico" Kardelj em seu livro, como sejam: "a organização fundamental do trabalho associado", "os conselhos operários da organização fundamental composta, do trabalho associado", "as comunidades de autogestão dos interesses" etc. etc. e que também estão sancionadas na legislação do Estado capitalista iugoslavo, não são mais

que uma fachada envernizada, que oculta a negação à classe operária de seu direito à propriedade sobre os meios de produção e a sua feroz exploração por parte da burguesia.

Esta propriedade privada existe na Iugoslávia não só em forma mascarada como também em sua forma corrente, na cidade e no campo. Isto é reconhecido pelo próprio E. Kardelj em seu livro quando escreve que "em nossa sociedade têm particular importância também direitos tais como... o direito à propriedade pessoal, ou também, em determinados limites, à propriedade privada..." (pág. 177). Em vão se esforça Kardelj para atenuar o efeito negativo que possa produzir o aberto reconhecimento do direito à propriedade privada, mesmo sendo sob a forma de pequena produção, a qual, como dizia Lênin, engendra a cada dia e a cada hora capitalismo. Os revisionistas iugoslavos têm promulgado também leis especiais que estimulam a economia privada, leis que reconhecem aos cidadãos o direito de "fundar empresas" e "empregar mão-de-obra". A constituição iugoslava menciona expressamente: "Os produtores privados têm a mesma posição econômica e social, os mesmos direitos e obrigações que os trabalhadores nas organizações econômicas e sociais."

A pequena propriedade privada predomina amplamente na agricultura iugoslava, ocupando cerca de 90 por cento da superfície das terras cultiváveis: 9 milhões de ha. pertencem ao setor privado e 1.150.000 ha., ou seja, mais de 10 por cento, ao setor capitalista monopolista chamado social. Mais de 5 milhões de camponeses na Iugoslávia trabalham nas terras do setor privado. O campo iugoslavo nunca se orientou pelo caminho da verdadeira transformação socialista. Kardelj em seu livro nada diz desta situação e evita abordar o problema da maneira como seu sistema de "autogestão" se estende à agricultura. Mas se ele pretende construir o socialismo mediante este sistema, então como pode esquecer-se de "construir o socialismo" também na agricultura, que representa quase a metade da economia? A teoria marxista-leninista nos ensina que o socia-

lismo se constrói tanto na cidade como no campo, e não sobre a base da propriedade capitalista de Estado, da propriedade supostamente administrada pelos grupos de operários ou da propriedade privada aberta, mas sim somente sobre a base da propriedade social socialista sobre os meios de produção.

Na Iugoslávia está autorizada a propriedade privada de 10 até 25 hectares³, porém a lei iugoslava, que permite a compra e venda, o arrendamento e a hipoteca da terra, a compra e venda de máquinas agrícolas e o trabalho assalariado na agricultura, concedeu à nova classe burguesa do campo, os kulaks, a possibilidade de aumentar, a expensas dos camponeses pobres, as superfícies das terras, os meios de cultivo, os tratores e os veículos de transporte e, por conseguinte, de acrescentar e intensificar a exploração capitalista.

As relações capitalistas de produção estenderam-se tão profundamente na economia iugoslava que inclusive se tem dado livre campo de ação aos capitalistas e às firmas estrangeiras, a fim de que façam suas inversões e, de acordo com a burguesia local, explorem a classe operária e as outras massas trabalhadoras iugoslavas. Com justa razão o sistema de "autogestão" iugoslava pode ser definido como um poder de cooperação do capitalismo iugoslavo com o capitalismo norteamericano e com os outros capitalistas. Estes se têm feito sócios na apropriação das riquezas da Iugoslávia em todos os campos, nas fábricas, nas comunicações, nos hotéis, nas casas e até no espírito da população.

Se a economia iugoslava fez algum progresso, este em absoluto se deve ao sistema de "autogestão", como os revisionistas titistas tentam fazer crer. Na Iugoslávia têm sido aplicados em forma de inversões, de créditos e de "ajudas" grandes capitais prove-

1. Otto Bauer, "A via para o socialismo", pág. 18, Paris, 1919.

2. Todas as citações do livro de E. Kardelj foram tomadas da tradução albanesa pela Editora de Prishtina, em 1977 (Nota da Casa Editora "8 Nentori", Tirana).

3. V. Vasich, "A política econômica da Iugoslávia", publicação da Universidade de Prishtina, 1970.

Mas aquilo que tenta negar em seu livro é reconhecido diariamente, com numerosos fatos, pela imprensa ocidental, e inclusive pela agência iugoslava de informações TANJUG que, em 16 de agosto último, informou sobre a proclamação de um novo regulamento da Assembléia Executiva Federativa, que trata sobre os investimentos estrangeiros na Iugoslávia. Este regulamento estende ainda mais os direitos dos investidores estrangeiros na Iugoslávia. "Conforme esta lei, sublinha esta agência, os sócios estrangeiros, dentro dos limites dos acordos concluídos com as organizações de trabalho socializado do país, podem realizar seus investimentos em forma de divisas, de equipamentos, de produtos semimanufaturados e de tecnologia. Os investidores estrangeiros têm os mesmos direitos que as organizações de trabalho socializado do país que investem seus meios em alguma outra organização de trabalho associado."

Mais abaixo a agência TANJUG indica que "prevê-se que este regulamento aumentará o interesse dos estrangeiros, porque ele garante a atividade econômica conjunta a longo prazo. Além disto, praticamente na atualidade não há setor, exceto dos seguros sociais, do comércio interior e das atividades sociais, onde os estrangeiros não possam investir seus fundos".

Mas não se pode vender o país ao capital estrangeiro. E, não obstante esta realidade inteiramente capitalista, o "comunista" Kardelj tem o descaramento de afirmar que: "...nossa sociedade adquiriu um conteúdo e uma estrutura socioeconômica própria muito mais sólida, constituídos sobre as relações socialistas de produção e de autogestão..." que "... permitem e asseguram o desenvolvimento cada vez mais livre, independente e auto-administrado de nossa sociedade"! (págs 7-8).

Kardelj em seu livro coloca o homem em primeiro plano e o considera como o elemento principal da sociedade, o elemento produtor a quem corresponde o direito de organizar e de distribuir a produção. Segundo ele, este elemento, no sistema de "autogestão", socializa o trabalho nas

empresas e exerce sua direção através dos chamados conselhos operários, "eleitos" pelos operários e que, supostamente, de acordo com os funcionários da administração expressamente designados, decidem sobre tudo na empresa, sobre o trabalho, os salários etc.

"Tudo isto nada mais são que mentiras porque na Iugoslávia não existe verdadeira liberdade."

Esta constitui a forma típica das empresas capitalistas, onde nas ações domina o capitalista, o qual, a seu redor, tem grande número de funcionários e técnicos que conhecem a situação da produção e organizam sua distribuição. Naturalmente, a maior parte dos ganhos favorece o capitalista, que é o dono da empresa capitalista; em outras palavras, é ele quem se apropria da mais-valia. Na "autogestão" iugoslava, uma grande parte da mais-valia é apropriada pelos funcionários, pelos dirigentes das empresas e pelo pessoal de engenharia e técnico, enquanto que a Federação ou uma República se apodera da "parte leonina" a fim de financiar os elevados salários de todos os funcionários do aparelho central, quer seja da Federação quer seja da República. É necessário dispor de fundos para manter de pé a ditadura titista: o exército, o Ministério do Interior e a Segurança do Estado, o Ministério das Relações Exteriores etc., que dependem da Federação, que são inflados e que ampliam-se incessantemente. Neste Estado federativo desenvolveu-se uma grande burocracia de funcionários e de dirigentes improdutivos, que recebem salários bastante elevados, fruto do suor e do sangue dos operários e dos camponeses. Além disso, uma grande parte da receita é apropriada pelos capitalistas estrangeiros que investiram nestas empresas, que têm seus represen-

tantes nos "conselhos administrativos" ou nos "conselhos operários", ou seja, que participam da direção das empresas. Assim é que neste sistema denominado "socialismo de autogestão", os operários encontram-se em uma situação de total exploração.

A engrenagem dos "conselhos operários" e dos "comitês de autogestão", com suas respectivas comissões, foi inventada pelos revisionistas de Belgrado somente para criar a ilusão entre os operários de que, "sendo eleitos", participando e discutindo nestes organismos, são hipoteticamente eles quem decidem os assuntos da empresa, da "sua" propriedade. Segundo Kardelj, "... Os operários na organização básica do trabalho associado... administram o trabalho e a atividade da organização de trabalho associado e os meios de reprodução sociais..., decidem todas as formas de associação e de nexos entre seu trabalho e os meios de produção e sobre toda a receita que obtêm com seu trabalho associado... dividem a receita para o consumo pessoal, comum e geral em concordância com os critérios definidos sobre as bases da autogestão..." (pág. 160) etc. etc.

Tudo isto nada mais são que mentiras, porque nesta Iugoslávia onde domina a democracia burguesa, não existe uma verdadeira liberdade de pensamento nem de ação para os trabalhadores. A liberdade de ação nas empresas de "autogestão" é falsa. O operário iugoslavo não dirige nem goza dos direitos que proclama com tanta pompa o "ideólogo" Kardelj. O próprio Tito, no discurso pronunciado recentemente perante o ativo dirigente da Eslovênia, supostamente para demonstrar que é realista e adversário das injustiças de seu regime, disse que a "autogestão" não impede o aumento dos salários daqueles que trabalham mal a expensas dos que trabalham bem, enquanto que os dirigentes das fábricas, que são responsáveis pelas perdas, podem encobrir sua responsabilidade ocupando funções de direção em outras fábricas, sem temer o fato de serem criticados por alguém pelos erros que cometeram.

Ainda que em "teoria" E. Kardelj tenha suprimido a burocracia e a tecnocracia, o papel de uma classe dominante tecnocrática, na realidade, na prática, se desenvolveu rapidamente e encontrou um amplo campo de ação neste sistema supostamente democrático no qual o papel do homem trabalhador é ficticiamente "determinante". Na verdade, o que é determinante é o papel desta camada de funcionários e de novos burgueses que dominam as empresas sob "autogestão". São eles que elaboram o plano, que fixam os investimentos, os salários de cada um dos operários e os próprios, seguindo, naturalmente, a lei do funil. Promulgaram-se leis e regulamentos de tal modo que os ganhos sejam muito elevados para a direção e reduzidos para os operários.

Na Iugoslávia, esta camada reduzida de pessoas, engordada com o suor e o trabalho dos operários, que toma decisões em seu próprio interesse, converteu-se em classe capitalista. Assim foi criado o monopólio político do poder de decisão e da distribuição dos salários pela elite nas empresas sob "autogestão" socialista, enquanto que Kardelj, não deixando de repetir a mesma cantilena, pretende fazer crer que este sistema político, inventado pelos titistas, contribui para criar as condições necessárias para o exercício real dos direitos de "autogestão" e "democráticos" dos operários, os quais o sistema reconhece em princípio.

Foi precisamente o sistema de "autogestão" que estimulou a formação da nova classe capitalista. O próprio Tito reconhece este triste fato através de uma "crítica severa" que supostamente faz dos exploradores dos operários, de todos aqueles que dirigem este sistema de "autogestão socialista" e dele se aproveitam. Nos seus numerosos discursos, não obstante esforça-se por encobrir os males de seu sistema pseudo-socialista, tem-se visto obrigado a reconhecer a grande crise que se apoderou deste sistema pseudo-socialista e a polarização da sociedade iugoslava em ricos e pobres. "Eu não considero enriquecimento, diz ele, o que o

homem ganha por seu trabalho, inclusive se, com seus ganhos, tenha construído um chalé. Mas quando se trata de centenas de milhões e inclusive de bilhões, estamos frente a um roubo... Estes não são salários obtidos com a força de trabalho... Esta riqueza se cria por meio de diversas especulações dentro e fora do país... Agora, devemos ver o que ocorreu com aqueles que constroem casas, uma em Zagreb, outra em Belgrado, uma terceira em algum lugar da costa ou em algum outro lugar. Não se trata de simples casas de repouso, mas de chalés que freqüentemente são alugados. Além disso alguns não têm um, porém dois ou três carros por família..."¹ Em outra ocasião, para fazer crer que está, supostamente, contra o desenvolvimento de camadas ricas e pobres na sociedade, assinalou também que os depósitos de algumas pessoas ricas privadas nos bancos iugoslavos ascendem a cerca de 4.500 milhões de dólares, sem calcular as somas depositadas nos bancos estrangeiros e aquelas que têm em mãos.

Falando sobre o sistema inventado pelos revisionistas titistas, Kardelj vê-se obrigado a mencionar de passagem a necessidade de lutar "... contra as diversas formas de deformação e as tentativas de usurpação dos direitos dos trabalhadores e dos cidadãos à autogestão" (pág. 174). O caminho de saída para estes "abusos" é buscado novamente no marco do sistema de "autogestão" ampliando "... o correspondente mecanismo de controle social democrático..." (pág. 178).

É oportuno indagar: a que classe Kardelj faz alusão, quando fala da "usurpação dos direitos dos trabalhadores à autogestão"? Naturalmente não o diz, porém se trata da velha e da nova classe burguesa que usurpou o poder da classe operária, que a mantém sob a férula e a explora até a medula.

Kardelj em vão se esforça para apresentar os "conselhos operários", as "organizações fundamentais do trabalho associado" etc. etc. como a expressão mais autêntica da "democracia" e da "liberdade" do homem em todas

as esferas sociais. "Os conselhos operários" não são mais que órgãos puramente formais, que não defendem nem tornam realidade os interesses dos operários, mas sim a vontade dos dirigentes das empresas, porque corrompendo-os material, política e ideologicamente, integraram-nos na "aristocracia" e na "burocracia operária", agências que têm como missão enganar a classe operária com falsas ilusões.

A realidade iugoslava é um claro testemunho da falta da verdadeira democracia para as massas. E não poderia ser de outra maneira. Lênin assinalava que:

"...a democracia na produção é um termo que se presta a interpretações distorcidas. Pode-se entendê-la no sentido de que nega a ditadura e a direção unipessoal. Pode-se interpretá-la no sentido de um obstáculo ou de um pretexto que se põe à democracia ordinária".²

Não pode haver democracia socialista para a classe operária sem seu Estado de ditadura do proletariado. O marxismo-leninismo nos ensina que a negação do Estado da ditadura do proletariado é a negação da própria democracia para as massas trabalhadoras.

A negação dos revisionistas iugoslavos do Estado de ditadura do proletariado, da propriedade social socialista sobre a qual se apóia, levou-os a uma direção descentralizada da economia e sem um plano único de Estado. O desenvolvimento da economia nacional sobre a base do plano único de Estado e sua direção pelo Estado socialista sobre a base do princípio do centralismo democrático são uma das leis gerais e dos princípios fundamentais da construção do socialismo em cada país. Do contrário, ocorre como na Iugoslávia, onde se constrói o capitalismo.

1. Entrevista de Tito a uma correspondente do periódico "Vjestnik", outubro de 1972.

2. V.I. Lênin, Obras, ed. albanesa, t. XXXII, pág. 80.

Kardelj pretende que é reconhecido aos operários, em suas organizações de "autogestão", o direito a "... dirigir a atividade da organização do trabalho associado..." (pág. 160), ou seja, das empresas, podendo, pois, planificar supostamente também a produção. No entanto, qual é a realidade? O operário nestas organizações não dirige, tampouco elabora o chamado plano de base. Isto é feito pela nova burguesia - a direção das empresas - enquanto que é dada aos operários a impressão de que supostamente são os "conselhos operários" que fazem a lei nestas organizações sobre a "autogestão". Isto ocorre também nos países capitalistas, onde é o capitalista que detém todos os poderes nas empresas privadas, que conta com sua própria tecnocracia, seus tecnocratas que as dirigem, embora em certos países haja também representantes dos operários, cuja função é destituída de importância, mas o suficiente para forjar entre os operários a falsa ilusão de que supostamente também eles participam na direção dos assuntos da empresa. No entanto, isto é uma falácia.

A chamada planificação que se faz nas empresas iugoslavas sob a "autogestão" não somente não se pode qualificar de socialista senão que, ao realizá-la conforme o exemplo de todas as empresas capitalistas, ela conduz às mesmas consequências que se observam em toda economia capitalista, como a anarquia na produção, a espontaneidade e a uma série de outras contradições que se manifestam da maneira mais aberta e aguda na economia e no mercado iugoslavos.

"... O livre intercâmbio do trabalho entre a produção de mercadorias e o mercado livre que se auto-administra, (o grifo é nosso) no atual estágio de desenvolvimento socioeconômico, escreve Kardelj, é uma condição para a auto-administração... Este mercado... é livre no sentido de que as organizações sob a autogestão do trabalho associado se integram livremente e com menos intervenções administrativas possíveis, nas relações de livre intercâmbio de trabalho. A supressão desta liberdade conduz inevitavelmente à renovação do mono-

pólio estatal sobre o aparelho de Estado" (pág. 95).

Não há negação mais manifesta dos ensinamentos de Lênin, que escrevia:

"O comércio 'justo' que não se esquiva do controle do Estado, devemos apoiá-lo, nos convém desenvolvê-lo", "... já que a liberdade de venda, a liberdade de comércio é um desenvolvimento do capitalismo".¹

"Estes ensinamentos são totalmente estranhos para Kardelj porque ele nega o papel econômico do Estado Socialista e da propriedade socialista"

A economia política do socialismo indica que em um regime socialista, o comércio, assim como todos os outros processos da reprodução social, é um processo planejado e dirigido de maneira centralizada, que se baseia na propriedade social socialista sobre os meios de produção e ao mesmo tempo é parte integrante das relações socialistas de produção. No entanto estes ensinamentos para o revisionista Kardelj são totalmente estranhos e isto se deve à negação que faz do papel econômico do Estado socialista e da propriedade socialista. O mercado interno iugoslavo é um mercado tipicamente capitalista descentralizado no qual qualquer um pode vender e comprar livremente os meios de produção, o que está em oposição com as leis do socialismo. Por isso é que a agência TANJUG se vê obrigada a admitir que todo o mercado iugoslavo está dominado pelos empresários, pelos intermediários e pelos especuladores. No mercado reina o caos, a espontaneidade, as flutuações catastróficas dos preços etc. Segundo dados do Instituto Federativo iugoslavo de Estatística, os preços dos 45 produtos principais e as tarifas dos serviços sociais na Iugoslávia aumentaram 149,7 por cento no período 1972-1977.

No que diz respeito à venda de mercadorias no país, o poder aquisitivo é muito débil, devido aos baixos salários dos trabalhadores e porque no último balanço das empresas não fica grande coisa para distribuir aos operários. A empresa deseja vender em qualquer parte e independentemente seus produtos, porque o único desejo de seus dirigentes principais, ou seja, dos príncipes da nova burguesia, é assegurar lucros. Porém como gerar estes lucros, se os compradores são pobres? Então se tem recorrido a outras formas, sendo uma delas a venda a crédito. A venda a crédito dos produtos fabricados por estas empresas sob a "autogestão" é uma nova cadeia que o operário iugoslavo arrasta, do mesmo modo que este mesmo sistema capitalista faz pesar sobre os operários dos países capitalistas, mas que na Iugoslávia se intitula "autogestão socialista".

Estes são os mesmos traços que caracterizam igualmente o comércio exterior iugoslavo onde não existe o monopólio do Estado. Cada empresa, segundo os desejos da classe patronal, pode estabelecer contratos e acordos com qualquer firma ou sociedade multinacionais, com qualquer país estrangeiro para comprar ou vender matérias-primas, máquinas, produtos manufaturados, tecnologia etc. Esta prática antimarxista tem feito também com que a Iugoslávia se transforme em um país vassalo do capital mundial, que se agregue à profunda crise econômica e financeira que tem acossado todo o mundo capitalista e revisionista, crise que se manifesta também em outros setores.

Como revisionista recalcitrante, Ed. Kardelj nega, além disso, o papel do Estado socialista também em outros setores, como relações financeiras e outras atividades de caráter diverso. Ele escreve que: "As relações nos setores em que assentam as comunidades de autogestão dos interesses, por regra geral, sem a intervenção do Estado, ou seja, sem a mediação do orçamento e de outras medidas administrativas e fiscais..." (pág. 167).

1. V.I. Lênin, Obras, ed. albanesa, t. XXXII, págs. 426, 413.

Na Iugoslávia, como nos outros países capitalistas, propagou-se em vasta escala o sistema de concessão de créditos por parte dos bancos em lugar do financiamento orçamentário das inversões para o desenvolvimento das forças produtivas e de outras atividades. Os bancos converteram-se em centros do capital financeiro e são precisamente estes os que jogam um importantíssimo papel na economia iugoslava, interesse da nova burguesia revisionista.

“Na Iugoslávia instaurou-se um sistema anarcosindicalista que tem sido denominado de autogestão socialista”

Assim, um sistema anarcosindicalista instaurou-se na Iugoslávia e tem sido denominado de “autogestão socialista”. E o que trouxe à Iugoslávia esta “autogestão socialista”? Todos os males. Em primeiro lugar a anarquia na produção. Neste país nada é estável, cada empresa inunda o mercado com seus produtos e se desenvolve a concorrência capitalista, posto que não existe uma atividade coordenada, porque não é a economia socialista quem dirige a produção. A mesma empresa luta, em concorrência com outras, por segurar as matérias-primas, os mercados de venda etc. Muitas empresas entram em falência por falta de matérias-primas, devido aos grandes déficits que este desenvolvimento caótico capitalista cria, ao aumento dos estoques condicionados por falta de poder aquisitivo e à saturação do mercado com artigos fora de moda. A situação dos serviços de artesanato na Iugoslávia é também muito grave. Tito, falando a respeito no ativo dirigente da Eslovênia, não pôde ocultar o fato de que “Atualmente, com freqüência, cansamo-nos um bocadinho para encontrar, por exemplo, um carpinteiro ou algum outro artesão para uma reparação qualquer, e quando o encontra-

mos, exploramo-lo até o ponto em que seus cabelos ficam em pé”.

Independentemente do fato de que, como já indicamos mais acima, os produtos fabricados por alguns complexos industriais modernos são de boa qualidade, na Iugoslávia cria-se uma situação difícil, em consequência da falta de mercados para estes produtos. Esta é a origem do déficit da balança comercial iugoslava. Somente nos 5 primeiros meses deste ano o déficit alcançou os 2 bilhões de dólares. No XI Congresso da Liga dos “Comunistas” da Iugoslávia, Tito declarou que “o déficit referente ao mercado ocidental tornou-se quase intolerável”. Aproximadamente três meses após este congresso, voltou a declarar na Eslovênia: “Temos, em particular, grandes dificuldades em nossos intercâmbios comerciais com o Mercado Comum Europeu. Aqui a diferença, desfavorável para nós, é considerável e segue aumentando. Devemos falar muito sério com eles a respeito. Muitos deles nos prometem que estas coisas se ajustarão, que eles aumentarão as importações da Iugoslávia, porém de todos estes informes até o presente temos obtido pouco benefício. Cada um joga a culpa no outro.” E o déficit nos intercâmbios comerciais com o exterior, que Tito não menciona em seu discurso, em 1977 superou os 4 bilhões de dólares. Isto é uma catástrofe para a Iugoslávia.

Todo o país encontra-se em uma crise contínua e as grandes massas trabalhadoras vivem na pobreza. Um grande número de operários iugoslavos estão desempregados, são demitidos ou emigram para o exterior. Esta emigração econômica, este fenômeno capitalista, Tito não só o conhece, como também tem recomendado estimulá-lo. Em um país socialista não pode haver desemprego e o mais claro testemunho disto é a Albânia. Enquanto isso, nos países capitalistas, nos quais naturalmente também se inclui a Iugoslávia, existe e se cria desemprego em todas as partes. Quando na Iugoslávia há mais de 1 milhão de desempregados e mais de um milhão e trezentos mil emigrantes econômicos que vendem sua força de trabalho à Alemanha Federal, à Bél-

gica, à França etc.; quando continua aumentando rapidamente a riqueza privada dos indivíduos que exercem altas funções, quer seja no poder, quer seja nas empresas e instituições; quando os preços dos artigos de primeira necessidade aumentam dia a dia e as empresas e suas filiais que falem se contam aos milhares, tudo isto demonstra que o sistema de “autogestão iugoslava” é um grande blefe. E Kardelj, com o maior descaramento, chega até ao ponto de dizer que “em nossas condições, a auto-administração socialista é a forma mais direta e a maior expressão da luta pela emancipação do trabalhador, por sua liberdade de trabalhar e de criar, para que sua influência econômica e política seja determinante na sociedade” (pág. 158).

“A Iugoslávia encontra-se numa crise contínua e as grandes massas trabalhadoras vivem na pobreza.”

Indo mais além com sua conhecida fraseologia, com sua demagogia de tipo burguês, Kardelj mente até o extremo ao dizer: “Havendo-se sancionado mediante a constituição e as leis, os direitos dos operários, sobre a base de seu trabalho socializado, nossa sociedade amplia ainda mais as dimensões da verdadeira liberdade dos operários e dos trabalhadores nas relações materiais da sociedade” (pág. 162). Que entende este apologista da burguesia por “extensão das dimensões da verdadeira liberdade dos operários”? “Liberdade” de estar desempregado, “liberdade” de abandonar sua família e sua pátria para ir vender sua força de trabalho e sua capacidade intelectual aos capitalistas do mundo ocidental, “liberdade” de pagar impostos, de ser objeto de discriminação e de ser explorado barbaramente pela velha e pela nova burguesia iugoslava, assim como pela burguesia estrangeira?

O Sistema de "autogestão" e a negação do papel dirigente do Partido

Os revisionistas iugoslavos mantêm, além disso, uma atitude antimarxista em relação ao papel dirigente do partido comunista na construção do socialismo. Segundo a "teoria" de kardelj, o partido não pode dirigir nenhuma atividade econômica ou administrativa, mas somente pode e deve exercer sua influência através do trabalho de educação entre os operários, a fim de que estes compreendam melhor o sistema socialista.

A negação do papel desempenhado pelo partido comunista na construção do socialismo e a redução deste papel a um "fator ideológico" e de simples "orientação", está em aberta oposição com o marxismo-leninismo. Os inimigos do socialismo científico "argumentam" esta tese, pretendendo que a direção do partido é incompatível com o papel decisivo que devem desempenhar as massas de produtores, às quais, segundo eles, corresponde influir politicamente de maneira direta e não mediante o partido comunista, posto que este conduziria ao "despotismo burocrático"!

Opostamente a estas teses anticientíficas destes inimigos do comunismo, a experiência histórica tem demonstrado que o papel dirigente e indivisível do partido revolucionário da classe operária é indispensável na luta pelo socialismo e pelo comunismo. Como é sabido, o papel dirigente do partido constitui uma questão de importância vital para os destinos da revolução e da ditadura do proletariado, e isto obedece a uma lei geral da revolução socialista. Lênin diz que

"... não é possível exercer a ditadura do proletariado senão através do partido comunista".¹

A influência política direta das massas trabalhadoras na sociedade socialista de maneira alguma pode ser obstaculizada pelo partido comunista, que representa a classe operária, cujos interesses não estão em oposição aos interesses dos demais trabalhadores. Pelo contrário, somente sob a di-



Enver no 1º Congresso do PTA em 1948 — combate ao revisionismo iugoslavo.

reção da classe operária e de sua vanguarda, as massas trabalhadoras participam amplamente no governo do país e tornam realidade seus interesses. Em um país verdadeiramente socialista, como é a Albânia, toma-se diretamente a opinião das massas trabalhadoras sobre importantes questões. Os exemplos a respeito são inumeráveis, começando pela consulta popular que deu lugar ao debate e à aprovação da Constituição e a elaboração dos planos econômicos etc. etc. O "despotismo burocrático" é uma característica típica do Estado capitalista e jamais pode ser confundido com o papel dirigente do partido no sistema da ditadura do proletariado, que por sua natureza e seu caráter de classe é rigorosamente antiburocrático.

Prosseguindo o desenvolvimento das idéias revisionistas sobre o papel do partido, Kardelj escreve que a Liga dos "Comunis-

tas", apesar de que deve lutar a fim de que as principais funções do poder estejam nas mãos das forças subjetivas favoráveis ao socialismo e à autogestão socialista "... não pode ser um partido político de classe" (pág. 119). Eis aqui o partido que os revisionistas iugoslavos buscam! Estes não desejam, e em realidade não têm um partido político da classe operária, mas sim desejam uma organização burguesa, um clube no qual qualquer um pode entrar e sair, quando e como quiser, bastando declarar que é "comunista", sem que seja necessário sê-lo. Naturalmente isto é uma prática normal para um partido como a Liga dos "Comunistas" da Iugoslávia, que nada tem de comunista.

1. V.I. Lênin, Obras, ed. albanesa, t. XXXII, pág. 226.

Nunca houve nem jamais haverá partido e Estado à margem das classes. O Estado e o partido são produtos de classe. E, como tais, nasceram e assim serão os partidos e os Estados até se chegar ao comunismo.

Não obstante considerar liquidado o papel dirigente da Liga dos "Comunistas", não deixa de dizer de todos os modos e por pura demagogia que esta Liga, "com suas posições claras (que por sinal não são nada claras, mas, pelo contrário, obscuras e confusas) deve empenhar-se na busca dos meios para resolver os múltiplos problemas, assim como dos métodos e formas para o ulterior desenvolvimento do sistema político da auto-administração socialista". Se o Estado e o partido não podem criar a felicidade do povo, como escreve o renegado Kardelj, então por que se pede que se concedam essas prerrogativas à Liga dos "Comunistas" da Iugoslávia? Se a sociedade de "autogestão" iugoslava não necessita da direção de um partido político único, como se pretende, então que necessidade há da direção da Liga dos "Comunistas" da Iugoslávia?

Enquanto que Marx defende um autêntico partido da classe operária, que dirija esta classe e a faça tomar consciência de sua missão histórica, para Kardelj o proletariado pode fazer progredir o país e tornar realidade suas aspirações de maneira espontânea, inclusive sem o papel dirigente do partido. Isto o faz para legalizar a teoria da "auto-administração", teoria que está também a favor do pluralismo político, ou seja, pela união de todas as forças sociais na chamada Liga Socialista do Povo Trabalhador, independentemente de suas distinções ideológicas e políticas, e a favor de um partido que nada tem de comunista, porém que lhe põem o rótulo de dirigente de todo o sistema antimarxista da "auto-administração".

O revisionista Kardelj fala do burocratismo dos partidos ocidentais do capital. Porém também aqui nada de novo descobriu, porque é sabido que o burocratismo é inerente à natureza do capitalismo e constitui um traço característico deste. Se denuncia a burocratização dos outros partidos não é para criticá-los, mas

para dissimular o burocratismo e logo a liquidação do Partido Comunista da Iugoslávia e despojá-lo de toda prerrogativa que lhe correspondia. Os titistas consideram como desburocratização pôr o partido à retaguarda dos acontecimentos, dos fenômenos e dos processos da vida política e social e transformá-lo em um partido da burguesia e, para encobrir sua traição, colaram-lhe a etiqueta de "Liga dos Comunistas da Iugoslávia".

"Nunca houve nem jamais haverá partido e Estado à margem das classes O Estado e o partido são produtos de classe."

Para se saber se um partido é ou não comunista, ou se é ou não um partido da classe operária, não se pode julgar através do nome que leva, mas sobretudo pelo fato de quem são aqueles que o dirigem e qual é a atividade que realiza. Lênin dizia:

"...que um partido seja, ou não, um autêntico partido político operário depende também de quem o dirige e do conteúdo de sua ação e de sua tática política"¹.

É em verdade, a Liga dos "Comunistas" da Iugoslávia não só não escapou do burocratismo, como há tempo que deixou de existir como partido dos comunistas iugoslavos. Sua saturação através de numerosos aparelhos, de uma multidão de funcionários e burocratas a soldo, do mesmo modo que os partidos revisionistas ocidentais ou os partidos socialdemocratas, é um dos fatores que fizeram com que este partido, longe de estar na vanguarda da classe operária, tenha se convertido em um partido que se opõe a esta classe.

Na Iugoslávia já não existe, como direção do Estado e da sociedade, o papel dominante da classe operária e de seu partido de vanguarda. Segundo Kardelj, na Iugoslávia a Liga dos "Comunistas" não tem nenhum direito à direção política no sistema do Estado, porque ali o poder é exercido "... através do sistema de delegação, enquanto que a Liga dos Co-

munistas, ainda que parte integrante do sistema de auto-administração, constitui um dos fatores mais importantes da influência social na formação da consciência dos auto-administradores e dos órgãos de delegados" (pág. 73). Penso que aqui não há necessidade de muitas explicações. Basta o que escreve este renegado para se convencer de que na Iugoslávia não existe a ditadura do proletariado como dominação política da classe operária e como direção estatal da sociedade por parte desta classe. E posto que ali não existe esta ditadura, tampouco pode-se falar da existência do partido da classe operária, senão de um partido da burguesia.

Kardelj pretende que o "sistema de partido único" em um país socialista é uma transformação específica do sistema político burguês e que o papel de um partido (aqui se refere ao Partido Bolchevique) é o mesmo que o do "sistema de pluralidade de partidos", do pluralismo político burguês, porém com uma "pequena" diferença: no sistema de partido único, à frente do poder político estão unicamente os dirigentes deste partido, enquanto que no sistema de pluralidade de partidos, os dirigentes se revezam no poder. Este falsificador põe em um mesmo plano os partidos burgueses e o partido dos bolcheviques, criado pelos revolucionários russos com Lênin à frente. Segundo ele, não existe nenhuma diferença entre a direção do Estado e a direção da sociedade em relação a um verdadeiro partido dos comunistas e a dominação da burguesia através do sistema de pluralidade de partidos. Isto demonstra uma vez mais que os titistas, assim como a burguesia, consideram os partidos políticos e o Estado como instituições que estariam acima das classes.

Se a classe operária é adversária até a morte da burguesia e se estas duas classes têm-se organizado em partidos políticos para defender seus interesses antagônicos e dominar cada uma por sua vez a sociedade, isto não significa que o partido da classe operária, o partido marxista-leninista,

1. V.I. Lênin, Obras, ed. albanesa, t. XXXI, pág. 285.

nista, não tenha diferenças com o partido burguês; pelo contrário. Quando o Partido Comunista da Iugoslávia se transformou em um partido burguês, de maneira alguma converteu-se em um partido acima das classes, mas sim transformou-se de vanguarda da classe operária em instrumento da burguesia, perdeu somente seu caráter de classe proletária, mas não seu caráter de classe em geral, porque sobreveio um partido da nova classe burguesa. A diferença entre o partido comunista e um partido burguês na direção do Estado não é "pequena", mas muito grande, profunda, de princípios, de classe, que não pode ser reduzida à "rotação" de seus chefes no poder político, como pretende este renegado.

Com estas "elucubrações" sobre a "pequena diferença" que existe entre o sistema político burguês e o sistema socialista, entre o partido burguês e o partido marxista-leninista, os revisionistas iugoslavos querem dizer que sua pressurosa marcha para o capitalismo não deve ser imputada como um grande erro. Está inteiramente claro que os revisionistas iugoslavos não podem expressar na teoria posições diversas às que têm mantido na prática.

Fazendo sermões sobre as "diferenças do sistema de partido único", buscando assim atacar a construção do socialismo na União Soviética dos tempos de Lênin e Stálin, ele escreve: "Ali constata-se ante tudo a tendência à união pessoal dos dirigentes do partido com o aparelho executivo do Estado, convertendo-se este partido em um instrumento de ação das tendências tecnoburocráticas na sociedade. (pág. 64).

A fim de "escapar" deste "tecnoburocratismo" e desta tendência "à união pessoal dos chefes do partido com o aparelho executivo do Estado sob o socialismo", que arbitrariamente atribuem-no aos bolcheviques, os senhores revisionistas iugoslavos criaram seu próprio sistema, que não é senão uma ditadura do grupo titista. Nas denominadas assembleias das comunidades de autogestão e em seus aparelhos executivos, como admite o próprio autor do livro "... estão manifestando-se com mais força as ten-

dências burocrático-centralistas" (pág. 232). Na Iugoslávia, o poder executivo é manipulado por Tito e sua camarilha. Não obstante assegurar que supostamente não aspiram ao poder, o presidente da Liga dos "Comunistas" da Iugoslávia é presidente eterno do Estado iugoslavo e todos os altos funcionários que ocupam postos-chaves no poder, no exército, na economia, na política exterior, na cultura, nas organizações sociais etc., desempenham importantes funções na Liga dos "Comunistas" da Iugoslávia. Toda a questão é que os revisionistas iugoslavos, enquanto atacam os ensinamentos marxistas-leninistas sobre a direção do partido proletário na sociedade socialista, na prática se esforçam por manter firmemente em suas mãos as rédeas do poder. A chamada Presidência da Iugoslávia não foi constituída para assegurar a direção coletiva do Estado, nem para combater o burocratismo no qual se assenta, nem para defender o Estado iugoslavo das forças dominantes externas com respeito a esta, como temos ouvido dizer algumas vezes, mas é uma desesperada tentativa de assegurar a dominação do titismo após a morte de Tito. Isto demonstra que o regime iugoslavo não somente em seu conteúdo, mas também em sua forma, não é senão um poder capitalista que reprime o povo, tentando mascarar-se atrás de slogans enganosos.

Kardelj não pode apagar o sombrio período negro na história da Iugoslávia quando, como consequência da traição da direção do Partido Comunista da Iugoslávia e da instauração da ditadura titista, os povos deste país sentiram na própria carne as injustiças, a violência e o terror mais desenfreados. O porta-voz titista, Kardelj, tenta passar por alto este período obscuro com alguns slogans tendentes a convencer os povos da Iugoslávia de que não se queixem dos sofrimentos, posto que "também nossa revolução socialista, em sua primeira fase constituiu, sob determinada forma, um sistema de partido único de democracia revolucionária, mas jamais tomou uma forma "clássica stalinista" (págs. 64-5). Este renegado nem sequer é digno de mencionar a "forma clássi-

ca stalinista", que é uma forma tão democrática e socialista que não somente o regime de Tito-Kardelj-Rankovich dele não se aproxima em absoluto, mas que seria uma vergonha querer compará-lo a ela. Os monstruosos crimes cometidos na Iugoslávia não foram perpetrados durante o período no qual existiam relações de amizade com Stálin e a União Soviética de sua época, mas precisamente após o rompimento desta amizade e quando a Iugoslávia tomou abertamente o caminho da "autogestão".

Atualmente na Iugoslávia, segundo a "teoria" de Kardelj, desapareceu "completa e radicalmente" a união pessoal dos órgãos executivos da Liga dos "Comunistas" da Iugoslávia e dos órgãos executivos do Estado, porque a Liga dos "Comunistas" da Iugoslávia está supostamente privada de toda competência que lhe permite exercer o papel de força dirigente ideológica e política na sociedade. Seu único papel se reduz a exercer influência sobre as massas.

"Os monstruosos crimes cometidos na Iugoslávia não foram perpetrados durante o período em que existiam relações de amizade com Stálin"

Porém, como e em que esta espécie de Liga poderá influir sobre as massas, quando não está investida de nenhuma competência para dirigir? Em nada. Tito, em um momento de desespero, reconheceu que a "Liga dos Comunistas da Iugoslávia se reduziu a uma organização amorfa, apolítica". Mas Kardelj, para evitar o descrédito total dos titistas, e corrigindo as afirmações de seu chefe, indica que supostamente a "... Liga dos Comunistas converteu-se em um dos mais poderosos pilares da democracia de novo tipo: da democracia do pluralismo de interesses de auto-administração" (pág. 65).

Se a "auto-administração" iugoslava despojou a Liga dos "Comunistas" da Iugoslávia de seu papel de direção política, subentende-se que esta "auto-administração" privou também a classe operária de seu papel político, posto que esta pode exercer suas prerrogativas unicamente através de sua vanguarda, o partido comunista. Se a vanguarda da classe operária vê-se privada de seu poder de direção, seria absurdo pretender que a classe exerça os direitos que lhe correspondem. Nestas condições, é de se imaginar como o proletariado e as demais massas trabalhadoras podem "auto-administrar-se" nesta espécie de democracia "de novo tipo"! Vejamos o que Kardelj diz concretamente a respeito: "A Liga dos Comunistas não domina através do monopólio político, mas expressa, de uma forma específica, porém muito importante do ponto de vista sócio-histórico, os interesses da classe operária, e ao mesmo tempo os interesses de todos os trabalhadores e da sociedade, no sistema de auto-administração e do poder da classe operária e do povo trabalhador, sistema que se apóia no pluralismo democrático dos interesses dos indivíduos sob a auto-administração" (págs. 65-6).

Esta fraseologia empolada e obscura não demonstra outra coisa senão o fato incontestável de que o partido na Iugoslávia caminha a reboque, que existe somente no papel. Não obstante se pronuncie, por pura retórica, pelo reforçamento do papel do partido, mas, devido à maneira como o concebe, não restou a Kardelj outra alternativa senão afirmar que: "... A Liga dos Comunistas da Iugoslávia não está politicamente e de maneira criadora suficientemente presente... em todo o sistema democrático da auto-administração e na estrutura da política e da prática das outras organizações sociais e políticas..." (págs. 263-4). E então, onde está presente a Liga, se não está nos lugares onde deveria estar e se na Iugoslávia, como informou a agência iugoslava TANJUG, dois terços das aldeias não têm, em absoluto, organizações de base da Liga dos "Comunistas"? Kardelj não está em condições de

responder esta pergunta embaraçosa, porém a análise concreta da atividade prática exercida pela Liga nos demonstra de maneira incontestável que, como "partido dos comunistas", não está presente em nenhuma parte, enquanto que, como partido da nova burguesia iugoslava e da ditadura fascista de Tito, pode estar presente em todas as partes.

Neste "socialismo de autogestão" iugoslavo, que Kardelj assumiu a tarefa de abordar "teoricamente", a Liga dos "Comunistas" da Iugoslávia sempre ocupa uma posição específica. Esta posição específica, a qual pode ser observada no decorrer de todo o seu livro, pode ser interpretada de diversas maneiras, ou seja, como uma posição específica da educação dos trabalhadores, posição específica com respeito ao proletariado, posição específica no chamado sistema de delegação, no qual não deveria participar e menos ainda dirigir por temor do "monopólio político" e a outros elementos específicos. Este partido, com essa infinidade de elementos específicos, tem o direito, no marco do poder de delegação da denominada Liga Socialista do Povo Trabalhador da Iugoslávia, a ter sua delegação nas assembleias por intermédio da qual colabora com outras delegações com atribuições de "auto-administração". Isto demonstra que a Liga dos "Comunistas" da Iugoslávia não tem nenhuma força política independente e que há tempos vem servindo como uma agência do federalismo anarquista iugoslavo. Se existe, é para dar satisfações ao capital estrangeiro, que fincou raízes no país, para assegurar-lhe que a "autogestão" não atenta contra o sistema da propriedade privada, que nenhum partido, qualquer que seja, não modificará a linha deste Estado anarcossindicalista.

Segundo E. Kardelj, o único elemento que vale é o papel do indivíduo na sociedade, enquanto que a classe operária e seu partido não valem nada. Segundo ele, não é o partido marxista-leninista a vanguarda da classe operária, mas sim "as comunidades auto-administradoras", uma or-

ganização abstrata, improvisada para aparentar uma transformação importante, mas que de fato não tem uma existência real. A classe operária não é considerada por este revisionista como a classe dirigente da sociedade, mas é confundida com todos os trabalhadores. Todo o povo iugoslavo, pretende ele, pode ser considerado vanguarda, naturalmente com a condição de se pôr à cabeça desta "vanguarda" o homem, que expressa e alcança "livremente" (ou seja, de modo anárquico) seus objetivos (nesta sociedade anárquica). Destas investigações resulta claro que a classe operária, na Iugoslávia, há tempos que deixou de atuar unida, e que perdeu seu papel dirigente nesta sociedade. Ao sair das mãos da classe operária o partido e o poder, não só esta já não está no poder como também se reduziu à situação de uma classe explorada pela nova burguesia, a qual domina as massas trabalhadoras mediante o poder do Estado que manipula.

Para evitar ser acusado de que sua atitude negativa em relação ao papel dirigente do partido da classe operária é uma traição aos interesses desta classe, este conhecido traidor extraiu do "Manifesto do Partido Comunista" de Marx e Engels estes trechos: "Os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos partidos operários", "não têm interesses que os separam do conjunto do proletariado", "não proclamam princípios especiais aos que quiserem se ajustar ao movimento proletário". Com citações deste gênero, Kardelj busca criar a impressão de que Marx e Engels haviam supostamente defendido a idéia de que os comunistas não necessitam de seu partido, posto que este não é um partido com características, interesses e princípios distintos aos dos outros partidos operários. Que renegado! Sem o menor escrúpulo, vê o proletariado com os óculos do antimarxista socialdemocrata, como uma massa amorfa que luta, supostamente, por seus interesses gerais, mas que está desprovida de todo princípio, de toda direção de classe revolucionária, de todo programa de luta para conquistar seus direitos!



Cartaz Soviético sobre a eletrificação

A Experiência Socialista na URSS

Rogério Lustosa*

Durante um período de 27 anos, de 1928 a 1955, o crescimento industrial na União Soviética foi, em média, de 13% ao ano. Um índice jamais visto no mundo capitalista. Em 1954, a produção industrial deste país era 18 vezes maior que de 1929. Em comparação com este êxito formidável do socialismo, as grandes potências capitalistas apresentaram resultados ridículos. Em 54, a produção dos EUA representava apenas o dobro, a da Inglaterra 72% a mais, e a da França 14% a mais daquela obtida em 1929.

Mas alguma coisa de muito grave aconteceu depois disto. A tal ponto que o atual dirigente soviético, Mikhail Gorbachev, confessou, em seu livro "Perestroika", que, na segunda metade dos anos 70, "o país começou a perder impulso (...). Começaram a aparecer na vida social elementos do que chamamos de estagnação e certos fenômenos estranhos ao socialismo (...). Nos últimos 15 anos, a taxa de crescimento da renda nacional caíra para mais da metade e, no início dos anos 80, chegara a um nível próximo da estagnação econômica".

 LEIS OBJETIVAS

Sabe-se que o desenvolvimento de um país não se dá aleatoriamente e sim de acordo com leis econômicas objetivas, que, como indica Stálin, "refletem o caráter regular de processos que se realizam independentemente da vontade dos homens". O socialismo cresceu de forma extraordinária, não simplesmente pela genialidade de tal ou qual pessoa, mas, fundamentalmente, porque a revolução de 7 de novembro de 1917 socializou os meios de produção, destruiu as bases da exploração burguesa e libertou as forças produtivas das amarras estabelecidas, até então, pela propriedade privada capitalista sobre elas.

No sistema capitalista, enquanto a produção toma cada vez mais um caráter social, com milhões de trabalhadores organizados e escravizados nas fábricas, a forma de propriedade sobre as máquinas e todos os demais meios de produção — e, em consequência, das mercadorias produzidas — é privada. Esta contradição leva fatalmente às crises. Marx dizia que "a sociedade burguesa assemelha-se ao feitiço que já não pode controlar as forças infernais que pôs em movimento com suas palavras mágicas (...). O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio".

A revolução foi o instrumento concreto para fazer valer a lei da correspondência obrigatória entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas. Com a tomada do poder pelo proletariado, a Rússia passou a um novo patamar do desenvolvimento, o socialismo, onde as riquezas e as forças produtivas passam a ser utilizadas em favor da sociedade.

Evidentemente que a simples tomada do poder não resolveu de imediato todos os problemas. Com ela inicia-se "a batalha entre o socialismo, ainda débil, mas vitorioso, e o capitalismo, derrotado mas ainda forte", como indicou Lênin. Deixam de atuar, ou têm seu raio de ação muito reduzido, as leis que regiam o capitalismo e entram em cena as leis

econômicas do novo sistema socialista.

Mas, enquanto as leis das ciências naturais ao serem identificadas não encontram grandes obstáculos, a aplicação das novas leis econômicas afeta interesses das classes em decadência, que usufruíam do velho sistema de exploração.

 REAÇÃO BURGUESA

Durante três anos, o jovem poder soviético enfrentou a intervenção armada das potências imperialistas e a sabotagem dos "contras" daquela época, igualmente financiados, armados e insuflados pela burguesia internacional. Só em 1920 foi possível estabelecer o primeiro plano econômico, que tinha como objetivo imediato reorganizar a economia, arrasada pela guerra e pela atividade contra-revolucionária. Depois de consolidar o poder político, o proletariado se lançava à tarefa de derrotar economicamente a burguesia.

Na luta de classes que se desenrolou, os antigos donos do poder resistiram desesperadamente na defesa de seus privilégios. E sua resistência encontrava eco dentro do próprio partido de vanguarda do proletariado, através de elementos que não conseguiam assimilar a ideologia marxista.

Era possível bater o capitalismo e passar à construção do socialismo? Era possível, nas novas condições, promover o desenvolvimento acelerado das forças produtivas? A democracia proletária podia realmente funcionar e colocar em atividade milhões e milhões de trabalhadores na edificação de uma nova sociedade?

"Sim", diziam os bolcheviques. "Reorganizar toda a indústria, sobre a base da grande produção coletiva e sobre uma novíssima técnica (baseada na eletrificação de toda a economia)" era a orientação de Lênin para este período. Ele chegou a dizer, naquele momento, que "o comunismo é o poder soviético mais a eletrificação de todo o país".

"Não", gritava Trotsky. Para ele o regime soviético só podia

avançar se viesse em seu socorro a revolução vitoriosa nos principais países da Europa. "Não", repetia Bukhárin. A Rússia, segundo ele, não estava "madura" para a revolução. Precisava entrar num acordo com os empresários estrangeiros e com os elementos capitalistas russos.

Para impulsionar a economia, o Partido Comunista tratou de interessar mais os camponeses na produção, oferecendo-lhes certas vantagens e permitindo, sob certo controle do Estado, o comércio privado. Ao mesmo tempo, promoveu o funcionamento normal dos sindicatos, nas novas condições da classe operária no poder.

Bukhárin, refletindo os sentimentos dos kulaks (burguesia do campo) e dos comerciantes, passou a defender a liberdade completa do comércio privado, o livre jogo dos preços no mercado e a abolição do monopólio estatal sobre o comércio exterior.

Em outras palavras, enquanto os bolcheviques conduziam a economia no sentido de limitar a atuação da lei do valor, que regula o mercado capitalista, Bukhárin pregava a capitulação do novo sistema aos mecanismos de oferta e procura da velha sociedade em decadência.

 DEMOCRACIA DA CHIBATA

Em relação à democracia socialista, foi Trotsky quem se insurgiu de forma mais evidente. Impregnado por concepções burguesas, ele manifestou-se contrário ao abandono da disciplina militar adotada durante o "comunismo de guerra". E defendeu abertamente, no IX Congresso do Partido Comunista, em 1920: "Os operários devem estar ligados a seu emprego, sujeitos a serem transferidos; é necessário dizer-lhes o que devem fazer (...). Quem cuida disso? O sindicato. Ele cria o novo regime. É a militarização da classe operária." Para isto os sindicatos deveriam ser estritamente subordinados ao Estado, e com dirigentes nomeados pelo governo.

Apesar de derrotado por ampla maioria, ele foi ainda mais longe no III Congresso dos Sindicatos: "É mesmo verdade que o traba-

lho obrigatório seja sempre improdutivo? Este é o preconceito liberal mais lamentável e mais miserável: os bandos de escravos também eram produtivos." E ainda recebeu o apoio de Bukhárin nesta comparação absurda entre o operário que se tornara dono de seu destino e força dirigente da sociedade, com o escravo.

Lênin, em nome do Comitê Central do Partido, escreveu um folheto desmascarando estas sandices: "Trotsky e Bukhárin apresentam as coisas desse modo: 'vejam, nós nos preocupamos com o aumento da produção e vocês unicamente com a democracia'. Essa imagem é falsa pois a questão se coloca assim: sem uma posição política justa, uma dada classe não pode manter sua dominação e, em consequência, não pode também desincumbir-se de sua tarefa na produção."

Isto demonstra que embora a revolução e a construção do socialismo sejam decorrência da lei econômica da correspondência obrigatória entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas, isto não se realiza, na prática, de forma automática. Para transformar a possibilidade em realidade, é preciso que os homens estudem as leis econômicas, aprendam a aplicá-las e a traçar planos que reflitam corretamente as exigências de cada uma delas. Por isto mesmo, a cada passo é indispensável promover o acompanhamento das tarefas e proceder aos reajustes necessários. Aí sim é que se revela a genialidade ou a incompetência dos dirigentes e dos partidos.

ECONOMIA PLANEJADA

Em 1925, concluída a recuperação da economia, a URSS tinha condições de desenvolver a pleno vapor as potencialidades do socialismo. Stálin assinalava então com clarividência: "Marchamos com atraso de 50 a 100 anos em relação aos países adiantados. Em 10 anos temos que cobrir esta distância. Ou o fazemos ou nos aplastam." O XIV Congresso do Partido colocou a industrialização no centro das preocupações dos trabalhadores soviéticos.

Aqui vale destacar uma característica própria do socialismo. O capitalismo cresce como resultado da busca coordenada do lucro máximo. Por isto mesmo, inicia o seu desenvolvimento pela indústria leve, que proporciona rápido retorno dos investimentos capitalistas. Só a partir de certo grau de acumulação de capital é que pode dedicar-se à indústria pesada. O socialismo, pelo contrário, tem como lei fundamental a satisfação das necessidades materiais e culturais dos trabalhadores. A economia é centralizada nas mãos do Estado e pode ser cientificamente planejada. Em função disto, é possível ao governo arregimentar enormes recursos — antes usados para sustentar a burguesia, pagar dívidas e alimentar a máquina de guerra — e investir na produção de bens de produção, máquinas e equipamentos fundamentais para o crescimento rápido e seguro da economia.

Os resultados da industrialização na URSS mostraram o vigor do novo sistema. Em 1925, dois terços da produção do país vinha da agricultura e apenas um terço da indústria. Em dois anos a indústria elevou a sua participação para 42%. O setor socialista da economia cresceu 81% entre 1924 e 1925 e 86% entre 1926 e 1927.

DESENVOLVIMENTO HARMÔNICO

Entra em cena aqui outra lei do desenvolvimento econômico do socialismo. Todos os ramos da indústria crescem harmonicamente, e o mesmo ocorre entre indústria e agricultura. A indústria encontra na agricultura a aplicação para as máquinas construídas e por sua vez tem aí sua fonte de matérias-primas e alimentos.

Isto não pode se realizar no capitalismo. Devido à busca do lucro, os capitais são atraídos irresistivelmente para os ramos rentáveis, resultando num crescimento desordenado. E, como regra geral, a agricultura não acompanha os passos da indústria, devido ao fato de que os investimentos nesta área têm que se conformar com os prazos relati-

vamente longos entre o plantio e a colheita.

No socialismo, a lei do valor, embora ainda exerça influência, pelo fato de haver ainda produção de mercadorias, tem seu campo muitíssimo restringido. Os meios de produção, as máquinas, as terras, deixam de ser compradas e vendidas, não são mais mercadorias, passam a ser propriedade social. Mesmo as terras, quando permanecem nas mãos dos camponeses ou na posse das cooperativas, não podem mais ser vendidas. E a força de trabalho dos operários deixa também de ser mercadoria.

Stálin observa que no socialismo, apesar do campo reduzido em que atua a lei do valor, não se descuida da rentabilidade das empresas. Mas o assunto é tratado de forma diversa daquela do capitalismo. "Se considerarmos a rentabilidade, não do ponto de vista de algumas empresas isoladas ou de ramos da produção isolados, e não no período de um ano, mas sim do ponto de vista de toda a economia nacional e durante um período, digamos de 10 — 15 anos, que seria aliás a única maneira acertada de enfocar o problema, verificaríamos que a rentabilidade temporária e inconsistente desta ou daquela empresa ou ramo de produção não pode em absoluto comparar-se com a forma superior de sólida e permanente rentabilidade que nos dão a ação da lei do desenvolvimento harmonioso da economia nacional e a planificação da mesma, ao livrar-nos das crises econômicas periódicas, que destroem a economia nacional, que causam enormes danos materiais, e ao assegurar-nos o desenvolvimento ininterrupto da economia e o elevado ritmo desse desenvolvimento."

AGRICULTURA MODERNA

Com a arrancada da indústria, o poder soviético dotou a agricultura de máquinas modernas capazes de elevar aceleradamente a sua produtividade. E, ao mesmo tempo, criou as condições objetivas para ultrapassar a pequena produção patriarcal camponesa — voltada basicamente para o consumo — assim como a pequena produção mercantil dos



A aliança operário-camponesa (cartaz soviético)

camponeses médios e dos artesãos, e a produção dos kulaks. As relações atrasadas, tanto o trabalho individual ou familiar como a exploração assalariada, podem então ser substituídas pelo trabalho socializado.

Foram criadas as "estações de máquinas e tratores" — empresas estatais que forneciam equipamentos e técnica avançada para as cooperativas. Estes poderosos meios de produção permaneciam nas mãos do Estado — propriedade social — mas eram colocados à disposição dos camponeses mediante contrato, de acordo com as condições de cada estabelecimento.

A atividade revolucionária orientou-se no sentido da mecanização do campo e para o estabelecimento do trabalho coletivizado — seja através dos kolkhoses (cooperativas agrícolas) ou dos sovkhoses (fazendas estatais). No início, taticamente, foram feitas restrições aos kulaks e, logo a seguir, com o fortalecimento da coletivização, passou-se à liquidação desse tipo de exploração.

Como não podia deixar de ser, a burguesia resistiu ferozmente. Só nos cinco primeiros meses de 1929, foram praticados 1.141 atos terroristas pelos kulaks. E esta atividade teve sua correspondência na atuação dos oportunistas no seio do Partido.

Os trotskistas argumentavam com a "pouca rentabilidade" dos sovkhoses e pregavam sua dissolução. Afirmavam também que os kolkhoses eram "fictícios". De outro lado, os bucharinistas atacavam, baralhando as diferenças

entre camponeses pobres e médios, forças aliadas na construção do socialismo, e os kulaks, inimigos de classe do proletariado. Pregavam a "incorporação" desta burguesia rural ao socialismo. Tendo alcançado postos-chaves no Conselho Econômico, elementos deste grupo chegaram a tomar medidas diminuindo o número de máquinas agrícolas destinadas aos camponeses e aumentando o número entregue aos kulaks.

As vitórias da coletivização foram surpreendentes, para desespero dos sabotadores. Entre 1927 e 1930 a produção de cereais das cooperativas multiplicou-se por 10. A produção de trigo, em particular, passou de 573 mil toneladas para 6 milhões e meio de toneladas.

UM NOVO PAÍS

Em 1934, no XVII Congresso do PCUS, Stálin anunciava que "o país se transformou radicalmente. Converteu-se de um país agrário em um país industrial. Converteu-se de um país de pequenas explorações agrícolas individuais em um país de grandes explorações agrícolas mecanizadas".

Como se explica que com um crescimento tão impetuoso não se registrassem crises de superprodução? Nos países capitalistas, com ritmos muito inferiores, rapidamente a sociedade é sacudida por violento antagonismo entre as riquezas incalculáveis acumuladas de um lado e pela

miséria brutal dos que as produzem. Os armazéns ficam superlotados de mercadorias que não têm saída.

Ocorre que no capitalismo, os trabalhadores transformam, com seu trabalho, a matéria bruta em instrumentos de todo o tipo. E, pela propriedade particular de sua força de trabalho, acrescentam valor ao que produzem — a **mais-valia**, apropriada pelo dono dos meios de produção. Recebem em troca um salário, que mal dá para garantir sua manutenção. O capital cresce às custas do trabalho não pago aos operários. Evidentemente os salários não podem acompanhar o ritmo de crescimento do capital. As crises fazem parte da essência do sistema.

No socialismo, os próprios trabalhadores detêm a propriedade social dos meios de produção. As forças produtivas e as riquezas produzidas passam a ser utilizadas em seu benefício. Eles se apropriam individualmente dos bens de consumo necessários à sua vida, lazer e desenvolvimento cultural, alimentos, roupas, utensílios domésticos etc. Segundo a forma de distribuição socialista, cada um recebe de acordo com seu trabalho.

Mas, socialmente, os trabalhadores se apropriam de tudo o mais que é produzido, que se transforma em fábricas, escolas, hospitais, meios de transporte, e do que é reinvestido para ampliar a produção. Não existe contradição entre a produção e a apropriação. Embora seja possível ha-

ver distorções nos planos, que podem não corresponder plenamente às exigências das leis econômicas em dado momento, tais incorreções não conduzem a crises. E podem ser corrigidas durante a sua aplicação.

Os números são mais eloquentes que as teorizações:

Em 1927, existiam 18 mil tratores em todo o país. Até 1932, foram produzidos outros 120 mil novos. Em 1940, já eram 531 mil tratores e 18 mil ceifadeiras — debulhadoras. De 1929 a 1937, o ritmo de desenvolvimento anual médio da indústria soviética foi de 20%, enquanto nos países capitalistas a média foi de 0,3%. Em 1937, o capital fixo investido na indústria era 5,5 vezes maior que em 1928. E na indústria de meios de produção em particular, esta cifra alcançava 7,7 vezes. O número de operários industriais cresceu de 3,8 milhões para 10 milhões. E o número de trabalhadores especializados cresceu ainda mais rapidamente, 6,8 vezes mais torneiros mecânicos e 13 vezes mais frezadores, entre 1926 e 1939. De 1926 a 1940, a produção industrial cresceu 8,5 vezes! Neste ano, o consumo de leite duplicou em relação ao de 1913, e o de ovos quadruplicou.

REVOLUÇÃO NA CULTURA

O socialismo não cuidou apenas da produção e do bem-estar material do povo. O novo regime fez prodígios na elevação do nível de consciência e na formação cultural dos trabalhadores. Só no ano de 1933, foram enviados ao campo 17 mil ativistas do Partido para atuar como propagandistas junto às estações de máquinas e tratores. A orientação do governo era a da incorporação voluntária dos camponeses aos **kolkhoses** e **sovkhoses**, pelo convencimento, pela argumentação e pela demonstração com resultados práticos.

Os alunos das escolas primárias passaram de 7,9 milhões, em 1914, para 29,6 milhões, em 1937. Os estudantes dos cursos superiores, de 117 mil para 547 mil. O número de livros editados cresceu de 86,7 milhões para 673,5 milhões e o de jornais publi-

cados foi de 2,7 milhões para 36,2 milhões.

As mulheres, em particular, romperam com entusiasmo os grilhões da ignorância e da submissão a que estavam submetidas pelo regime burguês. Em 1936, cerca de 42% dos alunos nas escolas superiores, e 48% nas escolas técnicas eram do sexo feminino. A proporção de mulheres nas escolas industriais superiores, em 1935, na URSS, era 7 vezes maior que na Alemanha, 10 vezes maior que na Inglaterra e 20 vezes maior que na Itália. Em 1940, 60% dos médicos no país eram mulheres.

O avanço das forças produtivas impulsionava modificações nas relações de produção entre os homens. E estas, por sua vez, facilitavam o maior desenvolvimento dos meios de produção.

CRÍTICA BURGUESA

Gorbachev não tem como negar esta impressionante demonstração da capacidade dos operários construírem um novo mundo. Mas ao falar deste período é obrigado a revelar sua verdadeira posição de classe.

“A viabilidade dos planos do Partido — diz ele no livro ‘Perestroika’ —, que a massa entendia e aceitava, e dos **slogans** e projetos impregnados com a energia ideológica revolucionária, manifestou-se no entusiasmo com que milhões de soviéticos se juntaram aos esforços para a construção da indústria nacional.”

E reconhece: “Se finalmente tentarmos fazer uma avaliação correta dos verdadeiros resultados da coletivização, há uma única conclusão inevitável: foi um ato histórico grandioso, a mudança social mais importante desde 1917 (...) O futuro progresso de nosso país teria sido impossível sem ele.”

Mesmo a contragosto, confirmando a genialidade das previsões feitas por Stálin, em 1925, ele observa: “Onde estaria agora o mundo, se a URSS não tivesse impedido o caminho da máquina de guerra de Hitler? Nosso povo derrotou o fascismo com o poder criado nos anos 20 e 30. Se não tivesse havido a industrialização, teríamos nos visto desarmados

diante do fascismo e seríamos esmagados pelas esteiras de seus tanques.”

“Todavia — diz ele mostrando de que lado está — os métodos e as formas de executar essas reformas nem sempre se harmonizaram com os princípios, ideologia e filosofia socialistas.”

Que métodos e formas? O povo entendia e aceitava. Os projetos eram impregnados de ideologia revolucionária. Milhões de trabalhadores acorreram ao chamamento do Partido. Era uma tarefa indispensável da qual dependia o futuro do país e mesmo os destinos do mundo, sob a ameaça dos tanques nazistas. Mas, mas... este rumo contrariava os **kulaks** e as velhas oligarquias derrotadas, enfurecia a burguesia internacional e seus agentes infiltrados dentro da URSS. O ato histórico e grandioso se realizava apesar da sabotagem de Bukhárin e Trotsky.

“A ditadura do proletariado — indicava Lênin — é a guerra mais abnegada e mais implacável da nova classe contra o inimigo mais poderoso, contra a burguesia, cuja resistência se vê decuplicada por seu derrocamento.” Entretanto, certas pessoas tentam reverter este conceito marxista e dizer que esta guerra implacável não se harmoniza com os princípios socialistas. E que as batalhas de classe devem ser computadas como “métodos brutais de Stálin”.

SUPERIORIDADE PROVADA

Na II Guerra Mundial, o nazismo alemão, atuando como ponta de lança do imperialismo, atirou-se contra a pátria do socialismo. O exército burguês, melhor apetrechado e treinado para a guerra, lançou, a partir de 22 de junho de 1941, suas divisões de elite contra o povo soviético. Matou 20 milhões de pessoas. Destruiu 1.700 cidades, 70 mil povoados, 31.800 indústrias, 98 mil **kolkhoses**, 2.890 estações de máquinas e tratores. Mas foi derrotado.

Como se explica que a URSS tivesse capacidade para enfrentar e vencer tamanho poderio? Como se explica, senão pela confiança e unidade inquebrantáveis entre o povo e o Partido, que os

soviéticos tenham defendido tão heroicamente sua pátria socialista? E como se pode entender que a URSS tenha recebido manifestações de solidariedade de tão grande intensidade dos povos de todo o mundo? Só um regime que interpretasse fielmente os anseios das grandes massas trabalhadoras poderia executar uma façanha desta envergadura.

A recuperação da URSS depois da guerra mostrou, mais uma vez, a superioridade do socialismo. De 1947 a 1954, o pão e a carne ficaram 3 vezes mais baratos, e o açúcar 2,3 vezes. No geral, em termos relativos, os gêneros essenciais tiveram seus preços rebaixados de 1.000 para 433. Em 1954, o salário real dos trabalhadores já era 74% superior ao de 1940.

O resultado de 37 anos de socialismo, de 1917 a 1954, sem crises e sem estagnação é uma demonstração de que as leis de desenvolvimento deste novo sistema permitem um crescimento seguro e ininterrupto.

A capacidade instalada de energia elétrica passou de 1,9 bilhão de kw/hora, para 149 bilhões. O ganho real dos trabalhadores multiplicou-se por seis. De 1925 a 1954, os meios de produção cresceram 60 vezes. O volume dos artigos de consumo multiplicou-se por 16. O número de estudantes foi de 8 milhões para 50 milhões. Em 1957, revelando a dianteira alcançada também no terreno tecnológico, a URSS lançou ao espaço o primeiro satélite artificial. E, em 1955, colocou em funcionamento a primeira usina de energia nuclear.

Vale registrar que na pequena Albânia a experiência do socialismo continua, nos dias atuais, a confirmar a capacidade de desenvolvimento sem nenhum dos abalos característicos do sistema capitalista. A produção industrial global do país, em 1984, representava 164 vezes a de 1938 (antes da guerra), também num ritmo de crescimento ininterrupto.

COISAS ESTRANHAS

Em 1956, Nikita Krushev assaltou a direção do PCUS e enveredou pela traição ao socialismo. Em 1957, as estações de máquinas e tratores passaram a ser



Cartaz Soviético dos Anos 20

vendidas para as cooperativas. Os bens de produção voltaram a se integrar no mercado. A lei do valor logicamente expandiu o seu raio de ação. Em 1962, os efeitos se fizeram sentir com a elevação dos preços da carne e dos derivados do leite entre 20 e 30%.

Novas medidas foram sendo adotadas, daí para frente, por seus sucessores, no sentido de dar maior independência aos diretores de empresas. Inclusive para decidir sobre a aquisição de máquinas e até sobre a demissão de trabalhadores. A centralização da economia foi golpeada pela extinção dos ministérios econômicos e sua substituição por 105 conselhos econômicos regionais.

As leis capitalistas, da oferta e da procura, da competição em busca do ganho maior, do desenvolvimento anárquico, foram conquistando espaços cada vez maiores.

Com pouco mais de 10 anos de direção revisionista, a restauração do capitalismo produzia frutos. O crescimento industrial

caiu, da média de 13% entre 1928 a 1955, para 7,4% entre 1971 e 1975 e, em 1980, já estava em 3,6%. Em 1985, o próprio Gorbachev fala em estagnação e crise.

No livro "Perestroika", o líder revisionista revela uma série de mazelas na atual sociedade soviética: "a prática de se colocar itens falsos nos relatórios só para auferir ganhos (...) Iniciou-se uma gradual erosão dos valores ideológicos e morais de nosso povo (...) Os elogios e o servilismo foram encorajados (...) Surgiu um clima de vale-tudo e começou-se a negligenciar a disciplina e a responsabilidade (...) Surgiu o desrespeito pela lei e o encorajamento de trapaçadas e o suborno (...) Uma porção considerável da riqueza nacional transformou-se em capital ocioso..."

Diante deste quadro, Gorbachev defende "inovações" que já estão em curso na URSS, entre elas: "Empreendimentos conjuntos com empresas estrangeiras; indústrias e fábricas, fazendas estatais coletivas, todas autofinanciadas; suspensão de restrições

quanto a produtos alimentícios produzidos em fazendas para empresas e administradas por elas; mais atividades cooperativistas; encorajamento de empresa individual com produção e comércio em pequena escala; e o fechamento de fábricas e indústrias que operam com prejuízo."

Ele prega abertamente "encorajar a competição econômica (entre as empresas) para melhor satisfação das exigências do consumidor, e a renda dos empregados deve depender estritamente dos resultados finais da produção e dos lucros".

FENÔMENOS CAPITALISTAS

Por acaso, toda esta lista de problemas e "soluções" não é típica do sistema capitalista? No socialismo, ainda que possam ser cometidos erros na formulação dos planos, as leis econômicas que regem o sistema não conduzem a tais fenômenos.

As propostas enumeradas por Gorbachev, tais como **joint-ventures** com empresas multinacionais, mais força para as empresas competirem — através do que ele

chama autofinanciamento —, falência para as que sucumbem à concorrência, legalização de pequenas (por ora) empresas individuais, só aprofundam a via capitalista. As conseqüências dessa degeneração caem logo nas costas dos trabalhadores.

Neste terreno das relações sociais, o inventor da "Perestroika" revela incrível caradurismo. Ele diz: "Os salários de muitos trabalhadores diminuíram, mas a melhoria da qualidade era uma exigência da sociedade, e eles encararam a nova medida com compreensão. Não houve protestos de sua parte — pelo contrário, os trabalhadores agora dizem: é vergonhoso receber o que você não ganhou."

Em relação às mulheres, que deram saltos gigantescos no período em que vigorou o socialismo, Gorbachev é de um cinismo inédito: "Ao longo dos anos de nossa difícil e heróica história, deixamos de dedicar atenção a seus direitos e necessidades específicas, em seu papel de mães e donas-de-casa, e sua indispensável função educacional no que diz respeito às crianças (...) As mulheres não encontraram mais

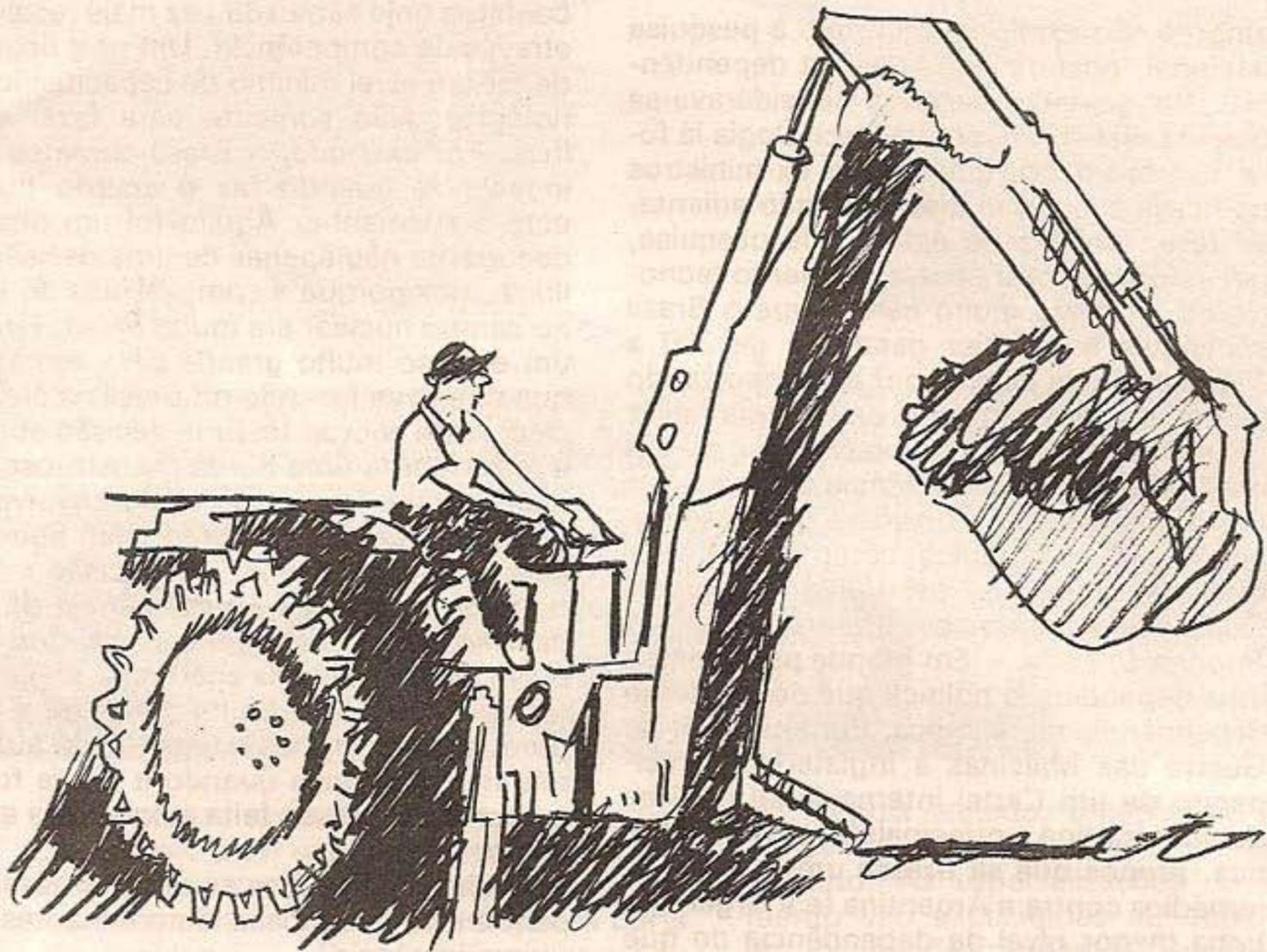
tempo para executar suas tarefas cotidianas no lar — o serviço de casa, a criação dos filhos e a formação de uma boa atmosfera doméstica."

Fica evidente, com tudo isto, que as coisas estranhas ao socialismo começaram a acontecer com a subida de Krushev ao poder. E tornam-se cada dia mais estranhas com as orientações da "Perestroika". Estas coisas, ao contrário do que diz Gorbachev, não indicam que o socialismo "não está segurado" contra as crises. Apenas comprovam que o abandono do socialismo e a restauração do capitalismo levam obrigatoriamente à colheita dos frutos podres deste sistema caduco.

Mas, se o restabelecimento do capitalismo já tem como conseqüência visível o reaparecimento das crises, seria bom os senhores revisionistas recordarem que, junto com o lucro vem, inevitavelmente, o agravamento de um fenômeno sempre presente na sociedade burguesa, a luta de classes. A mesma classe que derubou a opressão czarista e o domínio burguês, em 1917, mais cedo ou mais tarde, se levantará contra os novos exploradores.



Construção da hidrelétrica de Vóljov — 1923.



Dependência Tecnológica X Soberania Nacional

Rogério César Cerqueira Leite*

Princípios — O Sr. considera o Brasil um país dependente tecnologicamente? Quais são os indicadores?

Rogério C. Leite — O Brasil é um país altamente dependente tecnologicamente, mas isso não significa que não haja algumas ilhas de competência. A competência de um país existe através duma coerência entre as tecnologias. Não se pode pensar, por exemplo, em ser independente apenas em tecnologia aeronáutica ou, para citar outro exemplo, em tecnologia nuclear. A independência tecnológica existe quando há uma combinação de um conjunto de tecnologias de base, pois são estas que fazem a independência tecnológica de um país. Existem praticamente duas categorias de tecnologia, uma que é a base de todo o resto e outras que são as especializações, que se apóiam nas tecnologias de base. A dificuldade de nosso país é que as tecnologias de base são deficientes ou inexistentes. O Brasil foi muito omissos na formação dessas tecnologias de base, como a química tecnológica, a termodinâmica, a hidrodinâmica, a metalurgia, as tecnologias básicas de materiais. Aparentemente nós sabemos fazer um avião, mas não sabemos produzir as ligas que fazem aquele avião. Importamos

a maior parte dos componentes, que vêm do exterior, os componentes que produzimos são os mais simples. Às vezes tem-se a impressão de que estamos fazendo um avião, mas na verdade nós só estamos montando um avião. E é justamente sobre este aspecto que devemos ter mais atenção. Até recentemente, o Brasil era incapaz de produzir internamente os seus remédios, os produtos farmacêuticos. Às vezes pensávamos que as multinacionais aqui instaladas produziam e no entanto elas só faziam misturar, comprando no exterior os produtos básicos, que aqui eram combinados, misturados, resultando no remédio, na verdade uma réplica do que se fazia lá fora. É sob esse aspecto que existe uma grande dependência nacional, que só poderá ser suplantada fazendo pesquisas. A única saída, a única possibilidade de superar essa situação é fazer pesquisa nos seus vários estágios. No Brasil chegou a haver até recentemente um pensamento ativo,

* Professor Emérito da UNICAMP - SP

embora não explícito, contrário à pesquisa nacional, postura que levava à dependência. No governo passado considerava-se que era mais fácil comprar tecnologia lá fora. Lembro-me de que um dos ex-ministros de nossa economia disse que não adiantava fazer um grande esforço de pesquisa, um esforço para o desenvolvimento tecnológico, pois era muito caro e que o Brasil conseguia sobreviver gastando de 200 a 300 milhões de dólares por ano importando tecnologia. Mas agora já existe uma maior conscientização de que precisamos de um nível mínimo de competência própria.

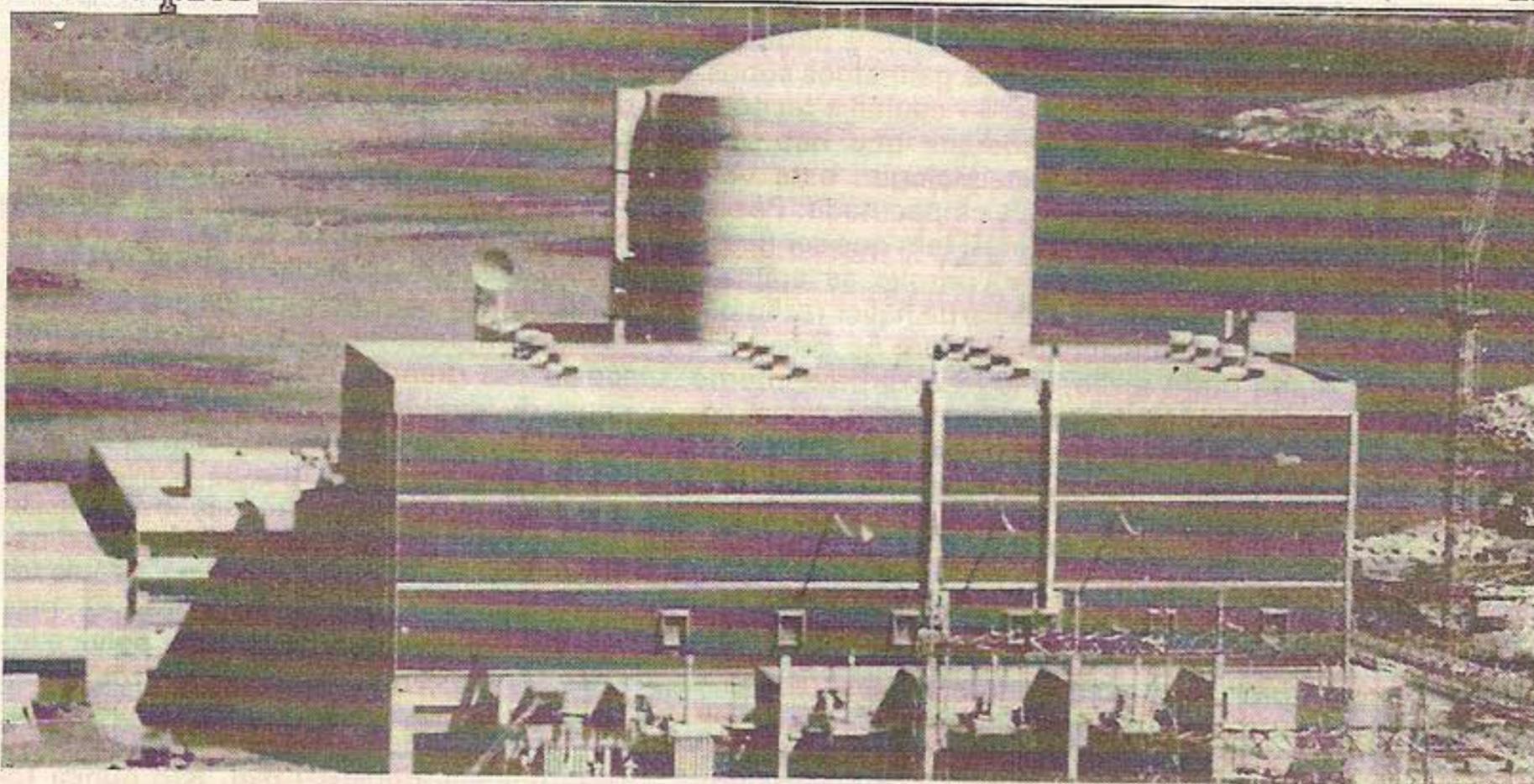
Princípios — O Sr. considera que essa dependência tecnológica compromete irremediavelmente a soberania nacional? Quais são as causas estruturais disso?

Rogério C. Leite — Em grande parte temos uma dependência política que deriva dessa dependência tecnológica. Por exemplo, na Guerra das Malvinas a Inglaterra, participando de um Cartel internacional na área de química fina e principalmente farmacêutica, propôs que se fizesse um boicote de remédios contra a Argentina (e a Argentina tinha menor nível de dependência do que nós). Isso mostra, num caso óbvio, que o fato de um país não ter os seus meios de produção capazes de substituir importações, acarreta consequências políticas diretas. Num enfoque mais amplo, nós vemos quão freqüentemente vêm aqui presidentes de empresas multinacionais para pressionar o presidente da República, exigir coisas etc. Isto só é possível porque somos dependentes. Há um processo contínuo de pressões, é um jogo no qual as empresas chamadas multinacionais acabam se associando à política mais ampla do governo. O que está acontecendo na área de informática, por exemplo, é bastante claro. O governo americano faz pressões para defender os interesses das suas empresas, não só das empresas que estão no Brasil, mas empresas que estão lá fora, por causa, aparentemente, de interesses comerciais, mas que se tornam interesses políticos porque redundam numa dependência progressiva de nosso país. Desconfio que o governo americano está interessado na área de informática não por causa de alguns milhões de dólares, mas muito mais para manter a hegemonia internacional sobre o Terceiro Mundo. Isto é mais ou menos óbvio porque pelo que se percebe a importância da tecnologia é cada vez mais crescente. Hoje o que ganha uma guerra é a tecnologia, não precisa ser uma guerra explícita de canhão. A tecnologia é o instrumento principal nas outras guerras que são cotidianas no jogo comercial, na vida, no confronto entre os países. Não estou nem falando de países que são da esquerda ou da direita, falo dos próprios países do mesmo bloco. Dentro do bloco capitalista os

conflitos hoje são cada vez mais resolvidos através da competência. Um país hoje tem de ter um nível mínimo de capacitação tecnológica. Não somente para fazer escolhas. Por exemplo, o Brasil cometeu uma indecência quando fez o acordo nuclear com a Alemanha. Aquilo foi um absurdo decorrente não apenas de uma decisão política, mas porque a competência do Brasil no campo nuclear era muito baixa. Fizeram um esforço muito grande para esmagar o que se estava fazendo no Brasil na área nuclear. Este acordo foi uma decisão absurda e representou uma perda monstruosa para o país, houve um atraso no desenvolvimento nuclear do país. O atraso que houve no país não foi, digamos, um decisão intelectual correta, mas a consequência de uma decisão errônea na área nuclear, que tinha o seu lado positivo na aparência, enganou a todos no começo. Muita gente foi a favor porque tinha um revestimento de autonomia nacional, mas quando a gente foi ver como estava sendo feita a coisa, era exatamente o oposto.

Princípios — E sobre as origens dessa dependência, as causas determinantes, em última instância?

Rogério C. Leite — É uma história um tanto remota. Uma das coisas que sempre me impressionou é o fato de até hoje se adotar como um dos principais dogmas do liberalismo o Teorema do Ricardo das vantagens comparativas. O exemplo que Ricardo deu era terrivelmente obscuro. Ele dizia: vamos admitir dois modos de produção, dois estados, em que a Inglaterra se especializa naquilo que ela é capaz de fazer, que são os tecidos (naquela época a tecnologia estava indo para o lado do setor têxtil, que era onde estava concentrado o progresso), e em que Portugal produz o vinho. Aí a gente faz uma melhor distribuição do trabalho, entre o vinho de Portugal e os tecidos produzidos na Inglaterra. Com isso nós conseguimos um intercâmbio, porque Portugal produz vinho com mão-de-obra barata, uma atividade ainda campestre, enquanto que a Inglaterra é melhor para a industrialização. Nessa manobra, dizia Ricardo, tem-se um ganho, porque um faz melhor isto, outro faz melhor aquilo. Então, vamos divulgar o trabalho internacionalmente de uma maneira que cada um faça aquilo em que é melhor. Mas o Teorema de Ricardo ia apenas até aí, demonstrava matematicamente que se ganhava do que se distribuía igualmente; um faz o vinho de que se precisa e o outro o tecido de que se precisa. Ganhasse no global se um se especializar, se cada um dos dois se especializar. Esse era o pensamento do Ricardo. Mas hoje nós temos elementos para perceber o que aconteceu com Portugal, que continua fazendo vinho até hoje, os seus trabalhadores ainda esmagam o vinho no chão com o pé. Portugal ainda é um país agrícola, enquanto que



Ricardo Chaves, Abril Press/ Retrato do Brasil

a Inglaterra, tendo escolhido a industrialização veio a ser um país desenvolvido. Até hoje ensina-se o Teorema de Ricardo nas escolas, mas esquece-se da segunda parte do problema — Portugal ficou atrasado porque aceitou essa dependência. Então, nós temos que lutar quando vem um imbecil desses qualquer que fazem a guerra contra a informática dizer que para nós é muito mais barato comprar o computador, o microcomputador importado seja lá onde for e que nós devemos ficar por aqui na nossa, a plantar café etc. Claro que esse pensamento mudou um pouco, não se fala mais em plantar café, mas se fala em produzir aço, essas coisas ainda, digamos, atrasadas. Não os bons aços, mas, digamos, o trivial, ou vender o próprio ferro, o minério, como o Brasil está vendendo. Então ainda se usam os mesmos argumentos de Ricardo. Mas eu não vi nenhuma referência até hoje por aí na literatura de que a adoção desse princípio, essa aceitação desse princípio leva ao atraso, como ocorreu com Portugal. Hoje ou nós fazemos tecnologia de base ou vamos viver nessa distribuição de trabalho internacional, vamos ficar condenados aos serviços que reduzem a qualidade de vida, que mantêm 50% da população de um país no campo.

Princípios — Em termos mais globais, quais são os caminhos a trilhar pelos brasileiros, cientistas, estudantes, intelectuais etc., para romper essa camisa de força da dependência tecnológica?

Rogério C. Leite — O resultado da atividade intelectual acaba por ser medido num mundo concreto. Portanto, quando se fala de pesquisa significa encontrar os meios para que a qualidade de vida se eleve. Muitas vezes o conhecimento serve num plano puramente filosófico mas tem que servir sempre para o bem-estar. Numa sociedade o conhecimento é em primeiro lugar gera-

do, depois testado, organizado, transforma-se em meio de produção e depois num produto. As especializações do conhecimento são explicitadas ou concretizadas em instituições diretas. É necessário ter a Universidade porque é lá onde as coisas começam a acontecer. A inovação se inicia lá mas ela é o produto de todo um processo longo, depois passa-se para os laboratórios industriais, em seguida atinge-se o nível da usina piloto. Mas isso é um processo em que um país precisa ter não só a Universidade. É preciso que o país melhore suas Universidades, mas para isso não basta apenas investir um monte de dinheiro nelas. Se a Universidade é fraca isto se deve também ao fato de que não há muita solicitação pelo seu produto, que é o conhecimento. Por que? Porque os meios de produção estão comprometidos a se adaptar à compra de cultura do exterior ou simplesmente a conviver com a baixa qualidade. Convive-se aqui muito bem com a pobreza intelectual. É claro que isso tem que ser mudado. A presença das multinacionais é mais um obstáculo, porque a multinacional não precisa do conhecimento gerado no país, ela traz o seu próprio conhecimento. A multinacional nunca irá fazer pesquisa num país que não seja o seu país de origem e isso por uma série de razões, inclusive a de justificar sua presença. Por que se traz uma multinacional para o Brasil? Ou porque tem capital ou porque tem tecnologia — esses são os pretextos. Cansei de escrever artigos sobre isso, demonstrando que as multinacionais nunca trouxeram dinheiro para o Brasil. Usaram sempre a poupança interna, a poupança brasileira. Então só tem uma real justificativa para as multinacionais estarem no Brasil, que é compartilhar do mercado, que é uma riqueza. O mercado interno brasileiro é a grande riqueza. A multinacional vem aqui, ganha algu-

ma coisa, ganha o quê? Ganha a participação nesse mercado. Nós ganhamos supostamente alguma coisa — capital e tecnologia. Capital nós sabemos que não vem mesmo. Quanto à tecnologia, esta vem mas é uma tecnologia empacotada. Por isso, nessa lógica, o Brasil tem que ser passivo tecnologicamente, porque se agirmos de modo contrário, deixa de haver razão para as multinacionais estarem no Brasil. Há uma outra razão, que é o controle interno da própria empresa. Eles sabem quem comanda uma empresa dessas é a tecnologia. Se a filial começa a fazer tecnologia própria, ela tem meios, digamos, de competir com a matriz. Esse jogo sempre existiu nas multinacionais. É contra a política de sobrevivência dessas empresas a capacitação tecnológica do país. Temos todos esses problemas, uma cultura adversa e a presença das multinacionais. É preciso encontrar um meio de fazer com que a empresa brasileira tenha seu departamento de pesquisa de desenvolvimento, porque a pesquisa é fundamental. O Brasil demorou muito para perceber isso. Antigamente era um verdadeiro sacrilégio, tive que brigar com muita gente na sugestão de que o governo teria que participar, investir em pesquisas industriais. O governo tem que investir maciçamente em pesquisas dentro da indústria. Aliás, isso já é feito nos países ricos, onde as indústrias são bem estruturadas. Nos Estados Unidos 50% dos gastos em pesquisas são pagos pelo governo. Nos países socialistas ainda mais.

Princípios — Isto é um problema que requer decisão política?

Rogério C. Leite — Não apenas, porque além das decisões é necessário uma conscientização, uma cultura. Em grande parte os governos refletem a sociedade. Por isso, em primeiro lugar é necessário mudar os conhecimentos da nação, a população perceber a importância da ciência e da tecnologia. É o primeiro passo. E isso é uma questão de educação, comunicação. De uma maneira geral podemos dizer que o nosso problema é um problema cultural, temos que procurar discutir, esclarecer, sabendo que é um processo longo.

Princípios — Como o Sr. vê a possibilidade de se conseguir certos avanços, no processo Constituinte, quanto à soberania nacional, por exemplo, em relação aos minérios, em relação a um interesse maior dos poderes públicos pela pesquisa científica, em relação à defesa da soberania nacional?

Rogério C. Leite — Novamente eu te digo o seguinte, a Constituinte é um reflexo da sociedade. Ela não vai resolver muita coisa. Vamos ter uma Constituição com algumas coisas razoáveis. O Centrão também não aconteceu de uma hora para outra, todo mundo sabia que o Centrão estava lá. As pessoas que estavam lá sabiam que aquilo era conservador, reacionário etc. Mas a

nossa sociedade ainda é muito conservadora, reacionária, o que aparece nos jornais é o que há de mais ativista, são os progressistas que falam mais etc., mas a sociedade de uma maneira geral é formada pela maioria silenciosa. O debate sobre a ordem econômico-social tem sido complicado. A proposta do Centrão sobre definição de empresa nacional é de um absurdo lógico tão grande! Através dela não se é capaz de identificar o que é capital nacional e o que é capital externo. Isso é de uma burrice completa. Castrar-se a esse ponto não é uma atitude de uma nação. É preciso ser capaz de identificar o que é capital nacional e o que é capital externo e depois tomar decisões conscientemente. O país nunca teve coragem de ter uma política industrial. Às vezes chegaram a fazer coisas até interessantes, mas era algo muito setorial, circunstancial e até casuístico. Mas ter uma política industrial real, isto nunca foi feito no país. Política industrial é basicamente uma estratégia para a ocupação de um mercado, significa definir como se ocupa esse mercado, quem ocupa. Essas coisas são simples de se fazer. Claro que precisa-se de um conhecimento, mas é fácil de fazer, embora ninguém tenha tido coragem de fazê-lo.

Princípios — Como o Sr. vê o problema dos minérios?

Rogério C. Leite — É uma coisa absurda. Há companhias multinacionais que têm milhares de concessões que nunca vão usar, não têm como usar. A única coisa que estão fazendo é impedindo os interesses brasileiros de entrar nessas áreas. Isto é uma loucura completa. Aliás eu acho que a concessão só deveria ser dada para empresas nacionais. Os interesses são muito grandes e o governo é cada vez mais entreguista. Vender o país, deixar uma multinacional dentro do Brasil escavar, tirar, mandar exportar o minério diretamente sem dar a menor satisfação é uma coisa excessiva.

Princípios — Como o Sr. vê o problema da dívida?

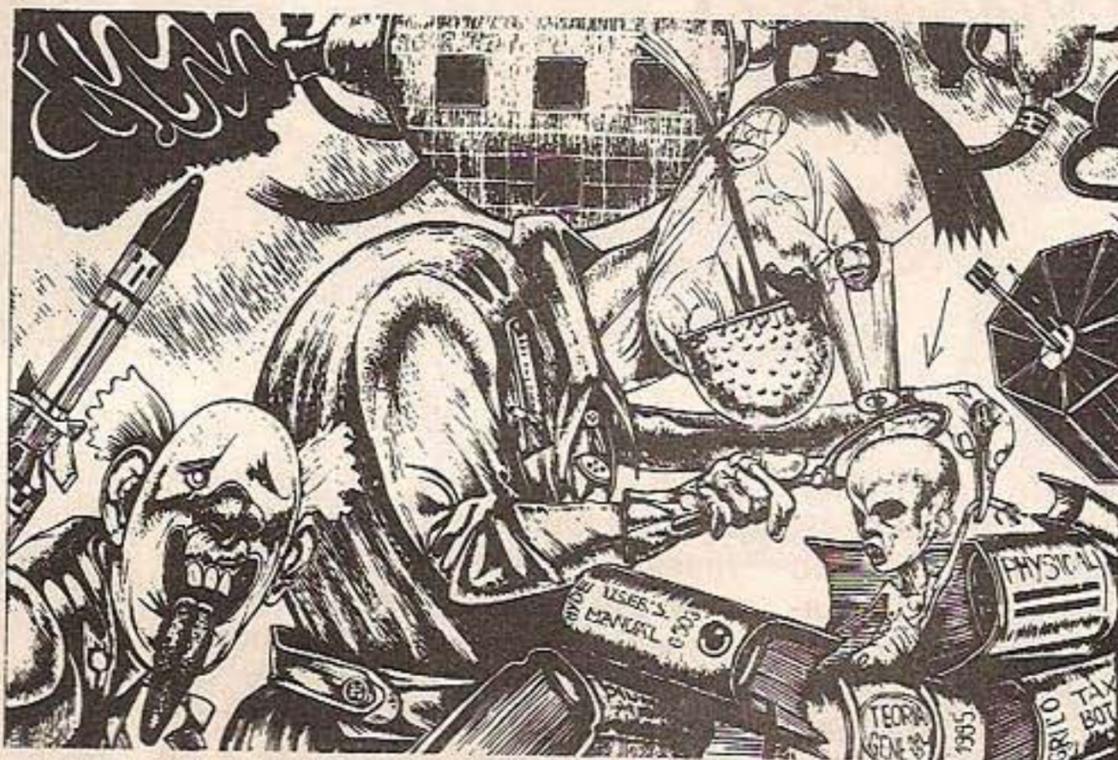
Rogério C. Leite — Houve uma época em que o Brasil poderia ter tomado uma atitude forte, bem antes do Funaro. Não sabemos bem a origem dessa dívida, não há um estudo, digamos, da anatomia da dívida e da fisiologia também. Então, acho que em primeiro lugar teremos que fazer um estudo sobre o que várias entidades se propuseram a fazer e não conseguiram dados ou coisa parecida. De onde vem essa dívida, por que ela cresceu tanto? A gente não pode esquecer que essa dívida foi feita para resolver um problema, digamos, internacional, que era a falta de meios para aplicar recursos etc.

Princípios — Há um veto das grandes potências a que outras nações se desenvol-

vam no campo nuclear. As nações têm ou não o direito de participar da chamada comunidade nuclear?

Rogério C. Leite — Ninguém nessa comunidade foi bem-vindo. Essa comunidade começou com um só, os Estados Unidos, que não queriam que ninguém mais participasse. Depois veio a URSS e os dois depois não queriam que ninguém participasse. E assim foi. Cada um teve que fazer o seu esforço próprio. Esse é um campo em que não se vai ser aceito, mas em que se vai romper e derrubar todas as resistências. Qualquer coisa ou qualquer tipo de conhecimento que possa levar competência de uma maneira geral é bloqueado oficialmente. Tem que haver um esforço próprio de cada país. Isto aconteceu com todos os

“não quero usar e não quero ter” porque isso castra politicamente o país. Mas aí eu não estou propondo que se faça uma bomba, muito pelo contrário. O que proponho é que se detenha, que se controle algumas tecnologias básicas. E não haveria outro jeito senão fazer ultra-centrífugas, que ainda é o caminho mais sério para se fazer o enriquecimento do urânio. Eu hoje tenho confiança, acho que um pequeno reator funciona quase sem perigo, mas com um grandão como esse Angra 1 isso é sempre relativo. Não adianta dizer que não tem perigo. Não tem perigo na Alemanha, mas o mesmo reator colocado no Brasil tem perigo. Novamente é uma questão cultural, nós não damos atenção a certos detalhes e a prova aí está desde o começo. Em 1981 eu prognostiquei: Angra 1 nunca vai fun-



Grilo, Retrato do Brasil

países que chegaram a ter uma certa autonomia com essa tecnologia, inclusive no que se refere às famosas aplicações pacíficas. O Brasil tentou comprar, gastando e entrando num sistema de chantagem, aceitando uma chantagem. Mesmo ali não estava sendo transferida tecnologia de jeito nenhum. Era como um indivíduo ensinando o outro a guiar um automóvel, não como o automóvel funciona. O pessoal ia lá e aprendia como apertar os botões, um “motorista de reator”. Raramente entendiam do que estavam fazendo. A aquisição da tecnologia nuclear só pode ocorrer por um processo próprio. A minha briga desde o começo era para que o país tivesse sua tecnologia nuclear, não precisa se fazer bombas. Mas é uma loucura, uma burrice, pensar que se vai comprar essa tecnologia, porque o que se tem de fazer é o esforço próprio. Minha proposta desde o começo, desde 1975, explicitada em centenas de artigos, mais de mil conferências que eu dei no país era que o Brasil abandonasse essa porcaria desse acordo e fizesse o seu programa próprio. Agora, se eles usam isso ou não, como eles usam essa tecnologia, isso é um outro assunto. Não se pode dizer —

cionar. Eu disse isso muito antes de inaugurar. E nunca funcionou até hoje. Porque a maneira como estava sendo construído mostrava a incompetência do pessoal, que não percebia certas coisas, certos detalhes no processo. Não se pode interromper o processo porque faltou sei lá o quê. Eu me sentia derrotado nesse programa nuclear. A evidência para todo mundo, dentro e fora, para quem pensa, é que não havia competência nacional, é que o Brasil seria incapaz de enfrentar um programa nuclear, porque fez tantas besteiras no outro. Mas agora ficou provado o contrário, com o novo programa nuclear. Este novo programa prova que o Brasil quando quer faz as coisas bem feitas. Há muitas coisas assim no Brasil, ilhas de conhecimento, de competência concentrada. Mas é preciso que as coisas sejam culturalmente absorvidas, que não sejam ilhas, que sejam expressões de toda uma cultura. Não adianta se ter toda uma tecnologia que fica lá escondida e é feita por um grupo especializado, sem ligações com o resto da sociedade, não ligações puramente técnicas, mas de natureza também cultural, para que isso seja o pensamento da própria sociedade.

As Diferentes Concepções no Movimento Feminista

Jô Moraes*



O crescimento da movimentação das mulheres é hoje um fenômeno mundial. Assumindo reivindicações diversas, expressando-se sob diferentes formas, essa movimentação colocou a luta pela igualdade entre homens e mulheres num novo patamar. E passou a exigir que o debate sobre suas causas e suas perspectivas se faça de forma mais abrangente e profunda.

Já vem de longe a resistência da mulher à opressão a que está submetida. Mas foi na sociedade capitalista que essa resistência passou a assumir sua expressão coletiva e organizada.

A Revolução Francesa é o momento mais destacado desse processo. Com as milhares de manufaturas que haviam se espalhado por toda a França, levando a um crescimento considerável do proletariado feminino, este participa da revolução exigindo "ilimitada liberdade de trabalho".

Em finais do século XVIII e início do século XIX surge o movimento feminino na sua expressão de luta pela igualdade de direitos. Nos Estados Unidos, com Abigail Smith Adams, na França, com Olympe de Gouges e na Inglaterra, com Mary Wollstonecraft, a

burguesia procura dar suas primeiras respostas a algo que já começava a ter dimensão social.

Nesse período, também o pensamento operário inicia a abordagem do problema através das obras dos socialistas utópicos, particularmente de Fourier e de Flora Tristan que escreve, em 1843, "Um mulher, uma Pária".

Desde então, muito se produziu sobre o assunto. Como surgiu esse poderoso movimento? Quando começou o que chamaríamos de calvário feminino? Quais as perspectivas para a sua supressão? Muitas e diferentes respostas foram dadas a essas perguntas.

Hoje, com a dimensão que o fenômeno alcançou, intensificou-se a disputa em torno dele. Teorias, muitas delas as mais absurdas, passaram a ser elaboradas para determinar o rumo e a quem servirá todo o potencial da energia criadora das mulheres. Apesar de diferenciadas nas formas de se apresentarem, essas teorias têm um ponto comum, o combate à concepção marxista sobre a origem da opressão da mulher.

A OPOSIÇÃO SEXISTA AO MARXISMO

O feminismo burguês, particularmente dos últimos 50 anos,

surgiu e se desenvolveu na oposição à concepção marxista sobre a questão da mulher. A começar por Simone de Beauvoir, destacada teórica do feminismo que, não podemos negar, deu importantes contribuições a certos aspectos específicos da questão em debate. A feminista francesa, em sua obra datada de 1949, "O Segundo Sexo", fazendo um estudo sobre o ponto de vista do materialismo histórico, afirma: "Embora a síntese esboçada por Engels assinale um progresso sobre as que examinamos anteriormente, ela nos decepciona: os problemas mais importantes são escamoteados." E conclui, numa análise simplista sobre o pensamento do teórico alemão: "Engels... tentou reduzir a oposição dos sexos a um conflito de classes."

Este artigo foi elaborado com base na intervenção da autora no Seminário "A Questão da Mulher em Debate", realizado na UNICAMP(SP), por iniciativa da revista Presença da Mulher, de 20 a 23 de janeiro de 1988.

* Jô Moraes é presidente do Movimento Popular da Mulher de Belo Horizonte-MG

Voltaremos, mais adiante, a apreciar criticamente o pensamento de Beauvoir. Queremos aqui demonstrar outras expressões da oposição sexista ao pensamento marxista.

Na década de 70, a inglesa Shulamith Firestone, lançou em seu livro "A Dialética dos Sexos", um "Manifesto da Revolução Feminista": "Perigoso se tentarmos forçar o feminismo a entrar numa estrutura marxista ortodoxa congelando em dogmas o que eram apenas 'insights' incidentais de Marx e Engels sobre as classes sexuais."

Mais recentemente, a FEM-PRESS, publicação alternativa especializada que circula em toda a América Latina, reproduziu em seu número de janeiro de 1988, um artigo do Zeta do Uruguai, onde a autora Fany Puyesky insiste: "... se estamos desarticulando parte do discurso marxista, é para tomar dele o universal, arremando um novo quebra-cabeças, em que se combinem outros paradigmas históricos."

No Brasil, esse pensamento antimarxista no campo da luta da mulher, apesar de antigo, só tomou uma dimensão mais ampla, saindo dos estreitos círculos de pequenos grupos, quando da criação dos Conselhos da Condição Feminina e da participação neles das feministas de pensamento sexista. A publicação do Conselho da Condição Feminina de São Paulo, por ocasião das comemorações do 8 de março de 1986, fazendo um balanço do feminismo, apresenta as idéias de Beauvoir naquilo que ela se opõe ao marxismo. E em suas conclusões diz: "Toda a opressão da mulher começa com a opressão de seu corpo."

Zuleika Alambert, ex-membro do partido revisionista, em seu livro "Feminismo, o Ponto de Vista Marxista", apresentando-se com a intenção de expressar a análise proletária sobre o tema, investe sobre o que ela chama "limitações do pensamento marxista". "Muitas conclusões avançadas no século XIX e aceitas por Marx e Engels tornaram-se hoje, diante de novos conhecimentos, caducas." E diz, em outro momento: "(Lênin)... não chega a entender profundamente a especificidade da condição feminina,

não compreende que "ser mulher", aproxima a mulher proletária da burguesa."

CONTRIBUIÇÃO DOS SOCIALISTAS À CAUSA DA MULHER

Cabe aqui resgatarmos o pensamento marxista, propositalmente escamoteado nesse debate.

Qual é o centro da crítica que o feminismo sexista faz à ciência proletária? Se tomarmos a essência de suas diversas manifestações podemos dizer que é "a tentativa do marxismo de reduzir a oposição de sexos a um conflito de classes". É, na opinião do sexismo, a visão mecânica de compreender a opressão de classes antecedendo e determinando a opressão de sexos. (A velha tese de quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha). Mas há ainda, embora de forma secundária, a cobrança de que os clássicos do movimento operário, particularmente Engels, não abordaram a situação da mulher no modo de produção asiático, onde predominava, "desde sempre, o patriarcado". E, em certa medida, como consequência disso, a defesa do matriarcado feita pelo teórico alemão, seria um equívoco.

A distorção do pensamento marxista foi sempre uma arma usada por seus opositores. Se

nos detivermos no conjunto da obra, particularmente de Marx e Engels, vamos encontrar inúmeras passagens onde há uma clara abordagem da oposição entre os sexos e da oposição de classes, como fenômenos separados, embora com uma inter-relação nos fundamentos de sua origem.

Engels, no Prefácio à Primeira Edição do seu livro, "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", afirma: "De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de subsistência, de produtos alimentícios, roupa, habitação e instrumentos necessários para tudo isso; do outro a produção do homem próprio, a continuação da espécie."

Também Marx, na "Ideologia Alemã", Vol. I, reafirma esse entendimento: "A produção da vida, tanto a própria, através do trabalho, como a alheia, através da procriação, surge-nos agora como uma relação dupla: por um lado, como uma relação natural e, por outro, como uma relação social — social num sentido de ação conjugada de vários indivíduos, não importa em que condições, de que maneira e com que objetivo."



Foto: Presença da Mulher

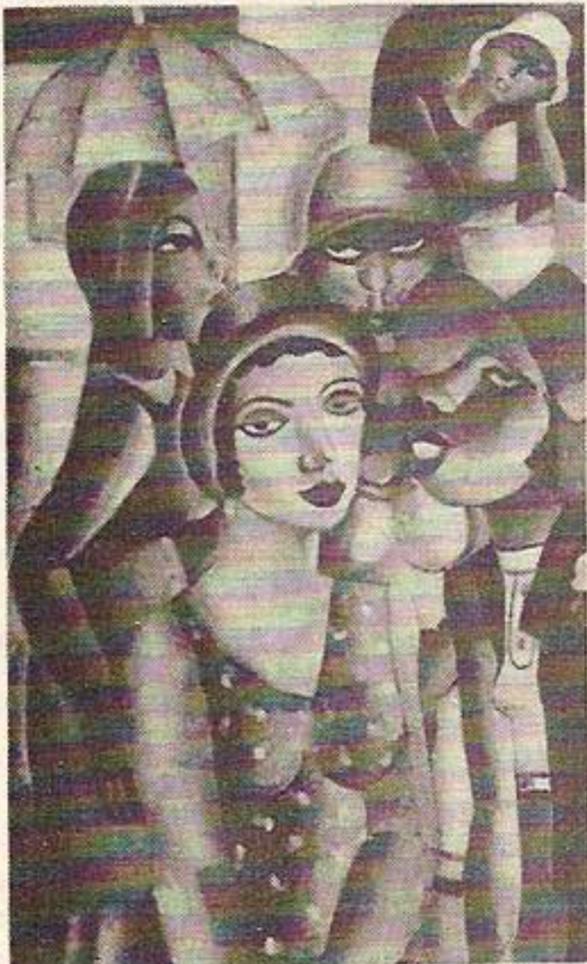
Jô Moraes (2.ª da esq. para a dir.) na Mesa diretora do Seminário.

Em outra passagem da obra já citada, Engels retoma a explicação de que, embora surgidas num mesmo contexto histórico, a opressão de classes e a opressão de sexos têm desenvolvimentos próprios, expressas nas manifestações da organização do trabalho, de um lado, e da família, de outro. Afirma o teórico alemão: "O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide (grifo nosso) com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a do sexo feminino pelo masculino."

Não nos deteremos aqui numa apresentação mais detalhada do que os marxistas pensam sobre a questão. Já situamos em outros trabalhos a circunstância em que a mulher perde o seu papel social de produtora de víveres para a comunidade e passa, com o advento da família individual monogâmica, ao serviço privado, tornando-se assim a primeira escrava. Queremos apenas suscitar o debate sobre a fragilidade do combate sexista a esse pensamento.

Nesse sentido, a insistência de que a falta de abordagem da situação da mulher no modo de produção asiático comprometeria a análise marxista, carece de fundamento e apresenta distorções.

É a própria Zuleika Alambert que reconhece em seu livro citado: "elas (as teses sobre o modo



Di Cavalcanti

de produção asiático) foram deixadas de lado porque concernem a um caminho para a civilização que Engels considerava inacabado...". Mas é também essa autora que chega a esdrúxulas conclusões sobre o problema. Criticando o fato de Engels, segundo ela, ter aceito a tese unilinear dos caminhos de desenvolvimento (excluindo o modo de produção asiático) e analisado a família apenas sob essa ótica conclui que isso "deixou o movimento comunista de mãos amarradas para lutar pela abolição da família monogâmica ou mesmo para admiti-la como forma que pode existir ao lado de outras formas alternativas".

Essa argumentação sexista é uma tentativa de buscar, no modo de produção asiático, hipotéticas justificativas para a sociedade patriarcal que não as já apresentadas pelo pensamento marxista.

Mas a insistência em tentar generalizar a possível análise diferenciada do desenvolvimento da família, de um sistema localizado e pouco conhecido, não passa, em última instância, de manobra diversionista para negar a idéia do desenvolvimento das sociedades baseadas no princípio da propriedade que leva ao antagonismo de classes.

No que diz respeito ao matriarcado, o que Engels faz é se referir à existência de um estágio de desenvolvimento em que certas relações eram orientadas pelo direito materno, o que foi fartamente comprovado por pesquisas antropológicas, particularmente as de Bachofen e Morgan, nas quais se baseou sua análise.

O movimento operário consciente, é bom que se lembre, não se limitou a escrever e interpretar o fenômeno. A Primeira Internacional, que funcionou de 1864 a 1872, tratou do problema, considerando, nas suas orientações, o trabalho feminino como inevitável e exigindo uma reforma das leis que protegesse a força de trabalho e a saúde da mulher.

Nesse debate, Marx condenou energicamente a ala direita pequeno-burguesa da Internacional que queria limitar o alcance do trabalho feminino, em consideração à família. Foi num Congresso da Internacional Socialista que,



por proposta de Clara Zetkin, definiu-se a comemoração do Dia Internacional da Mulher, hoje consagrado em todo o mundo. E a III Internacional, que se manteve organizada até 1943, reclamou, em suas resoluções, "a igualdade social da mulher e do homem perante a lei e na vida prática; o reconhecimento da maternidade como função social; a entrega à sociedade do encargo de cuidar da educação das crianças e dos adolescentes" e, mostrando que os marxistas não reduzem a questão da mulher ao tratamento de uma questão econômica, "a luta civilizadora organizada contra a ideologia e as tradições que fazem da mulher uma escrava".

OS DESCAMINHOS DO FEMINISMO SEXISTA

Ao se contrapor ao marxismo o que o feminismo sexista coloca no lugar? Se a abordagem social sobre a questão da mulher é equivocada, como procuram dizer, como explicar o problema da opressão específica?

Há diferentes vertentes do feminismo burguês. Há as sexistas cuja concepção, mesmo não explicitada, assume contornos de um "biologismo" exacerbado e a vertente existencialista, encarnada por Beauvoir, que não escapa, em sua valiosa obra, de um certo fatalismo biológico, entre outros.

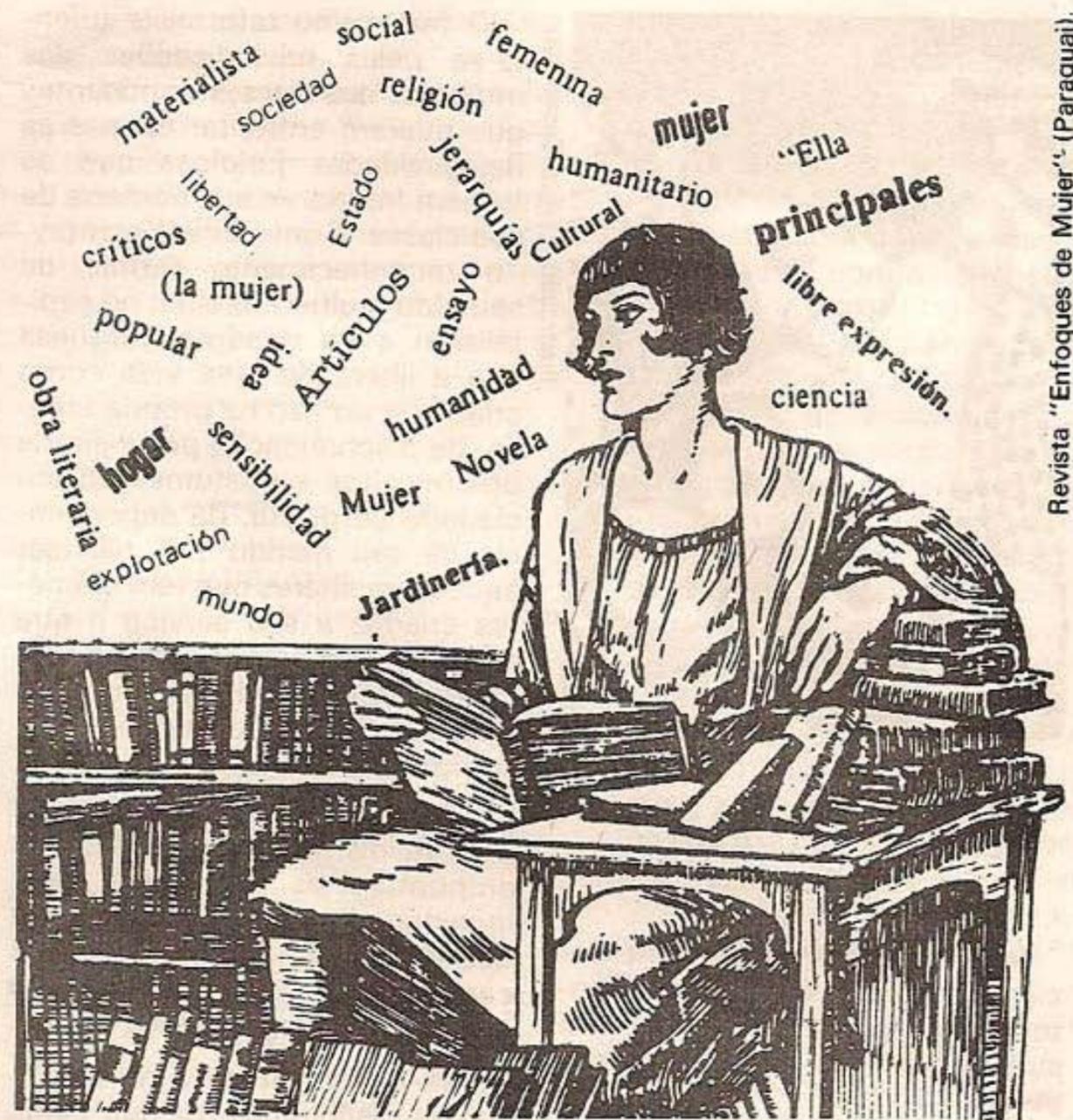
Firestone, a quem já nos referimos, nos últimos tempos vem

desenvolvendo de uma forma mais elaborada, a vertente sexista. Na sua obra já citada ela fala: "A família biológica é um poder de distribuição inerentemente desigual." Destacando que as mulheres vivem "à mercê constante de sua biologia", comenta o fato dos filhos dos homens demorarem mais a adquirir a independência do que os filhos dos animais.

Essa constatação sem dúvida leva a um verdadeiro impasse na luta da mulher. Se há entre o homem e a mulher uma relação de poder inerentemente desigual não há alternativa para a superação dessa desigualdade, pois como a autora mesmo lembra, a "mulher não pode trocar de sexo". Firestone percebe isso e procura responder a esse impasse. "Admitir que o desequilíbrio sexual do poder está baseado biologicamente, não significa perder a nossa causa. Assim como para assegurar a eliminação das classes econômicas, é preciso a revolta da classe baixa (o proletariado) e, numa ditadura temporária, a tomada dos meios de produção, assim também, para assegurar a eliminação das classes sexuais, é preciso a revolta da classe baixa (as mulheres) e a tomada do controle da reprodução: a restituição às mulheres da propriedade de seus próprios corpos, bem como do controle feminino da fertilidade humana."

O fatalismo biológico, embora negado formalmente pelas sexistas, é sem dúvida a única explicação que pode se contrapor à compreensão da opressão sexual como fenômeno social. E Beauvoir, que em sua obra já citada dedica um capítulo especial para combatê-lo, termina se engendrando em seus caminhos: "A razão profunda que, na origem da história, vota a mulher ao trabalho doméstico e a impede de participar da construção do mundo é sua escravização à função geradora."

Não é possível abordarmos aqui, com a profundidade necessária, toda a elaboração da feminista francesa sobre a questão. Com a obra que marcou decisivamente o movimento feminista em todo o mundo, particularmente com sua frase-síntese "não se nasce mulher, torna-se mulher",



Simone de Beauvoir, contribuiu para a compreensão das manifestações particulares e subjetivas do drama feminino. Mas, a sua formulação, que se aproxima do fatalismo biológico, lança o feminismo num impasse histórico, o que é reforçado pelas influências de Sartre no seu pensamento, levando-a a situar a opressão feminina também nos marcos do que chamaríamos de destino individual: "o drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito que se põe sempre como o essencial e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial". A abordagem da questão da mulher a partir do processo biológico enquanto reprodutora ou a partir de uma submissão inerente à relação homem X mulher, tem por trás, explicitada ou não, uma visão igualitarista que simplifica e distorce o problema.

Não somos exatamente iguais aos homens, em todos os sentidos. A função de reprodutoras nos diferencia embora não compreendamos a maternidade como nossa cadeia, sim como fenômeno natural. A igualdade que de-

fendemos é de natureza social e não uma igualdade que não leve em conta a particularidade biológica que nos dá papel especial na perpetuação da espécie.

Reafirmamos que não é a condição de reprodutoras que nos leva à situação de subalternidade.

Já nos referimos anteriormente que ela nos vem da perda da função social que a mulher tinha nas comunidades primitivas. Daí o caráter inócua das teses sexistas.

O "controle de nossos próprios corpos" ou o "controle da fertilidade humana" não nos libertará da servidão secular porque não nos resgatará a função perdida.

Quando muito nos lançará como parceiras da grande indústria para o estímulo à reprodução "in vitro". Ou nos colocará, ao lado do arsenal nuclear, como ameaças efetivas ao extermínio da raça humana.

Também não será na busca do atendimento individual à "reivindicação de todo sujeito" para se pôr "como ser essencial", porque a "situação que nos constitui como inessencial" está fora de nós, nos marcos da organização social da sociedade humana.



Ilustração: Tereza Costa Rego

A AÇÃO PRÁTICA DAS DIVERSAS CORRENTES FEMINISTAS

Informado por teorias diferenciadas, embora com certos pontos comuns, o feminismo, em sua ação prática, se expressa sob variadas formas:

1 — a luta pelo direito ao controle do corpo — como centro da ação sexista, esse eixo leva ao tratamento exclusivo dos problemas relativos à sexualidade e do que está em torno dessa questão.

2 — a luta pela igualdade de direitos simplesmente — desenvolvida na vertente do feminismo reformista burguês que limita as conquistas no patamar das desigualdades legais.

3 — a luta pelo direito ao trabalho para a mulher — a linha fundamental desenvolvida pelo movimento operário consciente que indica a integração na produção, como passo inicial, para a recuperação do seu papel social, embora aponte a impossibilidade de que isso se realize nos marcos do capitalismo.

Não nos detivemos na análise teórica do feminismo de caráter reformista burguês porque a sua elaboração específica é limitada e tem pouca influência nos movimentos organizados de nosso país, enquanto teoria. O que lhe dá um alcance maior é sua ação prática que, em certa medida, tem um veio comum de ação com as sexistas.

O feminismo reformista orienta-se pelas reivindicações das mulheres das classes dominantes que querem enfrentar apenas as desigualdades jurídicas que as tornam inferiores aos homens de sua classe. Como diria Kolontay, "o reconhecimento formal de seus (da mulher) direitos no capitalismo e na ditadura burguesa não a libera de uma vida como criada de serviço na própria família, da discriminação por meio de preconceitos e costumes da sociedade burguesa, da dependência de seu marido". A não ser àquelas mulheres que têm inúmeras criadas a seu serviço e que enfrentam os preconceitos e costumes da sociedade burguesa com o peso de sua riqueza que compra os espaços e os silêncios.

Não negamos a necessidade do feminismo emancipacionista empunhar as bandeiras pela igualdade jurídica. O atraso em que a mulher vive na sociedade capitalista exige ainda dura luta contra as desigualdades legais.

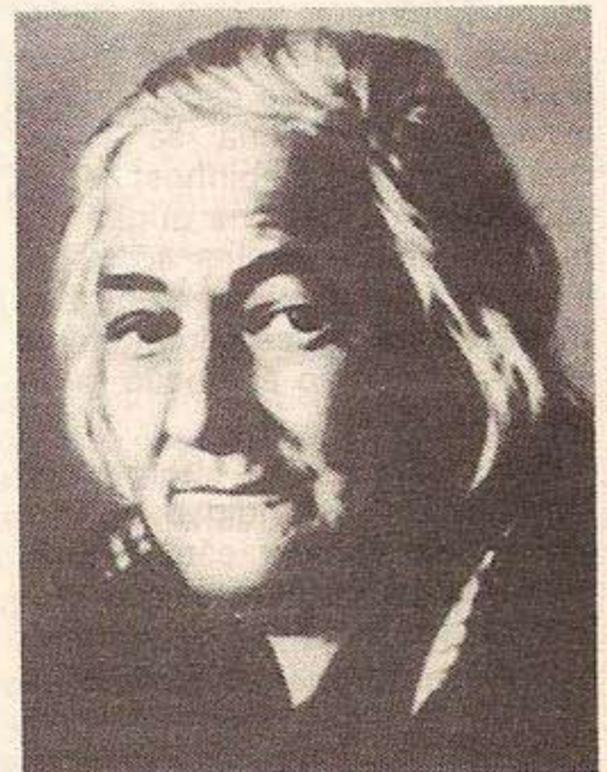
Nessa luta põem-se a nu as absurdas discriminações que ainda pesam sobre a metade do gênero humano. Como dizia Engels, "o caráter particular da predominância do homem sobre a mulher, na família moderna, e a necessidade de se estabelecer, entre eles, uma igualdade social autêntica, não serão plenamente postos à luz enquanto os dois sexos não tiverem juridicamente direitos iguais em absoluto". Além do que, essa luta serve de instrumento mobilizador para parcelas significativas das mulheres.

Mas ela é insuficiente para que a mulher avance nos rumos de sua libertação. A dona-de-casa que vive a escravização doméstica acentuada pela dependência econômica, pouco desfrutará dessa igualdade legal.

O fato do feminismo emancipacionista colocar a luta pelo direito ao trabalho como centro vem da compreensão de que a libertação da mulher passa pela sua afirmação enquanto cidadã e trabalhadora. Ao realizar um trabalho produtivo para toda uma comunidade, a mulher resgata o seu valor social, a sua importância enquanto força que contribui socialmente para a sobrevivência da espécie.

A luta pela igualdade de direitos tem uma importância transformadora quando se dá no sentido de assegurar que as mulheres tenham papel ativo na produção social. Dessa maneira, ela cria possibilidades para que um poderoso contingente da população, a mão-de-obra feminina, integre a luta geral de todos os trabalhadores contra a opressão. Evidente que isto não é um processo automático. Mas, ao integrar o mercado de trabalho, a mulher rompe com as cadeias do atraso em que é jogada pela rotina do tanque e da cozinha. Nesse processo a trabalhadora tem melhores oportunidades de tomar consciência da opressão sexual a que está submetida através das evidentes discriminações que a separam dos trabalhadores. Enfrentando a luta para se igualar com os trabalhadores homens ela percebe que esses homens têm poucos direitos. E passa a compreender que além da sua opressão particular enquanto sexo, ela sofre a opressão de sua classe.

A luta pelo direito ao trabalho, no presente momento do desenvolvimento de nossa sociedade, implica uma visão ampla das necessidades da mulher para realizar uma atividade produtiva. Ela vai desde as necessidades de educação e capacitação profissional, de valorização inclusive salarial de funções exercidas predominantemente por mulheres, do reconhecimento, como produtivo, do trabalho invisível reali-



Clara Zetkin



zado pelas domésticas e pelas camponesas, até o reconhecimento da função social da maternidade. Este último aspecto envolve sobretudo um apoio do Estado à maternidade em geral e, particularmente, a da trabalhadora, e à criação e educação dos filhos que, em nosso país, se expressa especialmente na luta por creches.

É preciso compreender que a luta pelo direito ao trabalho como eixo principal da atividade do movimento emancipacionista, não significa exclusividade. Há em nossa sociedade machista poderosas chagas que precisam ser combatidas. Uma delas é a violência sexual e doméstica que vem assumindo dimensão de fenômeno social. Ela torna muito evidente a opressão específica sofrida pelas mulheres.

Importante também é o combate aos preconceitos e tabus que envolvem o tratamento da saúde e da sexualidade da mulher. É fruto desses preconceitos as dificuldades que a mulher tem de acesso às informações sobre seu corpo. Esse fator impede que

ela realize uma maternidade consciente e viva uma sexualidade plena.

Ao desenvolver a luta pelo direito ao trabalho, a mulher vem aprendendo com a própria vida que o capitalismo não lhe tem assegurado proteção ao seu trabalho nos níveis da necessidade de sua emancipação. O desenvolvimento das forças produtivas impôs ao sistema dominante a utilização da mão-de-obra feminina. Mas esta utilização é feita conservando-se os históricos traços de opressão e preservando-se, para a mulher, as funções de reprodutora e mantenedora da força de trabalho.

A possibilidade de que a mulher resgate o seu papel social em plena igualdade com os homens passa pela substituição de um regime que usa o excedente de mão-de-obra e a desqualificação de sua parte feminina, como instrumento de rebaixamento e desvalorização do trabalho como um todo. Assim sendo, só num novo regime, um regime socialista, que acabe com a exploração do trabalho em geral, criam-se condi-

ções para que avancem as transformações econômicas, sociais e culturais necessárias para a emancipação da mulher. Fazemos questão de insistir, para que não parem dúvidas sobre o pensamento marxista, que não é a mera transformação da base material da sociedade que levará à eliminação da opressão específica. Mas essa transformação, por suas particularidades, cria melhores condições para a luta contra a opressão sexual. Isso porque, a sociedade socialista:

- ao ampliar e desenvolver as forças produtivas, com a valorização do trabalho, cria condições de absorver a mulher na produção;

- ao organizar a produção de forma centralizada e planejada permite a eliminação da pequena economia doméstica que escraviza cotidianamente a mulher;

- ao desencadear, no campo ideológico, a luta contra o "velho", fundamental para a consolidação da nova sociedade, tem que incluir o combate contra os costumes e preconceitos que cerceiam a ação da mulher.

V.A.Fock, um pensamento materialista e dialético em mecânica quântica

Olival Freire Jr.*

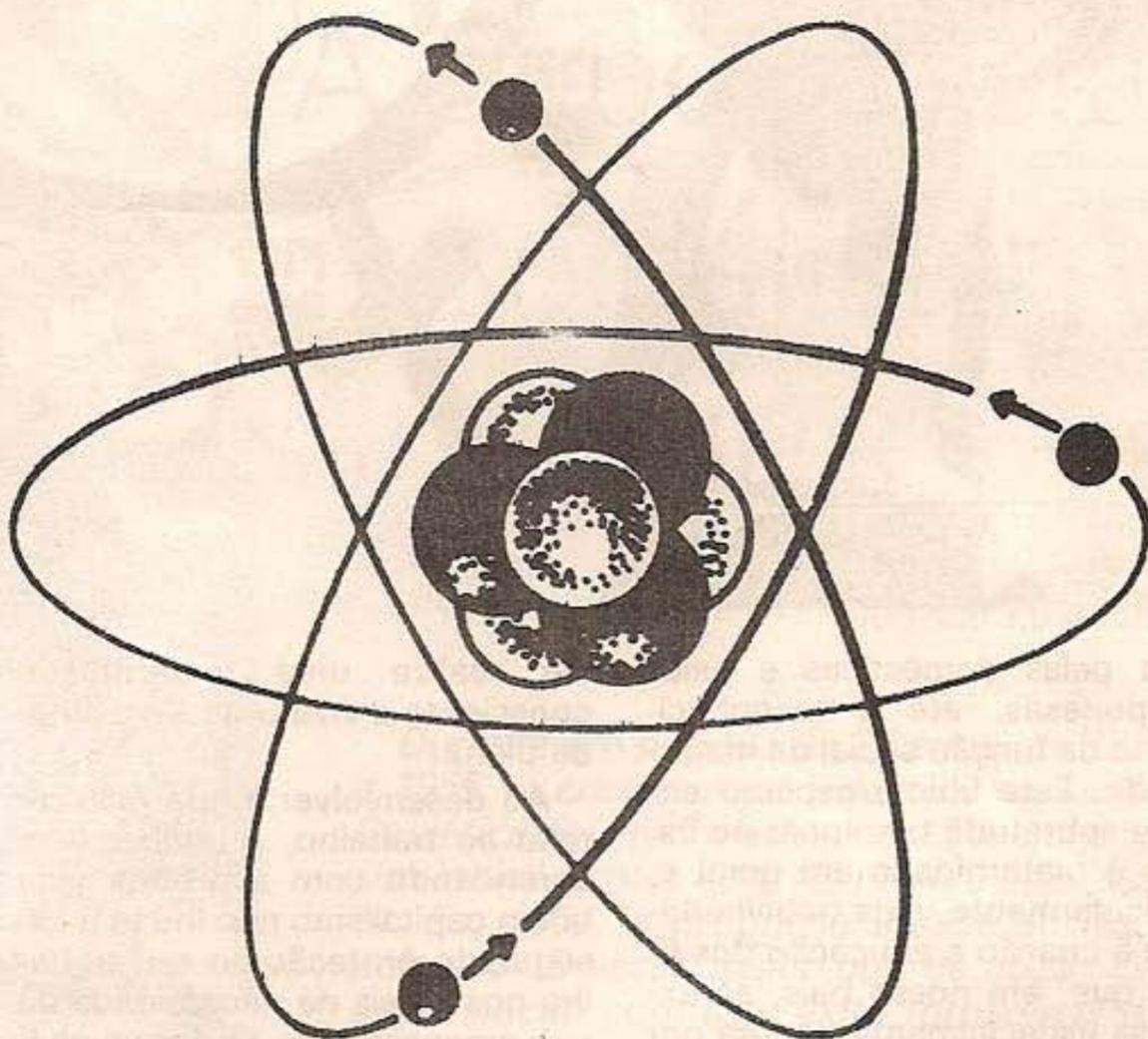
“Os problemas filosóficos mais prementes e espinhosos que coloca a moderna teoria científica são os que guardam relação com a mecânica quântica”.

L.R. Graham

A mecânica quântica é a teoria da física que descreve o comportamento dos átomos e das moléculas, é a física dos corpos microscópicos. Elaborada na segunda metade da década de vinte por cientistas europeus onde destacam-se os nomes de Bohr, Schrodinger, Heisenberg, Born e Dirac, é uma teoria física com fortes repercussões tecnológicas. Permitiu por exemplo, a descoberta e a manipulação do transistor no início dos anos cinquenta, gerando toda a inovação tecnológica associada à microeletrônica e à computação.

Esta teoria traz também importantes inovações conceituais das quais as mais importantes são: introduz uma descrição probabilística como algo inerente à natureza e não como insuficiência de nossos conhecimentos e passa a considerar o processo de medições como algo que inevitavelmente perturba o estado dos fenômenos que estão sendo objeto de medição.

Estas inovações desencadearam forte polêmica nos meios científicos. Este debate, verdadeiramente apaixonante, teve seu ponto alto na década de trinta contrapondo Bohr à Einstein mas persiste até os dias atuais. É um debate científico, mas com fortes implicações filosóficas. Tem atualidade e não interesse meramente especulativo. Seu núcleo gira em torno do estatuto científico e filosófico de uma descrição probabilística da realidade.



Um modelo simples da estrutura de um átomo.

O debate sobre o significado da mecânica quântica dividiu os meios científicos, a grosso modo, em duas grandes correntes. A corrente liderada por Bohr, conhecida como “interpretação de Copenhague” e a corrente liderada por Einstein que considerava a teoria quântica uma teoria precária, insuficiente e defendia a busca de uma formulação que assegurasse uma descrição “completa”, não probabilística, dos fenômenos quânticos. Em geral a mecânica quântica apareceu mesclada a concepções idealistas e positivistas (1). Já os críticos da nova teoria, denominados de escola “realista”, estiveram articulados com filósofos e cientistas

soviéticos (2). A existência de uma espécie de “corrente intermediária”, pouco conhecida e estudada nos círculos acadêmicos e mesmo pouco articulada, tem relevância histórica e conceitual. Denominamos esta “linha” de “Interpretação Materialista e Dialética da Mecânica Quântica”. Três nomes podem ser associados a este pensamento, o físico francês P. Langevin (3), o físico-

Este artigo é uma condensação de monografia com o mesmo título a ser apresentada na 40ª Reunião Anual da SBPC. As referências bibliográficas encontram-se no texto original.

* Olival Freire Jr. é Professor de Física da Universidade Federal da Bahia e pós-graduando no Instituto de Física da USP.

químico alemão R. Haveman (4) e o físico soviético V.A. Fock (5) cujas idéias destacaremos neste artigo.

Ao analisar as bases físicas e as implicações filosóficas da mecânica quântica Fock parte sempre da crítica aos fundamentos do método clássico de descrição dos fenômenos da natureza. Segundo o referido autor este método consiste no "pressuposto da total independência dos processos físicos em relação às condições de observação". Admite-se ser possível "espiar" um determinado fenômeno sem que este ato interfira no próprio fenômeno. Na realidade ao descrevermos um mesmo fenômeno em diferentes sistemas de referência obteremos descrições distintas. A Física Clássica equaciona este problema com a transformação das coordenadas de um sistema de referência para outro. Desta forma é possível compatibilizar por exemplo as descrições de um movimento em queda livre retilíneo e de um movimento parabólico, obtidas em dois sistemas de referência distintos, desde que se faça a adequada transformação galileana de coordenadas. Mas o ato da observação, que permite a descrição das trajetórias, não interfere em nada no fenômeno.

Ainda que esta absolutização dos processos físicos esteja de acordo com o "senso comum" devemos refletir melhor sobre este pressuposto. Do ponto de vista filosófico esta característica do método clássico não pode ter valor universal, mas sim valor limitado, uma boa aproximação da realidade na melhor hipótese. É que este método supõe que entre duas partes da realidade (o observado e os meios de observação) não exista nexos algum, nenhuma ligação. Esta é uma noção metafísica, antidialética. A realidade é um todo interligado. Para o estudo concreto de um aspecto da realidade podemos e devemos desprezar vários nexos reais, mas esta postura significa uma aproximação da realidade. É evidente que o método dialético nada diz sobre a natureza concreta destes nexos. Mas alerta para a necessária existência deles. A teoria quântica mostra que estes nexos não podem ser desprezados e revela sua natureza. Se abstrairmos

o problema da existência ou não de vínculos materiais entre o objeto observado e os meios de observação incorremos em outro equívoco filosófico: seremos forçados a admitir um observador imaterial; independente da natureza, ou seja, estaremos "divinizando" o observador.

Ainda segundo Fock, a outra "abstração cometida pela física clássica consiste em considerar a priori a possibilidade de se obter resultados experimentais cada vez mais exatos, sem que se estabeleça algum limite para o grau de precisão dos mesmos. Associando esta possibilidade com o primeiro pressuposto, está estabelecida a possibilidade de sistematizar os dados obtidos na medição de grandezas diferentes em diferentes condições de observação num quadro único que dê uma imagem completa do processo físico em causa".

O determinismo próprio da mecânica clássica ou mecânica newtoniana denominado por Fock de Método Clássico de Descrição dos Fenômenos é a possibilidade de, conhecendo, num dado instante, os valores exatos da velocidade e da posição de uma determinada partícula e conhecendo mais sua massa e a força que age sobre ela, poderemos prever com absoluta exatidão a velocidade e a posição desta partícula em qualquer instante futuro.

Uma expressão concentrada e radicalizada do Método Clássico de Descrição dos Fenômenos é dado por Laplace: "Devemos encarar o estado atual do universo como efeito de seu estado anterior e como causa do estado que se seguirá. Uma inteligência que, em determinado instante, pudesse conhecer todas as forças que governam o mundo natural, que pudesse conhecer as posições respectivas das entidades que o compõem e que fosse capaz de analisar todas essas informações teria como abranger em uma única fórmula os movimentos dos maiores corpos do universo e de seus menores átomos — para essa inteligência nada seria incerto e tanto o passado quanto o futuro estariam diretamente presentes a sua observação".

Esta generalização da mecânica newtoniana para o conjunto da natureza nos leva inclusive a

uma concepção fatalista da natureza e da sociedade, mas é uma dedução lógica do método mencionado.

O primeiro abalo neste método virá com a Teoria da Relatividade Restrita de Einstein publicada em 1905.

Mas a relatividade não "implode" os fundamentos do Método Clássico de Descrição dos Fenômenos. Substitui as transformações Galileanas por outras, as transformações de Lorentz. Com isto pode-se continuar admitindo a possibilidade da descrição "completa" da natureza. Neste sentido é que a relatividade situa-se ainda num prolongamento da física clássica.

É a mecânica quântica formulada na década de vinte que "implodirá" aquele método nos fornecendo uma nova concepção para o problema de medida. Prigogine, Prêmio Nobel de Química em 1977, diz que a mecânica quântica "corresponde à primeira teoria física que verdadeiramente cortou as amarras e abandonou toda referência a esse ponto fixo que o conhecimento divino do mundo constituía; a mecânica quântica não nos localiza somente na natureza, mas identifica-nos como seres 'pesados', constituídos por um número macroscópico de átomos".

Antes de examinarmos as mudanças que a mecânica quântica imprime ao problema da medida vale a pena chamar a atenção para o fato que a física clássica lida em geral com grandezas numa escala compatível com a experiência cotidiana do homem. Embora as distâncias variem de décimos de milímetros a distância da ordem do diâmetro do sistema solar, as velocidades são pequenas comparadas com a da luz. A mudança na escala das velocidades aproximando-as da velocidade da luz revela propriedades qualitativamente novas da natureza, expressas na teoria da relatividade. Já a teoria quântica vai lidar com distâncias inimagináveis no "senso comum". O diâmetro do átomo de hidrogênio calculado por N. Bohr é da ordem de grandeza de 10^{-10} m. Isto exige inclusive uma unidade própria para os fenômenos microscópicos, o Angström que vale exatamente 10^{-10} m. É a medida por excelência

das grandezas atômicas. A física moderna libera a ciência desta escala antropomórfica para a medida. Por outro lado os meios usados para "medir" os fenômenos atômicos têm a mesma ordem de grandeza e isto é uma distinção radical da física clássica onde é sempre possível encontrar meios de medida de dimensões bem menores que os objetos a serem medidos.

II

A Física finalizou o século XIX com três teorias bem estabelecidas (mecânica, eletromagnetismo e termodinâmica) que cobriam praticamente todas as questões do seu objeto de investigação. Lord Kelvin, renomado físico inglês, em palestra na Royal Philosophical Society, em 1900, afirmou que só via duas pequenas nuvens no céu sereno da física: o resultado nulo da experiência de Michelson e os valores "anormais" dos calores específicos a baixas temperaturas. As duas pequenas nuvens estão associadas conceitualmente aos dois temporais que desabaram na física do século XX; a tempestade breve e brutal da relatividade de Einstein em 1905 e o prolongado temporal da velha teoria quântica iniciado em 1900 por Max Planck e que teve um novo surto, ainda mais radical, em 1926, com a nova mecânica quântica.

No período compreendido entre 1900 e 1925 uma fértil interação entre experimentação e teoria alterou radicalmente a nossa concepção da natureza erigindo a velha teoria quântica. A insuficiência da física clássica para responder aos fenômenos experimentais em estudo levou os cientistas a acrescentarem ao corpo

desta ciência hipóteses inusitadas e muitas vezes contraditórias com os próprios fundamentos já assentados da física. Niels Bohr, por exemplo, ao formular em 1913 o modelo para o átomo de hidrogênio, hoje conhecido como átomo de Bohr e estudado, de forma simplificada, nos cursos de química do ensino secundário, afirmou "... parece ser um reconhecimento geral de que a eletrodinâmica clássica não consegue descrever o comportamento de sistemas de dimensões atômicas ... parece necessário introduzir nas leis em questão uma quantidade alheia à eletrodinâmica clássica, a constante de Planck, ou, como muitas vezes é designada, o quantum elementar de ação".

Em 1925 a física já tinha concedido carta de cidadania a estranhas propriedades dos átomos e moléculas. Estranhas pelo menos no quadro da mecânica e da eletrodinâmica clássicas. Estas propriedades podem ser assim resumidas: quantização de grandezas físicas, propriedades ondulatórias dos corpúsculos microscópicos e propriedades corpusculares ("pacotes") das ondas eletromagnéticas.

Entretanto, se a inviabilidade da física clássica para a análise dos fenômenos microscópicos estava bem assentada, não tínhamos ainda uma teoria alternativa consistente. As propriedades acima registradas foram sendo introduzidas no quadro da física clássica como hipóteses "ad hoc". As dificuldades eram grandes. Basta registrar que do ponto de vista da representação matemática e da fenomenologia física os modelos ondulatórios e corpusculares são mutuamente excludentes. Uma onda linear bem definida (com frequência precisa)

é algo espalhado no espaço das distâncias, algo não localizado, portanto incapaz de representar algo localizado espacialmente como um corpúsculo. Já para representarmos um corpúsculo nesta linguagem precisamos de um "pulso" ou um "pacote" de onda que só pode ser obtido pela superposição de ondas cada uma com sua frequência própria, diluindo assim o comportamento ondulatório "puro".

Estas contradições serão revolvidas de forma consistente no quadro de uma nova teoria científica, a mecânica quântica, elaborada a várias mãos nos anos entre 1925 e 1927. A física passa então a incorporar ao seu jargão, ao lado de expressões como leis de Newton, princípio de relatividade de Einstein, etc, novidades como a equação de Schrodinger, princípio de incerteza, interpretação probabilística, princípio da complementariedade, etc. Em termos gerais podemos dizer então que com a mecânica quântica obteremos as probabilidades de medição de determinados valores das grandezas e não a previsão dos valores exatos destas grandezas como seria de se esperar na física clássica. Estas probabilidades seriam verificadas através das frequências estatísticas obtidas em diversas medidas feitas todas sob as mesmas condições.

As propriedades do formalismo matemático utilizado levam à formulação de um princípio físico, o princípio da incerteza, pelo qual a posição e a velocidade de um corpúsculo não podem ser medidos simultaneamente com precisão absoluta. A grandeza do limite a esta precisão será dada pela constante de Planck (h) através da seguinte desigualdade (box)

Esta interpretação, hoje conhecida como "Interpretação de Copenhague" seria coroada pela formulação de N. Bohr do princípio da complementariedade. O problema da natureza dual das partículas e das ondas eletromagnéticas é sistematizado afirmando que "Os modelos corpuscular e ondulatório são complementares; se uma medida prova o caráter ondulatório da radiação eletromagnética ou da matéria então é impossível provar o caráter corpuscular nessa medida e vice-versa". Bohr realça com este

$$\Delta x \cdot \Delta p_x \geq \frac{h}{2\pi}$$

onde

$$h \approx 10^{-33} \text{ J.S.}$$

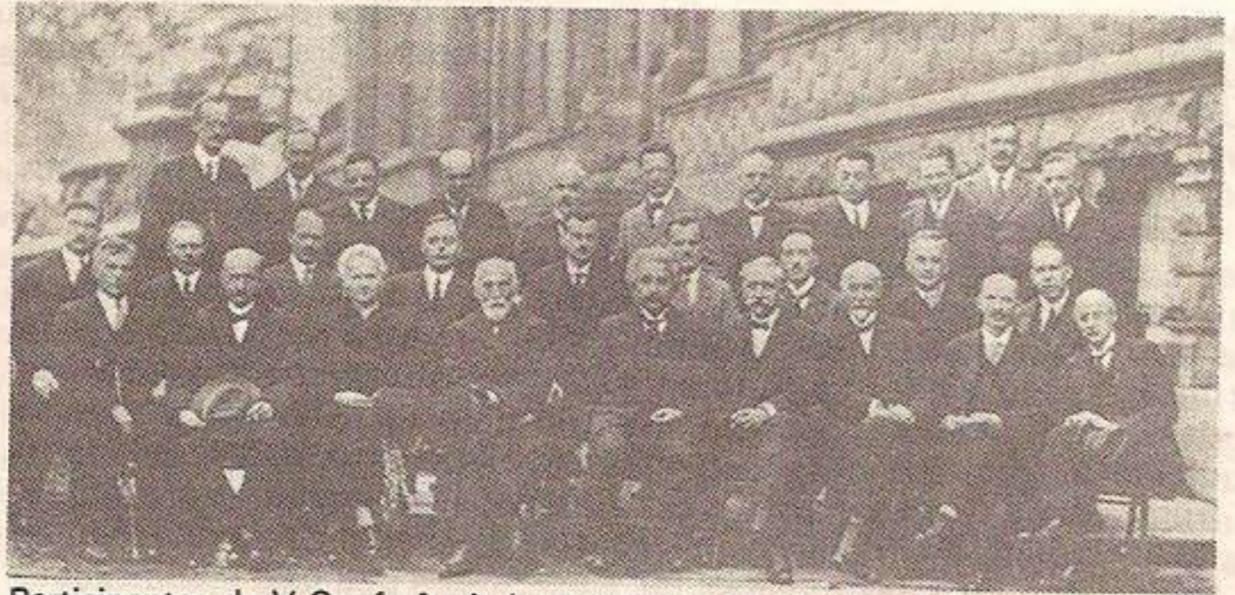
princípio uma inevitável interação, na escala atômica, entre o objeto e os meios de medição, e portanto da impossibilidade de considerar o objeto de estudo como completamente isolado do meio circundante. Transforma em princípio físico a impossibilidade do modelo corpuscular ou condutatório isoladamente descrever completamente um determinado fenômeno. Examinemos então a repercussão desta teoria no método de descrição dos fenômenos.

III

Retomemos as principais características do método clássico de descrição dos fenômenos. 1) a descrição dos fenômenos é independente dos meios de os observar; 2) é possível sempre um detalhamento das medidas, chegando aos seus valores exatos e possibilitando assim a um só tempo observar todos os aspectos de um dado fenômeno; e 3) a existência de um determinismo absoluto no curso de cada fenômeno.

A repercussão da teoria quântica na concepção clássica da medida é auto-evidente. Cai por terra a possibilidade de se identificar sempre o "valor mais provável" das medições ao seu valor exato, pois a própria noção de valor exato sofre a restrição decorrente das relações de Heisenberg. Impedidos de medir simultaneamente os valores exatos das posições e dos momentos de todos os objetos do universo temos que renunciar ao ideal laplaciano de que "tanto o passado quanto o futuro estariam diretamente presentes a sua observação". Em escala atômica as previsões físicas tomam a forma de probabilidades de ocorrência e o determinismo clássico deve ser substituído por um determinismo probabilístico.

Ao analisar as bases físicas e gnoseológicas da mecânica quântica Fock parte sempre da crítica aos fundamentos do método clássico de descrição dos fenômenos como já discutimos no Capítulo II. Mostra com um exemplo simples e clássico como a interação inevitável entre o objeto quântico e o aparelho de medida é uma propriedade inerente aos fenômenos microscópicos: analisemos o que acontece quando tentamos localizar uma partícula atômica. Usemos para isto



Participantes da V Conferência Internacional de Física, em Bruxelas.

um meio material, um feixe de luz, por exemplo. Relembremos que o determinismo clássico apóia-se no conhecimento simultâneo e exato da posição e da quantidade de movimento de uma partícula. "Os efeitos quânticos, limitativos das possibilidades de medição, manifestam-se, por exemplo, quando uma partícula entra em interação com um quanta de luz que nela incide", já aqui devemos registrar que classicamente a medição de um objeto usando um sinal luminoso supõe nula a interação que discutiremos. Prossegue Fock, "nesse caso torna-se fundamental o fato de o fóton, geralmente caracterizado pelos seus parâmetros ondulatórios, ser ainda portador de uma determinada energia e quantidade de movimento, i.e., possuir propriedade de 'partícula de luz'. Um comprimento de onda pequeno, favorável à possibilidade de localização da partícula no espaço das coordenadas, correspondem fótons de grande energia capazes de comunicar à partícula um impulso suficientemente forte para perturbar a sua localização no espaço dos impulsos". Para termos uma idéia das ordens de grandeza envolvidas, um fóton capaz de localizar um átomo de hidrogênio, que tem um diâmetro da ordem de 1 \AA , deveria ter um comprimento de onda da ordem de 10^{-1} \AA , isto significa que este fóton terá uma energia de 124.000 eV, ou seja, uma radiação altamente energética. Para efeito de comparação, a energia necessária para a ionização de um átomo de hidrogênio é de 13,6 eV. Fock conclui seu raciocínio afirmando que "a utilização de fótons de baixa energia, por

outro lado, corresponde à incidência de um feixe luminoso de elevado comprimento de onda, o que terá como resultado o alargamento das bandas de difração e a diminuição da exatidão com que será possível localizar a partícula no espaço das coordenadas".

Vê-se portanto que esta inevitável interação objeto-aparelho e a indeterminação de certos parâmetros físicos que dela decorre, não é algo que anule a objetividade física. É, na verdade, uma propriedade intrínseca dos fenômenos atômicos e moleculares.

Ao analisar as indeterminações de certos parâmetros físicos que decorrem da natureza dos fenômenos microscópicos, indeterminações conhecidas como relações de incerteza de Bohr e Heisenberg, Fock vê nelas não uma insuficiência da teoria, ou uma barreira ao conhecimento humano, ou a "introdução do livre arbítrio" na natureza. Considera que "as relações de incerteza de Heisenberg e Bohr determinam o domínio de aplicação do método clássico ("absoluto") de descrição dos fenômenos". Aqui torna-se evidente o caráter aproximado do método clássico ao considerarmos a ordem de grandeza da constante que introduziu a restrição a este método, a constante de Planck, $\sim 10^{-33} \text{ J.s}$. Para os fenômenos macroscópicos uma limitação com esta dimensão é de fato desprezível. Aliás, se fizermos $h = 0$ nas equações da mecânica quântica obteremos as equações da mecânica clássica. Fock conclui afirmando que "Os meios de observação deverão ser descritos com base nas abstrações clássicas, tendo em conta

as relações de incerteza de Heisenberg e Bohr”.

Ao examinar o princípio da complementariedade Fock sustenta que “o novo método descritivo, por outro lado, não implica, de forma alguma, que nós atribuamos menos realidade ao objeto do que ao instrumento de medição, ou ainda, que pretendemos reduzir as propriedades do objeto às propriedades dos instrumentos”. Coerente com o caráter objetivo da interação objeto-aparelho Fock faz a defesa de Bohr mostrando que “Bohr propôs que se designassem por propriedades complementares as propriedades que se manifestem na sua forma pura no decorrer de diferentes experiências, responsáveis pela criação de condições incompatíveis entre si, enquanto que sob condições de uma mesma experiência se revelam de forma incompleta e ‘esbatida’”. O conteúdo objetivo do princípio da complementariedade é exatamente a impossibilidade tanto do modelo corpuscular quanto do modelo ondulatório explicarem isoladamente, e por completo, um determinado fenômeno quântico. E isto porque o objeto observado não pode mais ser descrito com absoluta independência em relação aos meios de observação.

Quanto à natureza probabilística da mecânica quântica Fock sustenta que “a necessidade de se considerar o conceito de probabilidade um elemento fundamental à descrição, não um sinal de insuficiência dos nossos conhecimentos, é já por si consequência imediata do resultado da interação do objeto com o aparelho ser, dadas as condições externas, não um acontecimento predeterminado de modo único, mas um acontecimento com certa probabilidade de se realizar desta ou daquela maneira”. Para Fock a função de onda Ψ não é meramente um objeto matemático conveniente mas destituído de conteúdo objetivo. Se não descreve diretamente (e de forma absolutamente determinada) a trajetória dos corpos microscópicos, ela fornece as possibilidades potenciais de ocorrência de determinados eventos ou as potencialidades de acontecimentos em mecânica quântica, sendo estas

potencialidades expressas quantitativamente através de probabilidades. Isto não introduz o “indeterminismo” na ciência, ou anula a existência de leis naturais. Ele mostra que “é a própria distribuição de probabilidades que se encontra sujeita à verificação” ... “esta verificação deverá constar não apenas de uma medição, mas de várias repetições da experiência completa (sendo o modo como se prepara o objeto para a experiência sempre o mesmo, e sem que haja modificações das condições externas). A estatística que se obtém em resultado dessa série de repetições permitir-nos-á então julgar a distribuição de probabilidades sujeita à verificação” (grifo nosso).

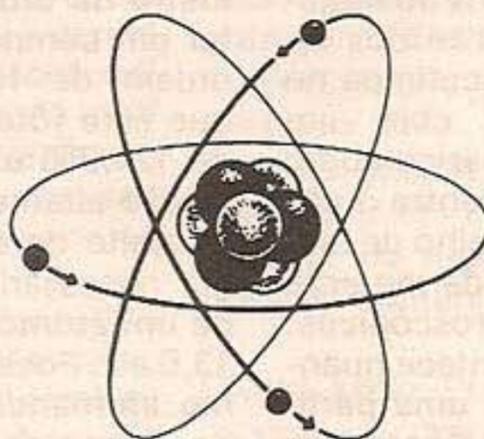
Fock faz uma clara análise das origens históricas do método clássico de descrição dos fenômenos. Este método foi formulado numa área específica do conhecimento, a mecânica newtoniana. Mas os êxitos dessa disciplina específica e mais o uso deste mesmo método em outra área do conhecimento científico, o eletromagnetismo (formalizado com sucesso no século XIX) levaram os cientistas a generalizarem o valor deste método, universalizando-o. A noção do determinismo absoluto, entretanto, é uma noção sem o menor trânsito em outras ciências bem desenvolvidas já no século passado, como a história com Marx e a biologia com Darwin.

Pela alteração que a mecânica quântica provoca na concepção clássica de medida, Fock propõe então a formulação de um novo conceito para o problema da medida: “relatividade com referência aos meios de observação como base do método quântico de descrição dos fenômenos”. Ainda segundo o físico soviético “tomando para base do novo método descritivo os resultados da interação do objeto microscópico

com o instrumento de medição, estaremos a introduzir um importante conceito, o conceito de relatividade com referência aos meios de observação; esta é aliás uma generalização do já há muito divulgado conceito de relatividade em ordem aos sistemas de referências”.

Lembramos que tanto a relatividade galileana quanto a einsteiniana foram obstáculos que o médico clássico de descrição conseguiu contornar. A mecânica quântica é assim um obstáculo intransponível. O método de descrição é que tem que ser mudado. Ao invés de um observador que faz descrições sem vínculos físicos com o fenômeno que é descrito (ressalva feita aos vínculos dos sistemas de referência) a observação e a descrição têm agora que ser compatível com os meios materiais suficientes e necessários à realização da descrição.

Concluimos delineando as grandes linhas de uma interpretação materialista e dialética da mecânica quântica: defende o materialismo dialético; desenvolve uma crítica acentuada ao mecanicismo; entende o conteúdo básico da mecânica quântica como a adequada descrição dos fenômenos atômicos e moleculares; destaca o papel primordial de cientistas ligados à “Interpretação de Copenhagen” como Bohr e Heisenberg na explicação destes fenômenos; critica as formulações idealistas e positivistas desenvolvidas por estes e por outros cientistas e filósofos na interpretação de tais fenômenos; distingue o conteúdo objetivo da mecânica quântica dessas formulações e dissocia o materialismo dialético da escola “realista” considerando o programa de busca de uma descrição “completa” dos fenômenos quânticos um programa apoiado na concepção filosófica do materialismo mecanicista.



NOTAS

(1) Tais formulações partiram de físicos que tiveram participação destacada na elaboração da teoria quântica bem como de outros profissionais. A título de ilustração registramos: Jordan no seu livro "Physics of 20th Century" publicado em 1944 dedica um capítulo à "liquidação do materialismo"; Bohr ao analisar o objetivo da ciência faz afirmações como: "... o objetivo da ciência é aumentar e ordenar nossa experiência...". "Nós encontramos aqui uma nova luz na velha verdade de que em nossa descrição da natureza o propósito não é descobrir a real essência dos fenômenos, mas somente descobrir, onde seja possível, relações entre os múltiplos aspectos de nossa experiência" (extraídas do artigo de Richard J. Hall, Philosophical Basis of Bohr's Interpretation of Quantum Mechanics, Am. J. Physics, 33(8), p. 629 — 627, 1965). Vê-se que para Bohr, ao menos nestes artigos, o objetivo da ciência não é o conhecimento de uma natureza que tem **existência** independente das observações, mas a descoberta de relações entre nossas experiências; Heisenberg diz que "o próprio conceito de 'verdadeiramente real' já foi desacreditado pela física moderna, e o ponto de partida da filosofia materialista precisa ser modificado neste particular", ou "Para a ciência natural moderna não há mais, no início, o objeto material, porém forma, simetria matemática" (extraídas de A descoberta de Planck e os problemas filosóficos da física atômica, palestra de Heisenberg publicada em Problemas da Física Moderna).

(2) A articulação de físicos e filósofos soviéticos críticos da interpretação probabilística da mecânica quântica com físicos ocidentais que defendem críticas semelhantes é muitas vezes admitida explicitamente em textos de autores soviéticos. Independente de articulações formais a opinião majoritária entre filósofos e físicos soviéticos sempre foi de considerar a mecânica quântica uma teoria incompleta, além da crítica acentuada às formulações positivistas dos físicos da Escola de Copenhagen. Para análise dos autores soviéticos desta linha devemos destacar D. I. Blokhint-

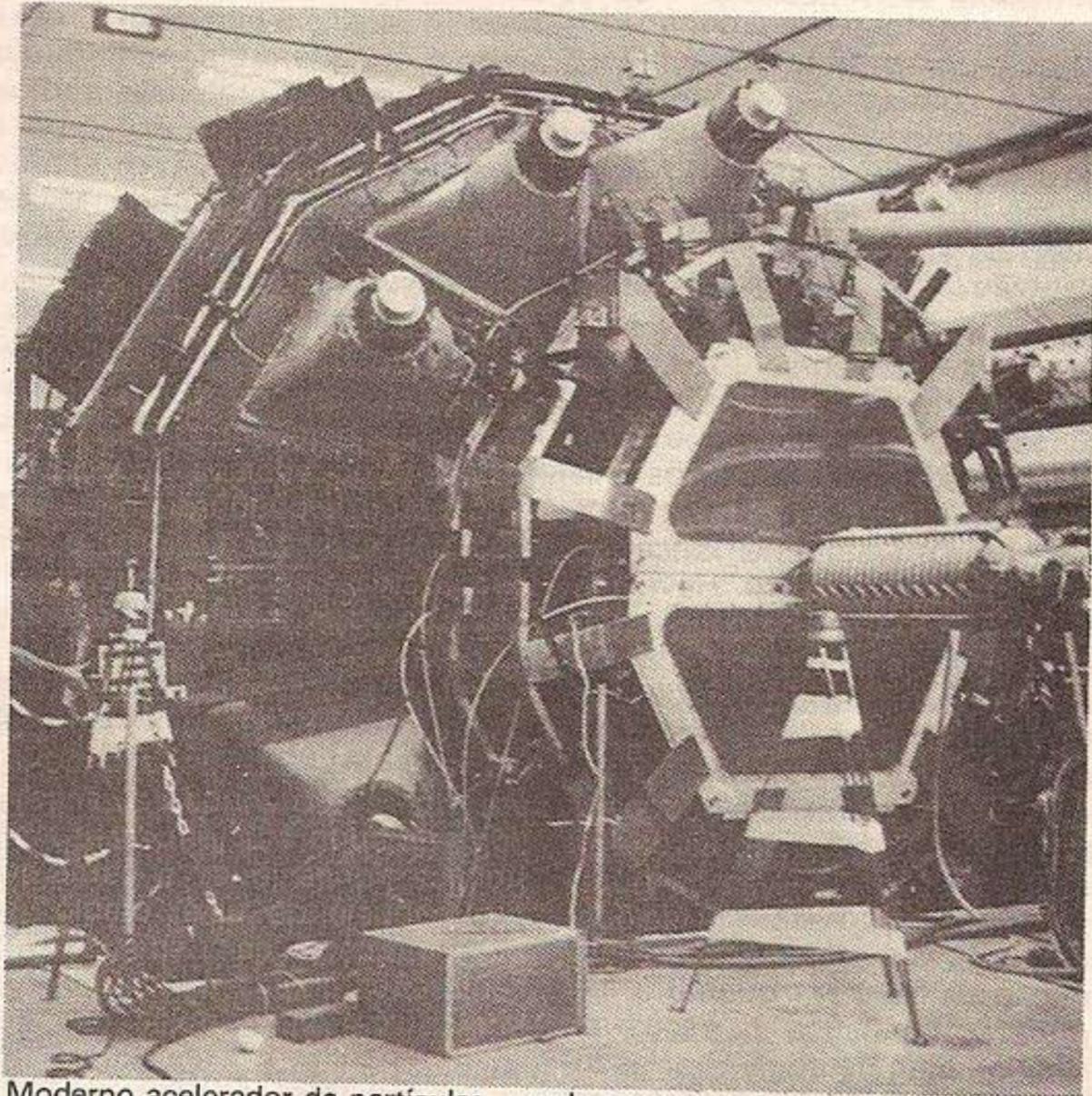
zev, I. P. Terletsky, A. A. Maximov entre os mais representativos.

(3) Sobre Langevin afirma Mauro Ceruti: "as teses de Langevin expressavam uma forma peculiar de realismo radicalmente diferente de formulações de tipo mecanicista. De fato, ele tendia a tornar a abordagem realista o menos substancialista possível, considerando-a não como um ponto de chegada, mas como um ponto de partida, uma visão geral do mundo que é preciso reconstruir a cada transformação decisiva do pensamento científico, com base nas imagens da realidade que nos são propostas em cada caso".

A firmeza da sua convicção materialista aliada a um método dialético de raciocínio pode ser evidenciada neste fragmento: "Se a natureza não responde de maneira precisa, quando lhe propomos uma indagação sobre o elétron assimilado a um corpúsculo da mecânica clássica, será

muita pretensão concluir de nossa parte: o determinismo não existe na natureza. Seria mais justo dizer: a questão está mal posta, o elétron não é assimilável a um corpúsculo da mecânica clássica. Portanto não se trata de incriminar a natureza, mas de alterar — coisa mais difícil, em todo caso mais fecunda — o modo mesmo como se formula a pergunta". (citações transcritas do texto de Mauro Ceruti, O materialismo dialético e a ciência dos anos 30).

Finalizando esta nota um pequeno registro biográfico de Paul Langevin (1872-1946): Físico de renome internacional em várias áreas da física moderna, foi o sucessor de Lorentz na presidência dos Congressos Solvay e mereceu de Einstein o seguinte registro: "Parece-me certo que ele teria desenvolvido a teoria da relatividade especial, se isto não tivesse sido feito noutra parte; porque ele tinha claramente reconhecido



Moderno acelerador de partículas, usado para examinar as interações das partículas nucleares, capaz de acelerar partículas

seus pontos essenciais". Langevin teve também intensa participação política em toda sua vida. Participou da Resistência durante a II Guerra, foi preso e confinado pelos nazistas, fugiu do confinamento, com a ajuda da Resistência. No imediato pós-guerra ingressou no PCF. Em 1948 suas cinzas foram transladadas, junto com as de Jean Perrin para o Panteão.

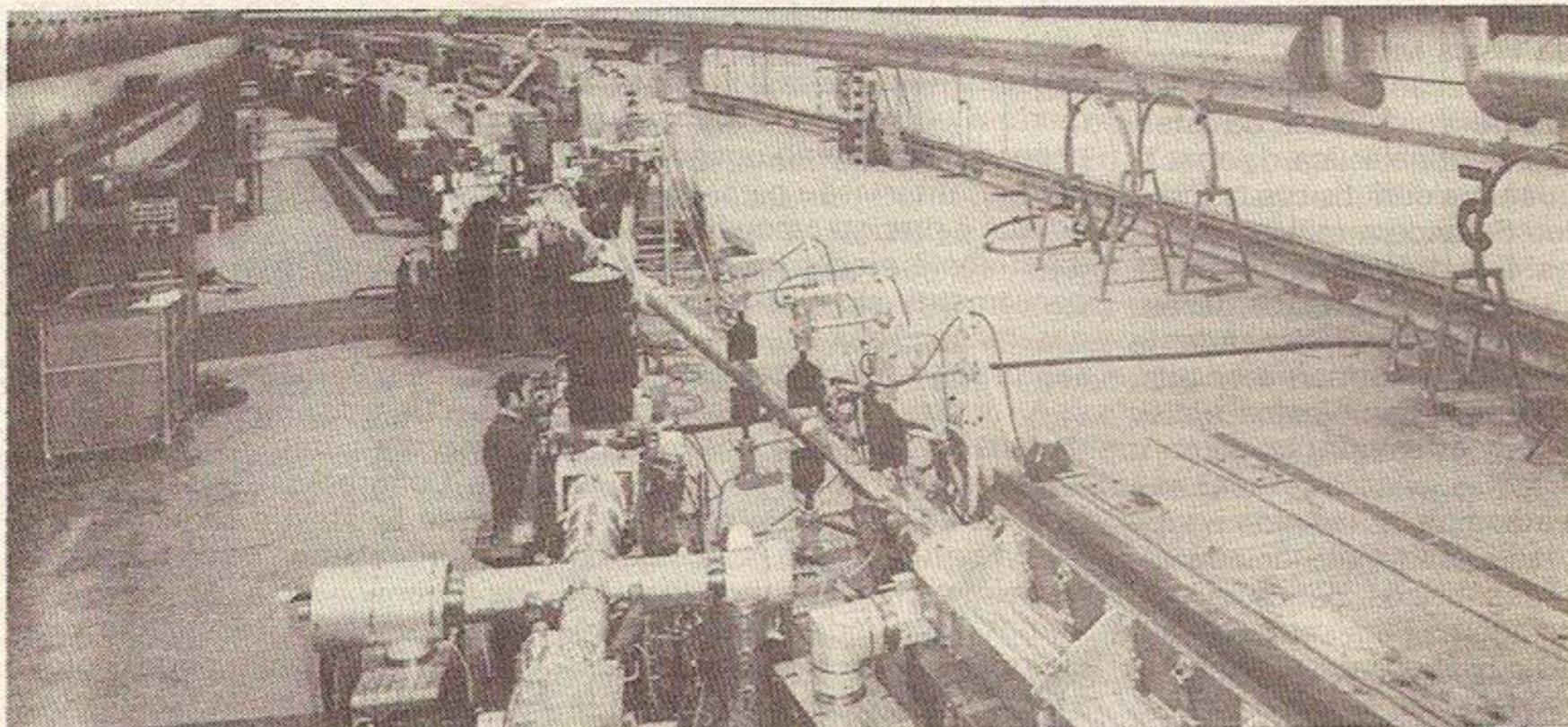
(4) R. Haveman dedica 3 das 11 lições do seu curso "Aspectos científico-naturais de problemas filosóficos", editado com o título "Dialética sem dogma", aos problemas filosóficos subjacentes aos fundamentos da mecânica quântica. Neste livro Haveman considera que "a mecânica quântica é hoje neste sentido uma teoria fechada e consolidada como a mecânica clássica". Antes explica que "teoria fechada significa teoria capaz de explicar plena e logicamente um grupo determinado de fenômenos". Critica tanto o programa mecanicista de eliminar toda e qualquer indeterminação na natureza quanto a formulação agnóstica da Escola de Copenhague de considerar as indeterminações que aparecem na mecânica quântica como limites da nossa capacidade cognitiva. Vale destacar que Haveman resgata a dialética hegeliana para interpretar de um ponto de vista materialista os fundamentos da mecânica quântica. Desenvolve uma rica análise das categorias dialéticas Casualidade e Necessidade, Possibilidade e Realidade para evidenciar que as indeterminações que aparecem na mecânica

ca são de natureza objetiva. Mostra que a questão posta pela mecânica quântica não é a negação das relações de causa e efeito mas "... qual é o tipo de conexão entre a causa e o efeito? Segundo a concepção materialista mecanicista, de uma causa não pode seguir-se mais que um efeito perfeitamente determinado. Mas, em realidade, as causas produzem diversas possibilidades de efeito. Sem dúvida em cada caso não procede de uma causa mais que um efeito: mas para cada causa existem vários efeitos possíveis. Qual dos efeitos possíveis é o que se realiza? Isto é o objetivamente casual. Sem dúvida também esta casualidade está determinada segundo leis, a saber, segundo o grau de sua possibilidade, ou seja, segundo sua probabilidade..."

Robert Haveman (1910 – ?), doutorou-se em Física e Química em 1935, tendo ingressado no Partido Comunista da Alemanha (KPD) em 1932. Condenado à morte em 1943 pelos nazistas, foi libertado pelo exército soviético em 1945. Dirigiu o Kaiser Wilhelm Institut de Física – Química e foi deputado da Câmara do Povo de 1950 a 1963. Desde a publicação do seu livro "Dialética sem dogma" entrou em contradição com os dirigentes do Partido Socialista Unificado da República Democrática Alemã, tendo sido condenado à prisão domiciliar a partir de 1976.

(5) No estudo do que chamamos "Interpretação materialista e dialética" da mecânica quântica

V.A. Fock (1898-1974) tem um papel histórico singular que deve ser resgatado. Foi um destacado físico tendo significativa participação na elaboração da própria mecânica quântica. Defendeu o conteúdo objetivo da nova teoria desde os primeiros momentos. O seu livro Princípios de Mecânica Quântica cuja primeira edição saiu em 1932 manteve-se durante muitos anos como único livro texto de autoria soviética no assunto. Publicou na URSS os artigos da polêmica de 1935 que contrapôs Bohr a Einstein registrando na apresentação sua opinião de que Bohr havia ganhado o debate. Sustentou dentro da União Soviética forte polêmica com os que rotulavam a mecânica quântica de teoria idealista e positivista. Desenvolveu uma interpretação materialista e dialética dos fundamentos da mecânica quântica expressa entre outros no artigo "La Physique quantique et les idealisations classiques" publicado em 1965. Na segunda edição do seu livro texto, acima referida, sistematizou esta interpretação no capítulo 1 denominado "Bases Físicas e Gnoseológicas da Mecânica Quântica". Vale a pena transcrever um trecho da carta sua à revista Slavic Review: "A essência do materialismo dialético é precisamente a combinação de um ponto de vista dialético com a aceitação da objetividade do mundo exterior. Sem enfoque dialético, o materialismo ficaria reduzido a um materialismo mecânico, que já estava obsoleto inclusive no começo do século XX..."



Centro Europeu para a Pesquisa Nuclear — Genebra

A Formação Profissional dos Trabalhadores

Educação ou Adestramento de Mão-de-Obra?

Lia Vargas Tiriba*

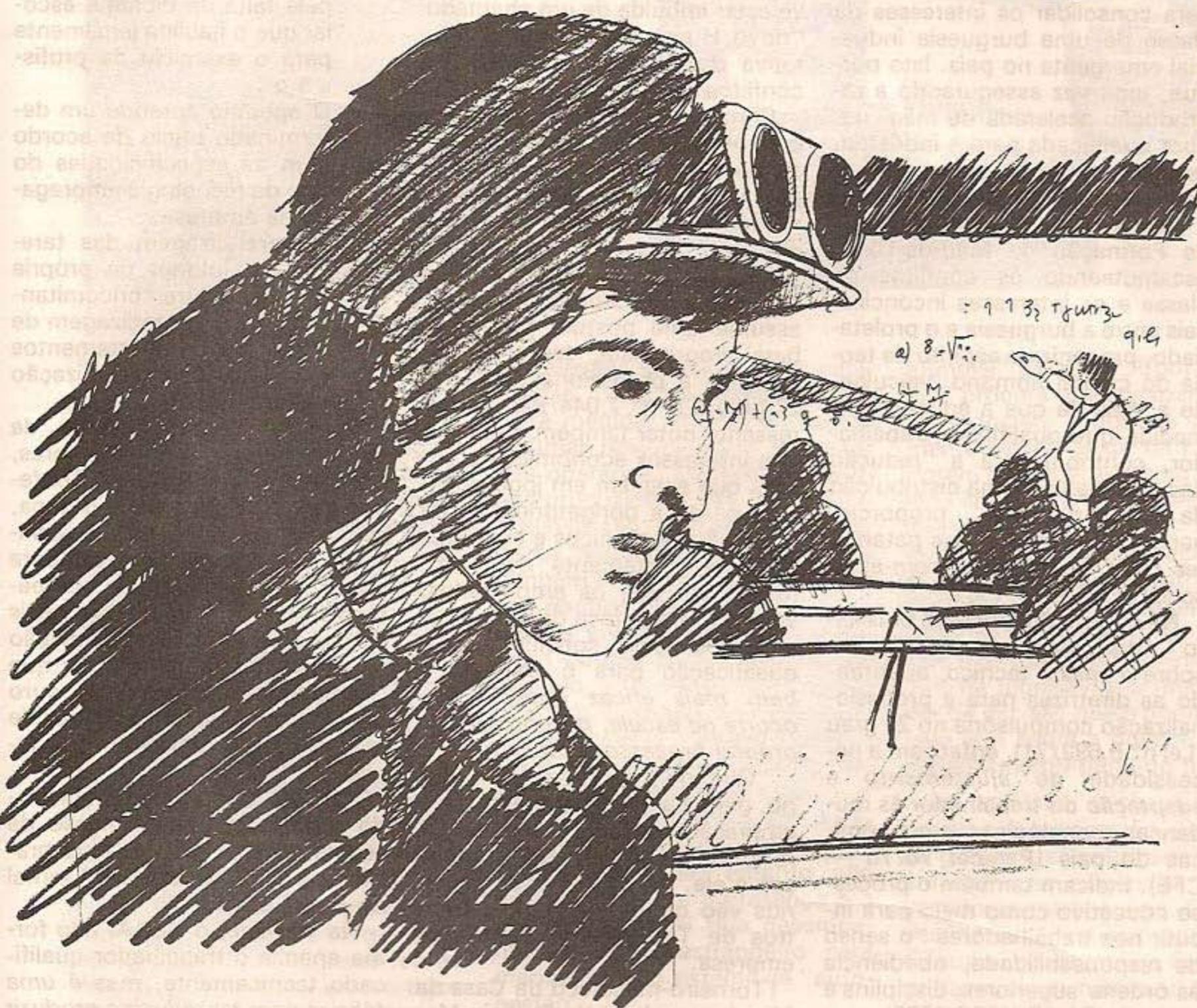


Ilustração: Jéardo Cofre

Este artigo tem como intenção abordar algumas questões relativas à formação dos trabalhadores, os instrumentos da ideologia dominante utilizados para o adestramento da mão-de-obra brasileira, tendo como subsídio não só a realidade de ensino técnico-industrial, como também a experiência político-pedagógica alternativa que vem se desenvolvendo desde 1986, numa escola operária mantida pelo Sindicato dos Metalúrgicos — RJ.

O Colégio Metalúrgico atende cerca de 400 operários, que após uma jornada intensa de trabalho na fábrica, freqüentam os cursos noturnos de 2.º grau nas áreas de mecânica, eletrônica e eletrotécnica. A proposta da escola é procurar criar bases sólidas para construção de uma pedagogia do trabalho que tenha como referência os interesses da classe operária, que garanta a competência técnica e contribua para formação político-sindical do trabalhador.

* Assessora Pedagógica do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e Diretora do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro

ESCAMOTEANDO OS CONFLITOS

Se por um lado o Estado novo, através da Constituição de 37, destina o ensino técnico-profissional às "classes menos favorecidas" (art. 129), abrindo as portas para o acesso da população à escola, por outro lado, é bem verdade que esta mesma escola para os filhos dos outros contribuiu para consolidar os interesses da classe de uma burguesia industrial emergente no país. Isto porque, uma vez assegurando a reprodução acelerada de mão-de-obra qualificada para a indústria, assegurava também a estrutura das relações de produção.

Desde 1937, a Política Nacional de Formação de Mão-de-Obra, escamoteando os conflitos de classe e os interesses inconciliáveis entre a burguesia e o proletariado, preconiza o espírito da teoria do capital humano, veiculando a idéia de que a educação, à medida que qualifica o trabalhador, contribui para a "redução das desigualdades na distribuição da renda nacional", proporcionando-lhe o acesso aos patamares mais elevados do bem-estar social (PNFMO - 1981).

Na euforia do "milagre brasileiro", leis, pareceres, resoluções sobre o ensino técnico, apontando as diretrizes para a profissionalização compulsória no 2º grau (Lei nº 5.692/71), enfatizam a necessidade de *ajustamento e adaptação* do trabalhador às mudanças tecnológicas e econômicas do país (Parecer 76/75 — CFE). Indicam também o processo educativo como meio para incutir nos trabalhadores "o senso de responsabilidade, obediência às ordens superiores, disciplina e cooperação..." (MEC 1978).

A prática pedagógica das escolas técnicas tampouco apontam a perspectiva de um trabalhador capaz de transformar o mundo, um trabalhador que interfira nas relações de trabalho, a formação de um homem, enquanto ser social, que não é passivo à produção tecnológica, mas se apropria do conhecimento da totalidade do processo produtivo, fazendo deste não só seu instrumento para a elaboração de novos conhecimentos, mas também um de seus instrumentos de luta na rela-

ção explorador-explorado. Na concepção capitalista, o trabalhador ideal é aquele apto a ajustar-se com facilidade às necessidades do mercado e ao processo de trabalho, enfim, é aquele flexível e maleável aos interesses das classes patronais. E para um melhor ajustamento, a educação deve estar imbuída de um chamado "novo Humanismo", numa tentativa de amenizar e abafar os conflitos de classe.

Com o agravamento da crise econômica, altas taxas de desemprego, com a não absorção pelo mercado de trabalho dos profissionais de nível médio, a Política Educacional, a partir de 1982 (falando em Marx, Althusser etc, como fundamentação), assume uma postura pseudo-liberal-progressista, tornando facultativa a profissionalização no 2º grau (Lei nº 7.044/82). É interessante notar também que além dos interesses econômicos e sociais que estavam em jogo, a escola perde a obrigatoriedade de formação de técnicos e auxiliares técnicos, justamente num momento em que os empresários, acionando a defesa de seus interesses de classe, concluem que a qualificação para o trabalho é *bem mais eficaz quando não ocorre na escola, mas no seio do próprio processo produtivo!*

"Quando o patrão ganha o corpo, ganha a mente também. Se o empresário descobrir isso, ele fará todos os funcionários submissos a ele. Aí, todos os empresários vão querer ter muitos Centros de Treinamento dentro da empresa."

(Torneiro-mecânico da Casa da Moeda, ex-aluno do Colégio Metalúrgico)

Desde a II Conferência Nacional das Classes Produtoras (1972), as classes patronais, repudiando a Lei 5.692/71, alertavam para o fato de que os alunos egressos de escola técnica "saem irremediavelmente contaminados pelo vírus da ascensão social. Reivindicam melhores salários, mudanças de cargo e de tratamento, enfim, buscam uma promoção, visando a ocupar um lugar mais elevado na divisão hierárquica do trabalho". A tendên-

cia, hoje, da qualificação para o trabalho ser cada vez mais implementada sob o patrocínio dos próprios empresários — quer sob forma de treinamento intensivo ou no próprio processo de produção — está relacionada a interesses patronais como:

- a — O baixo salário é justificado pela falta de diploma escolar que o habilita legalmente para o exercício da profissão.
- b — O operário aprende um determinado ofício de acordo com as especificidades do tipo de tecnologia empregada na empresa.
- c — A aprendizagem das tarefas, no interior da própria fábrica, ocorre concomitantemente à aprendizagem de valores e comportamentos desejados pela organização hierárquica do trabalho.

Com o mesmo espírito de *adestramento* de trabalhadores, o SENAI, financiado pela Confederação Nacional da Indústria, vem patrocinando o ensino técnico no Brasil de maneira bastante eficiente. Prova de sua competência técnica — à luz dos ideais do capitalismo — foi a premiação de quatro alunos brasileiros que conquistaram medalha de ouro no 28º Concurso Internacional de Mão-de-Obra, realizado no Japão.

"O SENAI tem agora comprovado o alto nível de formação de seus alunos. A mão-de-obra brasileira é uma realidade." (Jornal do Brasil, 29/10/85)

Na verdade, o SENAI não forma apenas o trabalhador qualificado tecnicamente, mas é *uma fábrica para reproduzir e produzir os interesses patronais*. Através do processo trabalho-aprendizagem, são inculcados atitudes e hábitos que reforçam a meritocracia, a ascensão pelo esforço próprio. Reforçando as idéias de responsabilidade, assiduidade, pontualidade, para o SENAI não existem maus patrões, apenas maus empregados. No processo de adestramento de mão-de-obra, além de garantir o saber-fazer, ou seja, a competência técnica, procura-se assegurar também a produção de um trabalhador

que venha "vestir a camisa do patrão".

E as Escolas Técnicas, no geral, mesmo não cumprindo seu compromisso de qualificação técnica para o trabalho na mesma altura do SENAI, exercem também uma função ideológica importante, uma vez que:

a — A divisão social do trabalho na escola introduz a divisão do trabalho na fábrica. O Aluno-trabalhador é tratado de maneira compartimentada, onde orientadores encarregam-se de sua "saúde mental", supervisores pedagógicos, de seu cognitivo, e administradores, da ordem e da disciplina. A escola, além de fragmentá-lo enquanto homem, fragmenta-lhe a possibilidade de compreensão de sua totalidade.

b — A compartimentação e a debilidade dos conteúdos de ensino não permitem o domínio do conhecimento historicamente acumulado e o domínio da totalidade do processo produtivo.

c — A estanquização dos conteúdos e das disciplinas asseguram uma visão compartimentada de trabalho e de mundo.

d — A aprendizagem da técnica como uma ciência "neutra" não tem qualquer relação com as questões sociais, políticas e econômicas.

e — O critério de qualificação profissional restringe-se ao saber-fazer, desvinculado do compromisso político, da compreensão do mundo do trabalho, da consciência crítica a respeito das relações capitalistas de reprodução.

Além destas e de outras questões político-ideológicas que passam no processo pedagógico, o papel da escola no sistema capitalista tem sido o de justificar e produzir a estrutura de classe. No processo de produção, o que vai garantir a divisão hierárquica das tarefas é a *diferenciação entre os detentores e os não detentores do "conhecimento científico"*.

No entanto, sabemos que "o laço entre autoridade e ciência é o inverso do que se diz ser: a autoridade não depende da competência, pelo contrário, a competência é função da autoridade — (o chefe não pode estar errado" (GORZ).

Responsabilizando o aluno pelo êxito ou fracasso na sociedade, *a escola capitalista tem como tarefa aprisionar uma massa crescente de jovens como forma de estabilização do sistema*, dissimulando o número cada vez maior de semi-empregados e desempregados. Na esperança de, quem sabe com mais um diploma, vir a conquistar um lugar ao sol na sociedade, cresce cada dia

mais a procura pelo ensino noturno, a volta à escola. No entanto, ao mesmo tempo que a escola aprisiona, encena o papel do juiz que irá decidir sobre a competência e o destino individual de cada um, *a escola representa também um palco de confrontos de interesses e conflitos*. E é esta a grande contradição da escola. Ao mesmo tempo que procura reproduzir a estrutura de classes, atíça ela mesma as contradições do sistema capitalista à medida que — a assimilação de conhecimentos e valores dominantes contribuem para a compreensão do mundo capitalista do trabalho —, de posse dos conhecimentos ditos "científicos", proporciona a possibilidade de criação de novos conhecimentos, novos valores para uma nova sociedade. No entanto, a socialização dos conhecimentos por si só não é suficiente para elaboração de uma consciência crítica questionadora do mundo. A forma de organização da escola, os conteúdos que são ensinados, com que abordagem, como se relacionam, relação conteúdo/prática social, relação professor/aluno, são aspectos da ação educativa que contribuirão para a reprodução e/ou formação de uma consciência crítica transformadora do mundo.

"Uma escola que defende os interesses dos trabalhadores"

Este tem sido não só o slogan utilizado nos materiais impressos do Colégio Metalúrgico — CMEES, como também um princípio que norteia a proposta político-pedagógica no dia-a-dia da escola.

A preocupação metodológica do CMEES é que os cursos profissionalizantes venham a espelhar uma tentativa de estrutura e funcionamento de uma escola que considere a totalidade do aluno-trabalhador como parte da totalidade do mundo, assegurando-lhe o saber sistematizado e universal não só para a apropriação do concreto pensado, como também para a transformação do real.

Não foi com tranquilidade que iniciamos em 1986 o trabalho no Sindicato dos Metalúrgicos-RJ, pois não é num toque de mágica que se reestrutura uma prática pedagógica alicerçada em 26

anos de existência. (Desde 1960, a escola do sindicato funcionavam com um caráter meramente assistencialista). Apesar dos diversos entraves financeiros, da dificuldade da equipe de professores em assumir o desafio do novo, o CMEES caminha este ano com saltos de qualidade, plantando, colhendo e replantando as bases para viabilização de uma pedagogia do trabalho realmente comprometida com a classe operária.

Considerando que a qualificação para o trabalho requer a competência técnica do trabalhador, mas, no entanto, requer um saber-fazer vinculado a uma concepção de vida e de sociedade, o Colégio Metalúrgico tem dois objetivos fundamentais e básicos:

- 1 — *Capacitar tecnicamente o aluno-trabalhador para sua área de ocupação e*
- 2 — *Contribuir para sua for-*

mação geral e político-sindical em defesa de seus interesses de classe.

Estes dois objetivos não são no entanto, estanques, mas se complementam dialeticamente no processo pedagógico. Ora, assim como a teoria não caminha sem a prática, a técnica institucionalizada como "neutra" não existe a não ser em função de atender a determinados interesses em determinados momentos históricos. A técnica de tornearia, por exemplo, pode hoje até ser a mesma tanto para o capitalista como para o socialista, no entanto, o que difere é o uso que se faz dela, é a relação de produção em que foi elaborada e executada, é enfim, a determinação dos interesses de classe a que se propõe. As questões técnicas do trabalho não podem, portanto, ser tratadas isoladamente das relações de trabalho, desvinculadas da discussão

dos interesses de classe, da questão das formas de organização dos trabalhadores frente ao capital, e enfim, da questão política e econômica nacional e mundial.

No Colégio Metalúrgico, no processo de qualificação profissional, quer do técnico de mecânica, eletrônica ou eletrotécnica, estão implícitas a aquisição não só de habilidades específicas para o exercício da profissão, como também a obtenção dos conhecimentos mínimos necessários que contribuam para a construção de sua consciência de classe, do seu papel enquanto trabalhador e cidadão no processo produtivo e na sociedade.

O "Guia Pedagógico" destinado para discussão entre alunos-trabalhadores e professores enfatiza que:

"... Os operários que dominam seu próprio trabalho têm maior interferência nas decisões e maior poder de negociação nas questões técnicas e políticas... são estes os profissionais mais temidos pelo patronato." (Acácia Kuenzer)

Na fábrica, a dicotomia trabalho manual e trabalho intelectual, a divisão pormenorizada, a especialização cada vez mais acentuada na execução das tarefas, a repetição contínua e ininterrupta dos movimentos, tornam-se um massacre para o trabalhador. O capital, além de desapropriar o conhecimento produzido pela classe operária no processo produtivo, requer cada vez menos a qualificação do operariado, uma vez que simplificando as tarefas, vai eliminando a necessidade dos conhecimentos sistematizados.

Num modo de produção onde os detentores dos meios de produção, através de sua "gerência científica", dirigem, planejam e controlam o processo de trabalho, enquanto a grande maioria apenas executa como "uma mão vigiada, corrigida e controlada por um cérebro distante" (BRAVERMAN), a função da escola tem sido a de procurar negar o direito aos trabalhadores do acesso aos conhecimentos elaborados e sistematizados ao longo da história da humanidade.

Um dos pré-requisitos para que o Colégio Metalúrgico contribua para a formação da consciência transformadora do aluno-trabalhador é garantir que o mesmo

tome posse dos conhecimentos da classe dominante, tendo acesso ao saber oficial. Procurando quebrar a lógica do capitalismo, propiciar a perspectiva de possibilidade de uma visão de totalidade dos conhecimentos, do processo produtivo e do mundo capitalista do trabalho.

Estas parecem ser propostas bastante pretensiosas do Colégio Metalúrgico, no entanto, através de um processo de muitos erros e acertos, alguns passos já estão sendo dados.

Discutimos intensamente com os professores e com os alunos-operários a necessidade do ensino estar cotidianamente voltado para as questões de vida do trabalho e do trabalhador. A relação escola-sindicato também se faz fundamental para a viabilização da proposta político-pedagógica no que diz respeito às tentativas de inserção da escola no acompanhamento da vida sindical.

Os objetivos educacionais, ou seja, competência técnica e compromisso político do trabalhador, são desenvolvidos não só através de atividades extra classe, como filmes, debates, Semana de Formação Profissional, como também através do dia-a-dia em sala de aula. Apesar de defendermos a importância de todas as disciplinas do currículo escolar para alcançarmos esses objetivos, ainda são principalmente as disciplinas de formação geral, como História, Português, Geografia etc. que têm dado a tônica à proposta de formação político-sindical.

A História, a título de exemplo, é ensinada tendo sempre como referência a relação dominador-dominado, da pré-história aos nossos dias. A origem do sindicalismo, bem como a história do movimento operário, ou seja, a história do dominado também é contada, relacionando sempre o passado com o presente.

Este ano, reformulando o ensino da matemática, estamos procurando implementar uma proposta de trabalho, onde o ponto de partida para aquisição e compreensão dos conceitos matemáticos seja a própria prática social. A sucessão presidencial, o mandato de Sarney podem ser temas que introduzam conceitos de progressão matemática e geométrica, por exemplo. Aprender a calcular o salário, a inflação, estimar

a mais-valia, além de instrumentalizá-los para a resolução de problemas técnicos, têm sido nossas preocupações.

Na área de Ciências, a disciplina Biologia foi transformada em "Saúde do Trabalhador", onde se discutem acidentes do trabalho, CIPA, periculosidade, salubridade, enfim, todas as interferências do capital na vida e saúde do operário e da população, apontando alternativas para as questões.

Partindo da constatação de que o operário vem da fábrica para a escola, discutimos com os professores a importância da valorização dos conhecimentos adquiridos no processo produtivo como ponto de partida para a relação teoria/prática se a ampliação dos conhecimentos de maneira elaborada e sistematizada. Assuntos como informática, automação e a conseqüência na vida do homem, vão aos poucos se tornando temas de bastante preocupação entre alunos e professores.

A partir de 1987, incluímos em nossa grade curricular a disciplina "Educação e Trabalho". A proposta é aprofundar e sistematizar com os alunos o significado do trabalho ao longo da história, compreender a dinâmica do modo de produção capitalista, tendo como metodologia o materialismo dialético. Analisando as relações de trabalho no interior de seus locais de trabalho, confrontando com o modo de produção socialista e outros modos, o objetivo da disciplina é proporcionar os elementos para que o aluno-trabalhador, de posse de informações, conhecimentos, e trocas de idéias, possa não só opinar como também se engajar no processo de transformação da sociedade.

A intenção de elaboração e viabilização de uma pedagogia do trabalho, que dê conta da realidade operária, tem se dado, à luz da teoria, no dia-a-dia do Colégio Metalúrgico. Sabemos que não existe nenhuma fórmula, nenhuma receita. Existe, sim, é uma perseverança muito grande de acertar e contribuir de alguma maneira não para o adestramento, mas para a formação de trabalhadores competentes e comprometidos com a transformação da sociedade.

O OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO

Vinícius de Moraes*



* Vinícius de Moraes (1913-1980) foi uma das mais expressivas figuras intelectuais do Brasil contemporâneo. Poeta lírico e social, deixou na literatura e na música popular uma das mais vastas e profundas obras que enriquecem nosso acervo cultural. A poesia "O Operário em Construção" é uma de suas obras maiores. O poeta louva, com seus versos e sua lira, o labor criativo, a aquisição da consciência daqueles que, trabalhando, transformam o meio e a si próprios.



Desenho a nanquim de Juanita Blamk, feito especialmente para a edição original de "Novos Poemas" (1938). Reproduzido de "Vinícius de Moraes — Poesia e Prosa Completa" — Editora Nova Aguilar.

Era Ele que erguia casas
 Onde antes só havia chão.
 Como um pássaro sem asas
 Ele subia com as casas
 Que lhe brotavam da mão.
 Mas tudo desconhecia
 De sua grande missão:
 Não sabia por exemplo
 Que a casa de um homem é um
 templo
 Um templo sem religião
 Como tampouco sabia
 Que a casa que ele fazia
 Sendo a sua liberdade
 Era a sua escravidão.

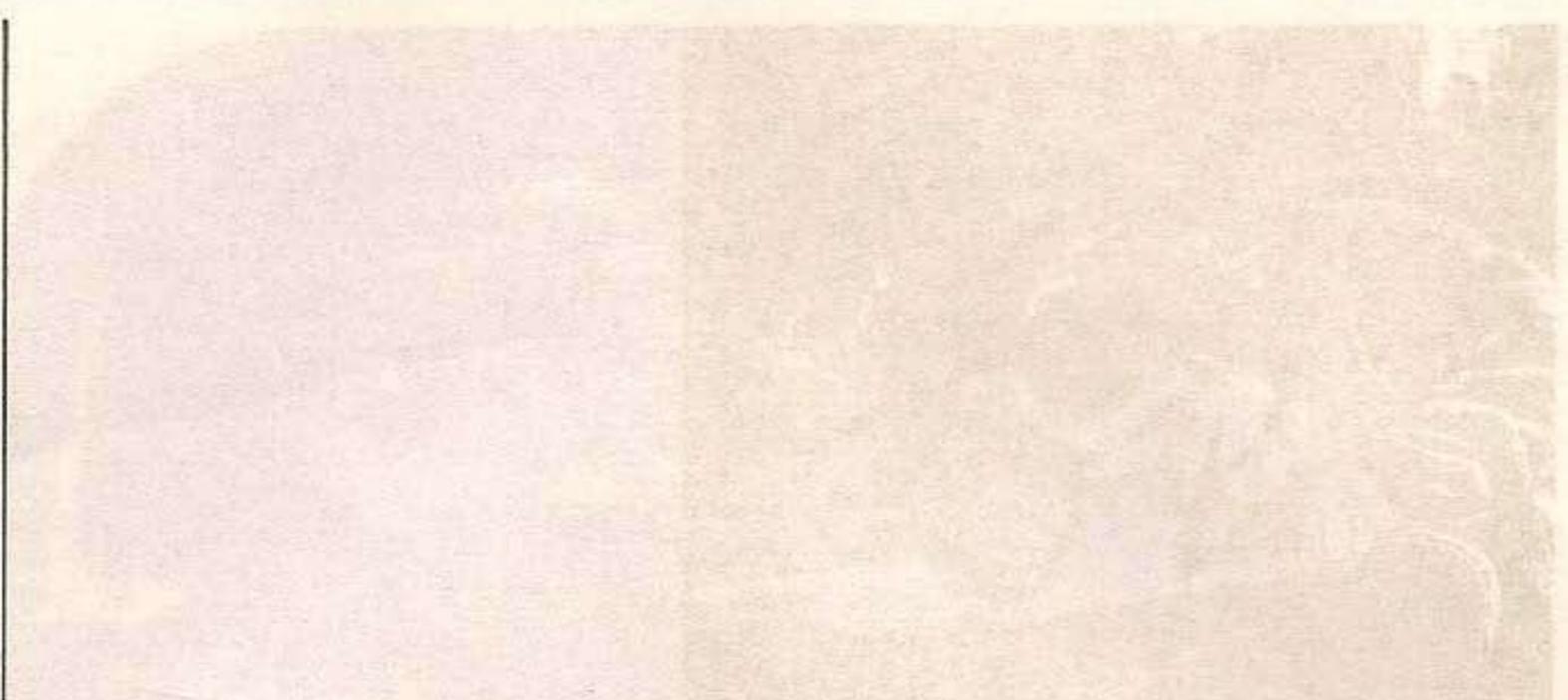
De fato, como podia
 Um operário em construção
 Compreender por que um tijolo
 Valia mais do que um pão?
 Tijolos ele empilhava
 Com pá, cimento e esquadria
 Quanto ao pão, ele o comia...
 Mas fosse comer tijolo!
 E assim o operário ia
 Com suor e com cimento
 Erguendo uma casa aqui
 Diante um apartamento
 Além uma igreja, à frente
 Um quartel e uma prisão:
 Prisão de que sofreria
 Não fosse, eventualmente
 Um operário em construção.

Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
— Garrafa, prato, facão
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário,
Um operário em construção.
Olhou em torno: gamela
Banco, enxerga, caldeirão
Vidro, parede, janela
Casa, cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia
Era ele quem o fazia
Ele, um humilde operário
Um operário que sabia
Exercer a profissão.

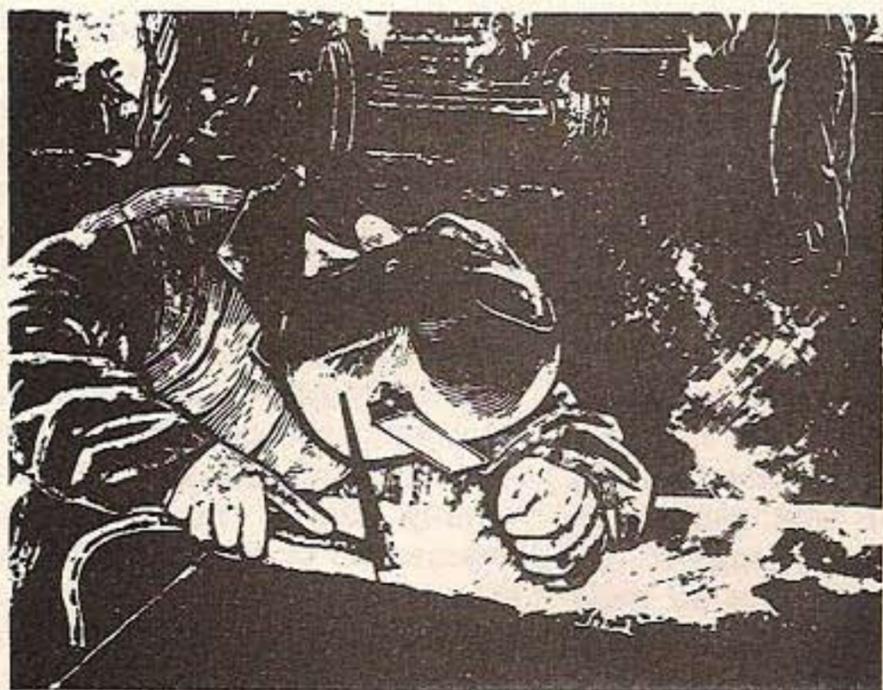
Ah, homens de pensamento
Não sabereis nunca o quanto
Aquele humilde operário
Soube naquele momento!
Naquela casa vazia
Que ele mesmo levantara
Um mundo novo nascia
De que sequer suspeitava.
O operário emocionado
Olhou sua própria mão
Sua rude mão de operário
De operário em construção
E olhando bem para ela
Teve um segundo a impressão
De que não havia no mundo
Coisa que fosse mais bela.



Foi dentro da compreensão
 Desse instante solitário
 Que, tal sua construção
 Cresceu também o operário.
 Cresceu em alto e profundo
 Em largo e no coração
 E como tudo que cresce
 Ele não cresceu em vão
 Pois além do que sabia
 — Exercer a profissão —
 O operário adquiriu
 Uma nova dimensão:
 A dimensão da poesia.
 E um fato novo se viu
 Que a todos admirava:
 O que o operária dizia
 Outro operário escutava.
 E foi assim que o operário
 Do edifício em construção
 Que sempre dizia sim
 Começou a dizer não.
 E aprendeu a notar coisas
 A que não dava atenção:



Notou que sua marmita
Era o prato do patrão
Que sua cerveja preta
Era o uísque do patrão
Que seu macacão de zuarte
Era o terno do patrão
Que o casebre onde morava
Era a mansão do patrão
Que seus dois pés andarilhos
Eram as rodas do patrão
Que a dureza do seu dia
Era a noite do patrão
Que sua imensa fadiga
Era amiga do patrão.
E o operário disse: Não!
E o operário fez-se forte
Na sua resolução.
Como era de se esperar
As bocas da delação
Começaram a dizer coisas
Aos ouvidos do patrão.
Mas o patrão não queria
Nenhuma preocupação
— “Convençam-no” do contrário —
Disse ele sobre o operário
E ao dizer isso sorria.



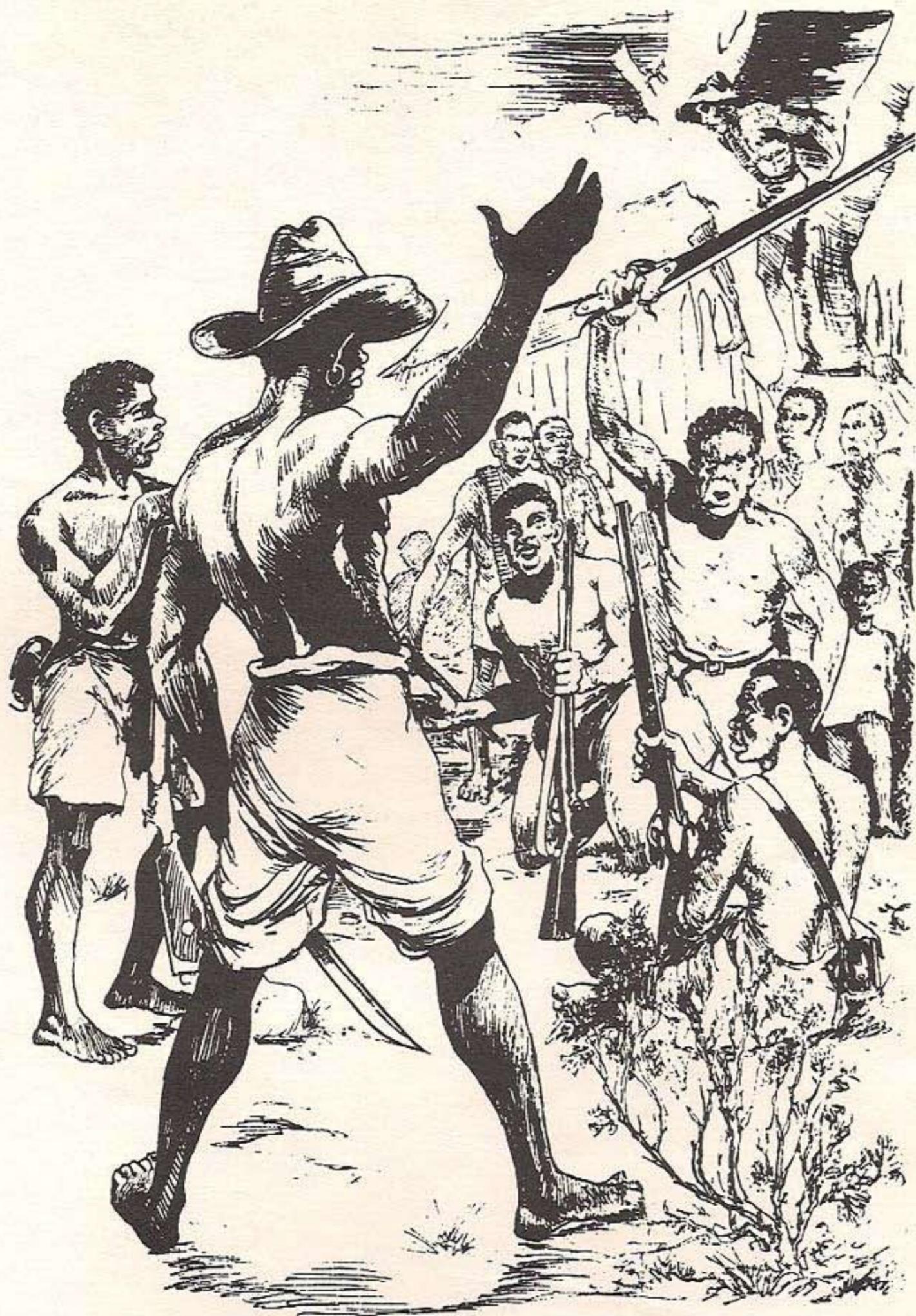
Dia seguinte, o operário
Ao sair da construção
Viu-se súbito cercado
dos homens da delação
E sofreu, por destinado
Sua primeira agressão.
Teve seu rosto cuspido
Teve seu braço quebrado
Mas quando foi perguntado
O operário disse: Não!
Em vão sofrera o operário
Sua primeira agressão
Muitas outras se seguiram
Muitas outras seguirão.
Porém, por imprescindível
Ao edifício em construção
Seu trabalho prosseguia
E todo o seu sofrimento
Misturava-se ao cimento
Da construção que crescia.

medesimado

Sentindo que a violência
Não dobraria o operário
Um dia tentou o patrão
Dobrá-lo de modo vário.
De sorte que o foi levando
Ao alto da construção
E num momento de tempo
Mostrou-lhe toda a região
E apontando-a ao operário
Fez-lhe esta declaração:
Dar-te-ei todo esse poder
E a sua satisfação
Porque a mim me foi entregue
E dou-o a quem bem quiser.
Dou-te tempo de lazer
Dou-te tempo de mulher.
Portanto, tudo o que vês
Será teu se me adorares
E, ainda mais, se abandonares
O que te faz dizer não
Disse, e fitou o operário
Que olhava e que refletia
Mas o que via o operário
O patrão nunca veria.
E o operário via as casas
E dentro das estruturas
Via coisas, objetos
Produtos, manufaturas.
Via tudo o que fazia
O lucro do seu patrão
E em cada coisa que via
Misteriosamente havia
A marca de sua mão.
E o operário disse: Não!

— Loucura! — gritou o patrão
Não vês o que te dou eu?
— Mentira! — disse o operário
Não podes dar-me o que é meu.
E um grande silêncio fez-se
Dentro do seu coração
Um silêncio de martírios
Um silêncio de prisão.
Um silêncio povoado
De pedidos de perdão
Um silêncio apavorado
Com o medo em solidão.

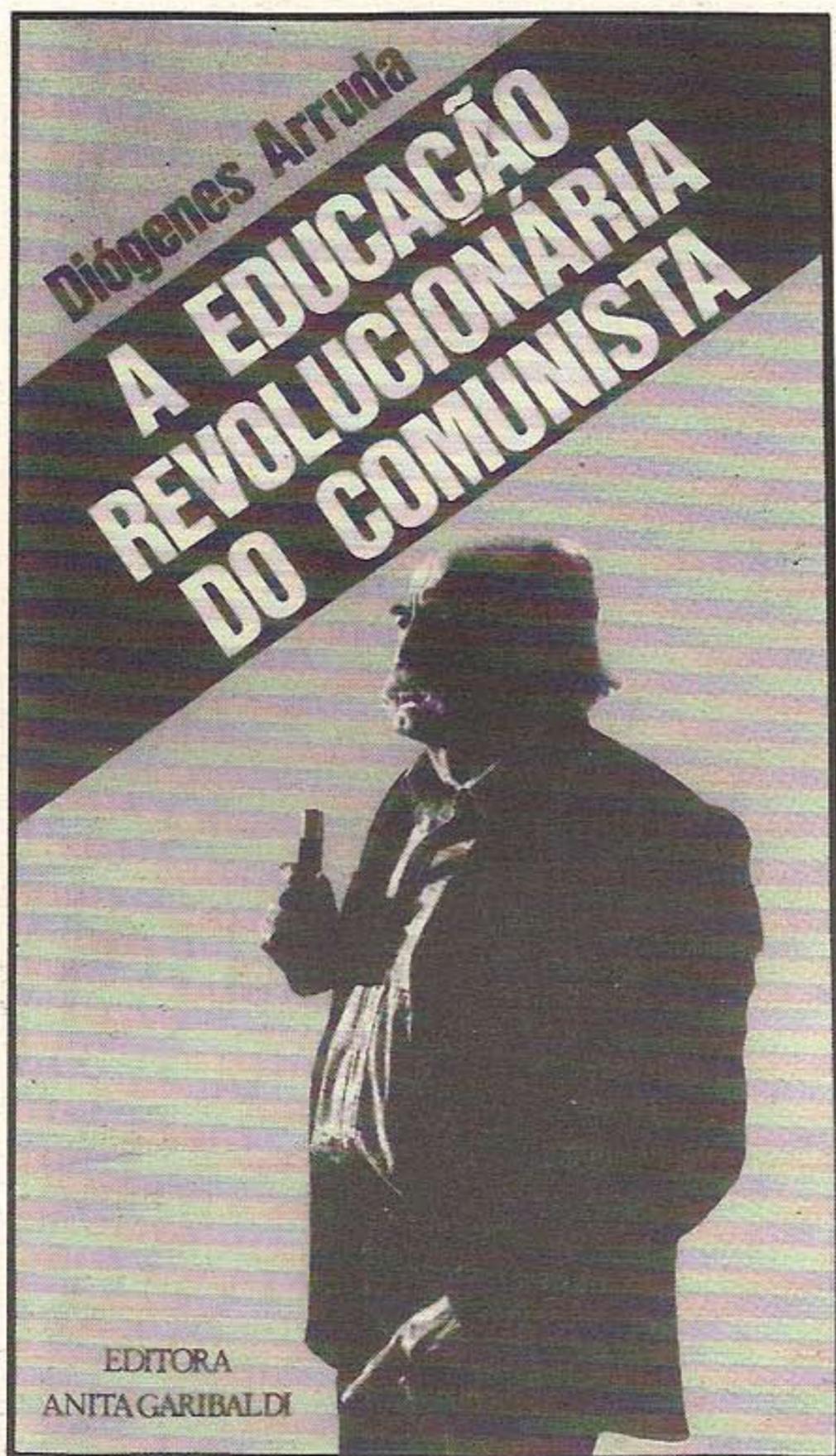
Um silêncio de torturas
E gritos de maldição
Um silêncio de fraturas
A se arrastarem no chão.
E o operário ouviu a voz
De todos os seus irmãos
Os seus irmãos que morreram
Por outros que viverão.
Uma esperança sincera
Cresceu no seu coração
E dentro da tarde mansa
Agigantou-se a razão
De um homem pobre e esquecido
Razão porém que fizera
Em operário construído
O operário em construção.



"Auri-verde pendão da minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que a luz do sol encerra
E as promessas divinas da esperança...
Tu que, da liberdade após a guerra,
Foste hasteado dos heróis na lança,
Antes te houvessem roto na batalha,
Que servires a um povo de mortalha!..."

Fatalidade atroz que a mente esmaga!
Extingue nesta hora o brigue imundo
O trilho que Colombo abriu nas vagas,
Como um íris no pélago profundo!
Mas é infâmia demais! Da etérea plaga
Levantai-vos heróis do Novo Mundo!
Andrada! arranca esse pendão dos ares!
Colombo! fecha a porta dos teus mares!"

UMA OBRA INDISPENSÁVEL NA FORMAÇÃO DE QUADROS



Cz\$ 250,00

Pedidos à
Editora Anita Garibaldi Ltda
Rua Bororós, 51, 3º andar — CEP 01320
São Paulo — SP — Fone: 278-3220